

13° CON CUT®

CONGRESSO
LULA
LIVRE

07 a 10 de Outubro/2019
Praia Grande-SP

Caderno
de Resoluções

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Caderno de Resoluções contendo as deliberações do 13º CONCUR – Congresso Nacional da CUT, denominado Congresso Lula Livre. Este gesto tem um significado especial: libertar Lula da prisão tem a dimensão política e simbólica de agregar e representar o conjunto de lutas que travamos na atual conjuntura.

Nos debates realizados pelas delegadas e delegados presentes ao evento foi destacada a importância de derrotar a coalizão de forças políticas responsável pela destruição do país e de retomar a luta pela construção da democracia brasileira sustentada em reformas estruturais que criem condições para a retomada do crescimento, com base em outro projeto de desenvolvimento.

Não será uma luta fácil, pois sabemos que será travada num cenário adverso. Já enfrentamos situações piores no passado e vencemos. Para darmos conta deste desafio, estruturamos a Estratégia da CUT em três eixos principais de atuação: primeiro - o da resistência, visando mudar a correlação de forças para derrotar a coalizão de forças golpistas; segundo, o da intensificação da luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho; terceiro, o de fortalecimento do sindicalismo classista representado pela CUT.

Esperamos que as resoluções sejam um instrumento efetivo para orientar as lutas e manter a classe trabalhadora em movimento, em defesa de seus interesses imediatos e históricos.

Somos fortes, somos CUT!

ESTRATÉGIA

Internacional

É fundamental que as trabalhadoras e os trabalhadores e as trabalhadoras, por meio de suas entidades e organizações, reforcem suas posições e reivindicações em uma perspectiva de lutas nacionais, regionais e internacionais - na melhor tradição da solidariedade internacionalista - articuladas na defesa de um mundo de paz, direitos humanos, igualdade, trabalho decente, e com respeito à soberania e a autodeterminação dos povos. A luta de classes deve assegurar que as mudanças tecnológicas estejam a serviço de toda a humanidade e não apenas aos interesses acumulativos do capital; o aumento da produtividade geral da economia deve significar redução da jornada de trabalho e redistribuição de renda e riquezas. Defender os direitos, os sindicatos e as conquistas da classe trabalhadora - que estão sendo ameaçados pela ofensiva conservadora e imperialista -, articulado à defesa de uma concepção vigorosa de democracia e a construção de uma alternativa internacional da classe trabalhadora às contradições e crises do sistema econômico capitalista serão as principais tarefas do movimento sindical nos próximos anos.

Frente à necessidade da organização da classe trabalhadora em nível internacional - para fazermos frente ao capital organizado globalmente - é importante trabalhar pelo fortalecimento da CSI (Confederação Sindical Internacional), da CSA (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas), das Federações Globais, bem como seguir ampliando alianças com outras organizações de trabalhadoras e trabalhadores.

1. Como parte da articulação e da luta sindical internacional é essencial defender as redes sindicais e os acordos marco globais como mecanismos de negociação da classe trabalhadora com empresas multinacionais;
2. Devemos fortalecer a luta pela organização em cadeias de valor e abastecimento, compreendendo que a exploração do capital sobre a classe trabalhadora se dá em toda a cadeia e que é necessário as trabalhadoras e trabalhadores estarem preparados para defender seus direitos e enfrentar os interesses do capital em todo o processo de acumulação; portanto, a CUT deve seguir aprofundando a experiência positiva de redes sindicais - nacional e internacionalmente;

3. Lutar pela aprovação de um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos que também aborde as questões do mundo do trabalho e que esteja em conformidade com as Diretrizes da OCDE¹, com os Princípios Diretores da ONU² e com a Declaração da OIT³ sobre Multinacionais. O tratado deve garantir que as empresas passem a ser responsabilizadas por todas as violações que ocorram em suas cadeias produtivas;

4. Para a estratégia da CUT é essencial a ação permanente em órgãos multilaterais como OCDE, OEA⁴, BRICS⁵, fazendo frente aos interesses neoliberais e conservadores, defendendo os interesses da classe trabalhadora e reivindicando que estes espaços estejam abertos ao diálogo social e comprometidos com os direitos humanos, sociais e trabalhistas;

5. Defender e fortalecer a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o seu caráter tripartite contra a pressão de patrões e governos para flexibilizar suas normas e convenções. A OIT representa um espaço privilegiado de debates sobre as questões normativas do mundo do trabalho e onde a representação sindical luta pela defesa dos direitos trabalhistas, garantindo, dessa forma, condições de trabalho justas para as/os trabalhadoras e trabalhadores. A CUT se compromete com o aprofundamento das pautas e reivindicações sindicais na agenda da OIT, reafirmando uma postura proativa de defesa e fortalecimento de seu sistema normativo e de controle diante das cada vez mais graves violações aos direitos trabalhistas, sindicais e sociais;

6. Promoção e defesa dos direitos humanos de migrantes e pessoas em situação de refúgio, inclusive seus direitos previdenciários, trabalhistas, sindicais (como o de se sindicalizar), sociais, econômicos e políticos visando o reconhecimento, a participação e atuação dos migrantes como sujeitos de direitos;

7. Para enfrentar a ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora, a CUT deve buscar organizar, junto a outras centrais e organizações parceiras, campanhas internacionais em defesa da democracia e dos direitos humanos e dos trabalha-

1 Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

2 Organização das Nações Unidas.

3 Organização Internacional do Trabalho.

4 Organização dos Estados Americanos.

5 Grupo de países de economias emergentes, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

doras e trabalhadores. Devemos fortalecer a Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), utilizar e aproveitar a Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA) como uma ferramenta fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro. A CSI deve, cada vez mais, assumir seu papel de organização sindical e social plural, capaz de superar a brecha econômica e política entre as trabalhadoras e os trabalhadores do Norte e do Sul.

Nacional

O retrocesso político e civilizatório e o aprofundamento da crise econômica e social no país são o resultado do golpe de 2016 e do projeto de coalizão de forças golpistas (entidades empresariais multinacionais e nacionais, partidos de direita, militares, setores do judiciário) que tomou o poder e que continua sendo sustentado pelos meios de comunicação e por setores reacionários da sociedade. Para a CUT é fundamental derrotar esta coalizão de forças políticas e retomar a luta pela construção da democracia brasileira, sustentada em reformas estruturais que criem condições para a retomada do crescimento, com base em outro projeto de desenvolvimento, onde prevaleçam os interesses da classe trabalhadora e dos setores populares comprometidos com a superação da exploração do trabalho e a construção do socialismo.

Não será uma luta fácil, pois será travada num cenário adverso. A classe trabalhadora já enfrentou situações piores no passado e venceu. No entanto, é preciso reconhecer que partimos de uma correlação de forças desfavorável, onde uma conjugação de forças poderosas nos impôs, nos últimos anos, derrotas significativas. Mas é um quadro que pode ser revertido.

É nesse contexto que devemos atualizar a estratégia da CUT para os próximos anos. É preciso combinar a resistência aos retrocessos com a construção da força política e social capaz de derrotar a ofensiva da burguesia. A resistência será mais efetiva quanto mais nítidas forem as alternativas que apresentarmos ao conjunto da classe trabalhadora. A nossa força política e social será maior quanto maior for nossa capacidade de representar e organizar os trabalhadoras e trabalhadores. Assim, a Estratégia da CUT se estrutura em três eixos principais de atuação: primeiro - o da resistência, visando mudar a correlação de forças para derrotar a coalizão de forças golpistas; segundo, o da intensificação da luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade social, de gênero

e de raça e valorização do trabalho; terceiro, o de fortalecimento do sindicalismo classista representado pela CUT.

Tão importante quanto ter um projeto coerente e articulado de ideias e ações programáticas para compor um campo de alianças e fazer o enfrentamento político, é a necessidade de atualizar periodicamente a leitura do cenário político onde se dá a luta de classes, traçando as linhas de ação tática que possam alterar a nosso favor a correlação de forças.

EIXO I - Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

A luta para derrotar as forças que sustentam o retrocesso político e civilizatório e a ofensiva do capital contra as trabalhadoras e os trabalhadores está no centro da estratégia da CUT e dos sindicatos, como instituições comprometidas com a defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora. A luta por melhores condições de vida e trabalho nos leva ao engajamento no processo de transformação da sociedade em direção à democracia e ao socialismo, por meio da construção de alternativas das trabalhadoras e dos trabalhadores para o Brasil.

As Estaduais da CUT e todas as suas entidades devem colocar na agenda o tema das eleições municipais e incentivar debates e processos capazes de produzir plataformas e composições com forças progressistas para enfrentar eleitoralmente as candidaturas ultraneoliberais e de direita. As eleições de 2020 organizarão boa parte do cenário de disputa eleitoral de 2022 e poderão criar condições para encurtar esse ciclo de retirada de direitos, de aumento das desigualdades e de ataques à democracia. A CUT recomenda também que as/os dirigentes sindicais e trabalhadoras e trabalhadores se coloquem em condições de compor chapas proporcionais para disputar espaço nas Câmaras de Vereadores.

A velocidade em que se desenrolou o golpe de 2016 e a virulência do programa de ataques às/os trabalhadoras e trabalhadores que a ele se sucedeu deixa nítida a radicalidade. O golpe, a unidade programática da direita e a eleição fraudulenta de um governo alinhado a estas propostas e ao perfil autoritário, demonstram que o espaço institucional para a defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores junto aos três poderes é hoje muito limitado. Esta realidade reforça o caráter estratégico da construção nas lutas de uma maioria classista capaz de mudar a correlação de forças em favor das alternativas políticas e programáticas

que atendam aos interesses da classe trabalhadora. Após o golpe, os movimentos de mulheres foram imprescindíveis na articulação da classe trabalhadora contra o governo de extrema direita entreguista com elementos próprios da ultradireita, na luta contra a perda de direitos, na aliança do campo, da cidade, das florestas e das águas, a exemplo da enorme mobilização do "8 de Março", do "Ele Não" e da "Marcha das Margaridas".

A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos, conforme afirmamos em nosso 2º Congresso. A relação da CUT com os movimentos sociais e organizações representativas dos setores populares e democráticos é parte de uma estratégia permanente da Central de promover alianças que fortaleçam nossas lutas. As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo são atualmente espaços fundamentais de articulação da CUT e das organizações que as impulsionam para promover a unidade da classe trabalhadora e de todos os setores explorados e oprimidos de nosso povo, incluindo partidos comprometidos com os seus interesses, para o enfrentamento contra o governo Bolsonaro e as forças sociais e políticas que apoiaram a sua eleição, bem como para combater as políticas que atacam os direitos trabalhistas e sociais que destroem a soberania nacional com as privatizações, venham de onde vierem. A CUT seguirá atuando pela unificação das duas frentes e pela manutenção e expansão de suas dinâmicas de organização e luta por meio da presença e ação organizada do sindicalismo CUTista na sua construção, buscando a unidade em torno de reivindicações e pontos políticos que apontem para a construção de uma nação livre, democrática e soberana.

A CUT tem um compromisso com a construção da unidade da classe trabalhadora baseada na vontade, na consciência e na ação concreta. A unidade da classe é um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. A luta em defesa dos direitos, especialmente, contra as reformas Trabalhista e Previdenciária, propiciou, em algumas regiões e momentos, a unidade dos setores organizados da classe trabalhadora, com destaque para as greves gerais de 2017 e de 2019, destacando a mobilização em defesa da Seguridade Social e da Educação nessas lutas. Seguiremos desenvolvendo uma relação de unidade e autonomia, baseada na estratégia e nos princípios CUT, com todas as organizações sindicais e com os

movimentos sociais e populares da cidade e do campo, colocando sempre em primeiro plano os interesses da classe trabalhadora e o enfrentamento à classe dominante.

Será uma luta contra-hegemônica, na qual o sindicato terá um papel importante. A ideologia do capital funda-se na lógica do lucro, da competição e da supremacia do mercado em detrimento dos direitos, da solidariedade e da democracia. O neoliberalismo aprofunda essas ideias buscando totalizar a tudo e a todos na lógica da mercantilização e da individualização das relações, produz exclusão e, na sua forma mais extrema, ódio e violência. Para a CUT, o enfrentamento desta realidade passa pela necessária atualização do projeto organizativo do sindicalismo, processo que leva à recuperação da solidariedade da classe trabalhadora e ao fortalecimento de valores e princípios que contestam o ideário neoliberal.

Ao definir o papel da CUT na luta mais geral pela transformação da sociedade é fundamental distingui-lo daquele que cabe aos partidos políticos, como apontam as resoluções do 2º CONCURT: *“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora. A CUT, enquanto central sindical, é parte integrante deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado. A CUT faz avançar a luta de classes quando consegue impulsionar as lutas sindicais, articular as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizar e elevar o nível de consciência de classe, apontar para a construção de uma sociedade socialista, mas não deve ser confundida com um partido político, e manterá sempre sua independência em relação ao poder de Estado e autonomia frente aos partidos políticos”.*

Além da força política e social é fundamental a apresentação de alternativas nítidas suficientes para despertar na classe trabalhadora novas esperanças num país justo, democrático e solidário. A CUT renova o compromisso com a defesa e construção dessas alternativas para a classe trabalhadora, considerando o acúmulo histórico da Central e as necessidades imediatas da classe. Estas alternativas têm por base a articulação e as lutas em torno dos seguintes princípios indissociáveis:

1 - Defesa dos direitos

Os direitos sociais e políticos do povo brasileiro são resultado de lutas históricas da classe trabalhadora e de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e democrática. A estratégia da Central incorpora a defesa intransigente dos direitos, a organização da resistência da classe trabalhadora e do povo brasileiro às tentativas de suprimi-los – como na Proposta de Emenda à Constituição- PEC 181, nos ataques à Lei Maria da Penha, Proposta de Emenda à Constituição- PEC 451, Proposta de Emenda à Constituição- PEC 171, redução da maioria penal e PL da Mordaza – e a luta permanente pela reversão dos retrocessos implementados desde 2016 (Emenda 95, Reforma Trabalhista, terceirização irrestrita, Reforma da Previdência, privatizações).

2 - Luta pela democracia

Diante da crise de reprodução do capital, a democracia tornou-se, para a classe dominante, um obstáculo a ser destruído. É a democracia e as instituições democráticas que têm o potencial de limitar o fluxo de apropriação capitalista dos fundos públicos e a exploração mercantil dos direitos (saúde, educação etc.), recursos naturais (terra, água, minerais) e serviços fundamentais (saneamento básico, energia elétrica etc.). Ela é, ao mesmo tempo, um princípio constitutivo da CUT e da organização da classe trabalhadora, e um componente fundamental do nosso projeto de sociedade e de desenvolvimento. Lutamos por uma ordem democrática em que impere a soberania popular e na qual possam se realizar reformas (política, judiciária, urbana, agrária, tributária) que apontem para uma sociedade justa e plena de direitos.

O 13º CONCUR acontece num Estado de exceção e sob uma forte ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora e a soberania nacional. O golpe de 2016 e a manipulação que levou à vitória de Bolsonaro e à condenação injusta de Lula colocaram o Judiciário e o Ministério Público no centro da política brasileira. As revelações do The Intercept deixaram nuas as relações ilegais entre acusadores e julgadores; não é coincidência que um dos principais personagens seja ministro de Bolsonaro.

É urgente a constatação de que o Judiciário e o Ministério Público devem ser reformados e democratizados. A busca pela justiça é uma demanda do povo, de toda a classe trabalhadora. Um poder que não presta contas a ninguém, a não ser a ele mesmo, é incompatível com uma sociedade realmente democrática.

Este Congresso deverá traçar uma nova estratégia política para a classe trabalhadora, que articule as lutas em defesa dos direitos e que trabalhadoras e trabalhadores sejam novamente protagonistas na construção de um projeto de nação mais igualitária, reestabelecendo assim o Estado democrático de direito.

Defendemos, portanto, a luta pela construção da democracia no Brasil. Golpeada em 2016 e manipulada desde então, vivemos sob um Estado de exceção, no qual aqueles que deveriam zelar pela democracia alternam-se na submissão ao capital, ao imperialismo, aos militares, à mídia oligopolizada ou aos seus próprios interesses corporativos. Essa construção da democracia brasileira exige o desenvolvimento de duas lutas imediatas e articuladas: a luta pelo fim do Governo Bolsonaro, que significa a queda do bloco político que o sustenta e não só do presidente. E a luta pela consequente restituição da soberania popular, com novas eleições livres, justas e plenamente democráticas, que só podem acontecer com Lula livre e participando ativamente do processo político. Devem ser seguidas pela convocação de uma Assembleia Constituinte, livre e soberana, encarregada de fazer as mudanças estruturais que fortaleçam a democracia e criem as condições para construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país. A prisão política de Lula, que o tirou da disputa presidencial e elegeu uma fraude, é o maior símbolo dessa construção democrática interrompida. Seu encarceramento, por meio de um processo político e da condenação por um juiz parcial, visa paralisar, amedrontar e desmoralizar a classe trabalhadora. Por isso, a luta pela libertação de Lula e anulação de sua pena possui importância estratégica para a CUT.

3 - Defesa da soberania nacional

Soberania nacional e democracia andam juntas. Uma nação só é soberana quando seu Estado é subordinado aos interesses de seu povo. E o governo Bolsonaro orgulha-se de sua submissão aos interesses imperiais estadunidenses e aos interesses do capital financeiro, a exemplo do que acontece na entregatod da Base de Alcântara. A estratégia econômica vigente busca o crescimento através do investimento privado estrangeiro, aplicado nas operações capitalistas de exploração de recursos naturais e na privatização selvagem do patrimônio público. A estratégia da CUT aponta em sentido oposto: a exploração soberana, sustentável e democrática dos nossos bens naturais como alavanca para uma mudança da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho. Para isso, o país não pode abrir mão da ação indutora e reguladora do Estado em setores estratégicos da

economia. A defesa e o cuidado com nosso território fazem parte de um projeto de nação soberana, por isso é urgente o fim do desmatamento e da mineração predatória, a demarcação das terras indígenas, a manutenção de suas reservas e a promoção do desenvolvimento local, baseadas no conhecimento tradicional, na inclusão econômica das populações e no uso sustentável da terra e das águas, incluindo o fortalecimento dos acordos econômicos, políticos e socioambientais na América Latina que garantam essas iniciativas nos biomas compartilhados. Uma política externa ativa e altiva é o caminho soberano do Brasil na construção de relações internacionais multilaterais e de uma geopolítica multipolar.

EIXO II - Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

A luta por melhores condições de vida e trabalho nos leva ao engajamento no processo de transformação da sociedade em direção à democracia e ao socialismo, por meio da construção de alternativas das trabalhadoras e dos trabalhadores para o Brasil.

Os processos de construção de desigualdade, que hoje tendem a superar os limites clássicos da exploração do trabalho, buscam criar uma sociedade onde o trabalho perde a centralidade. É neste contexto que a CUT deve questionar com mais intensidade os pilares dessa dominação capitalista e apresentar projetos de sociedade, de Estado e de desenvolvimento defendidos por nós, que são antagônicos aos atuais (hegemonizados pelo capital), um projeto democrático e popular com centralidade do trabalho e combate às desigualdades.

Assim, a CUT deve potencializar suas ações para a construção dessa alternativa de desenvolvimento, baseada nas definições de diversos congressos e consubstanciadas na Plataforma da CUT para o Desenvolvimento e que contribuíram para a construção da PLADA, organizada pela CSA, com uma agenda propositiva desde o âmbito local até o nacional.

Essa Plataforma, com as necessárias atualizações, conterà propostas e medidas visando o crescimento econômico, geração de empregos, distribuição de renda, inclusão social e o combate às mais diversas discriminações, orientando nossos sindicatos, Ramos e Estaduais para o enfrentamento e combate às nefastas políticas atuais, revertendo as diretrizes erráticas implementadas no governo Bolsonaro, com a priorização das seguintes diretrizes estratégicas:

1. Geração de Emprego Decente e Igualdade, priorizando a retomada das políticas voltadas para o combate às desigualdades de gênero, raça, juventude; o combate ao desemprego através da retomada do crescimento e de políticas voltadas para a qualificação das/os trabalhadoras e trabalhadores, intermediação na busca de emprego, proteção aos desempregados (seguro-desemprego) e geração de empregos de qualidade e decentes, assim como a consolidação de uma política de valorização do Salário Mínimo;
2. Transição ecológica para uma economia de baixo impacto ambiental e alto valor agregado, com investimento em desenvolvimento nacional de tecnologias para matriz energética renovável e modernização da matriz produtiva brasileira, com transição justa de seus trabalhadoras e trabalhadores e comunidades impactadas;
3. Estado como indutor do desenvolvimento, com política de progressiva desmercantilização dos serviços públicos essenciais e reestatização de empresas públicas essenciais para a população, equilíbrio fiscal e justiça tributária, com uma educação pública e de qualidade e o fortalecimento do sistema de proteção social;
4. Sistema financeiro que preserve a soberania nacional, controlando os capitais, combatendo a especulação e puxando a redução da taxa de juros, fortalecimento dos bancos públicos e dos bancos de desenvolvimento nacional e regionais, além de participação social na definição dessa regulação;
5. Retomada da indústria nacional com foco no readensamento tecnológico e de cadeias produtivas de valor, maior esforço inovador articulado com universidades e centros de pesquisa, com apoio a setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, e políticas que utilizem de forma estratégica as empresas estatais;
6. Incremento da democracia participativa, com participação popular na definição dos rumos do país e comunicação a serviço da sociedade e da democracia;
7. Fomento ao modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário, com democratização do acesso à terra, Reforma Agrária e fortalecimento da Agricultura Familiar e camponesa e da soberania e segurança alimentar e nutricional, aumento do investimento nas iniciativas e cooperativas agroecológicas, reforçando alianças com os movimentos populares organizados no campo combatendo o extermínio das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

EIXO III - Ampliar a representação e fortalecer a organização, com atualização do projeto organizativo da CUT

A CUT busca, desde a sua fundação, romper as amarras do modelo corporativo de organização e ação sindical. Reafirmou, no 3º CONCUR, realizado em 1988, a concepção classista da Central: *“...independente do Estado e autônoma em relação a partidos políticos; que busca a unidade como decisão das/os trabalhadoras e trabalhadores, forjada na luta, e não como imposição legal; de massa, aberta ao conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores que coloca em movimento a defesa de seus interesses imediatos e históricos; que promove a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores em suas instâncias, valorizando a democracia interna; organizada a partir do local de trabalho, considerando a democratização das relações de trabalho elemento estruturante da sociedade democrática”*. É fundamental reafirmar esses princípios, assim como mantê-los em prática. Aprovou nesse Congresso uma estrutura que articula a dimensão horizontal e de classe (CUT Nacional e Estaduais da CUT) com a dimensão vertical (Ramos, organizados a partir do Sindicato).

Três décadas após o 3º CONCUR, o mundo do trabalho vem passando por profundas transformações: as trabalhadoras e os trabalhadores do setor formal representam apenas um segmento de uma classe trabalhadora cada vez mais fragmentada e diversa, na qual aumenta o peso do trabalho precário; não conseguimos superar o modelo sindical corporativo ao qual continuamos presos e em certa medida adaptados. Mudanças nesse sistema foram impulsionadas pela reforma trabalhista e serão aprofundadas por medidas anunciadas pelo atual governo, visando enfraquecer ainda mais os sindicatos ao promover sua fragmentação.

Estamos diante de um quadro que torna o debate sobre a atualização do projeto organizativo da CUT crucial, conferindo maior representatividade à organização sindical e potencializando sua ação em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

O sindicato deve se afirmar como instituição de representação classista, capaz de acolher e incorporar as aspirações econômicas, sociais e políticas de todas/os as trabalhadoras e os trabalhadores, de uni-los enquanto sujeitos de direitos, de promover sua consciência de classe e de colocá-los em movimento onde seus direitos e interesses são atacados - o local de trabalho e o território. Não conseguiremos fazer essas mudanças sem forte investimento na formação política de

dirigentes e de militantes, sem inovar radicalmente a política de Comunicação do sindicalismo CUTista.

O atual momento cria a oportunidade para fazermos mudanças, reafirmando a concepção sindical aprovada no 3º CONCURT, a começar pelas mudanças que podemos e devemos operar na estrutura e organização sindical, considerando as seguintes diretrizes:

1. Ampliar a representação sindical para o conjunto da classe trabalhadora, ultrapassando o conceito de categoria profissional. O que significa que os sindicatos devem buscar representar o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores do seu ramo de atividade econômica, com vínculo formal ou vínculo precário de emprego, outros segmentos como trabalhadores informais e desempregados, com o objetivo de lutar pela formalização e pelo emprego e renda. Os sindicatos devem ser espaços de articulação e unidade em torno de interesses comuns dos segmentos da classe trabalhadora;
2. Priorizar, fortalecer e ampliar a organização e representação das mulheres, da juventude e da população negra é imperativo para o sindicalismo que busca representar o conjunto da classe. A discriminação, a exclusão e a precarização desses trabalhadoras e trabalhadores fazem com que o machismo, o patriarcado, o racismo e exploração do trabalho juvenil, que são componentes estruturantes da formação da sociedade brasileira, contribuam para que mulheres, negros e jovens sejam os mais explorados pelo capital;
3. Garantir que os princípios que asseguram o direito de livre organização sindical, em consonância com as normas da OIT (convenções 87, 98 e 151) que fundamentam este direito nas sociedades democráticas, estejam presentes na Constituição Federal;
4. Promover a organização por ramo de atividade econômica com o objetivo de estimular processos articulados de negociação coletiva e de promover políticas setoriais de desenvolvimento que atendam aos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores representados pelo ramo;
5. Fortalecer a estrutura horizontal da CUT, promovendo a democracia interna, a solidariedade, a autossustentação financeira, a relação com sindicatos e Ramos, visando coordenar as ações e lutas de interesse da classe trabalhadora;

6. Assegurar o autofinanciamento das entidades sindicais por meio de deliberações aprovadas democraticamente em assembleia, como a contribuição associativa e taxa negocial, a sindicalização e outras iniciativas;

7. Fortalecer o sindicalismo rural em consonância com um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário com reforma agrária, de valorização da Agricultura Familiar e das assalariadas e assalariados rurais, que considere as especificidades históricas de construção da luta no campo, garantindo a produção de alimentos saudáveis para o campo e a cidade.

Atualizar o projeto organizativo da CUT, considerando sua complexidade e respeitando os espaços internos de tomada de decisão. As transformações propostas poderão envolver conflitos e disputas de interesse que devem ser submetidos a um processo de coordenação envolvendo sindicatos, Ramos, Estaduais da CUT e CUT Nacional e a seus fóruns de tomada de decisão.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Introdução

A CUT organiza, representa sindicalmente e dirige, numa perspectiva classista, a luta das trabalhadoras e trabalhadores do Brasil, da cidade e do campo, das águas e das florestas, do setor público e privado, ativas/os e inativas/os, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos, táticos e estratégicos, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em defesa da democracia e rumo ao socialismo.

Para tanto, nossa organização e estrutura sindical deve ser aquela coerente e articulada com nossa estratégia sindical. Uma estratégia que se pauta por ampliar a organização e a representação do conjunto da classe trabalhadora, a luta por direitos sociais e do trabalho e, conseqüentemente, pela transformação social.

O capitalismo contemporâneo, marcado pela financeirização do capital e por uma série de transformações tecnológicas, produz profundas alterações na composição da classe trabalhadora em escala global, que se torna assim cada vez mais fragmentada, heterogênea e complexa. Se, por um lado, nós trabalhadoras e trabalhadores dependemos da venda da nossa força de trabalho, por outro, cada vez mais vivenciamos o flagelo do desemprego e da precarização da contratação e das relações de trabalho.

Hoje, com a contínua desconstrução do sistema legal de contratação através dos sucessivos ataques empreendidos por governos neoliberais e de extrema-direita coexistem no mercado de trabalho diversas formas de relações laborais: trabalhadoras e trabalhadores com contrato formal, com contrato por tempo indeterminado, com o contrato temporário, intermitente, por tempo parcial, eventual, não formalizada/formalizado (sem carteira), terceirizada/terceirizado, autônoma/autônomo (inclusive contínua/contínuo), PJ⁶, MEI⁷, teletrabalho, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras e trabalhadores de plataformas, home office, formas associativas de trabalho, além das trabalhadoras e dos trabalhadores desempregados.

6 Pessoa Jurídica

7 Microempreendedor Individual.

Os desafios que a CUT enfrenta são enormes: além da mudança radical na organização da produção e do trabalho, do aumento do desemprego, da precarização, do aumento da pobreza extrema entre os trabalhadores, da concentração de renda e das desigualdades sociais, enfrentamos o desmonte da organização sindical e da pulverização de nossas bases. Uma ofensiva ideológica que promove o ódio e a criminalização do movimento sindical, que nega a identidade e a solidariedade de classe, que naturaliza a discriminação e as desigualdades, ao mesmo tempo que promove o individualismo e valores conservadores.

O movimento sindical também deve considerar que a classe trabalhadora não é homogênea, é formada por negros e negras, mulheres e homens, idosos e jovens, trabalhadoras e trabalhadores com deficiência, população LGBT, e que a inserção ocupacional desses segmentos populacionais é marcada por discriminações e preconceitos, o que aponta pautas que as entidades sindicais necessitam organizar, debater, acumular, se somar aos movimentos parceiros que já possuam acúmulo para organizar a formação e a ação, que possam subsidiar a luta e dar suporte a estas pautas nas entidades de base.

Atualmente, dos cerca de 106 milhões da chamada PEA⁸, apenas 33 milhões são trabalhadoras e trabalhadores com carteira assinada e 11 milhões estão formalizados no setor público- de um total de 95 milhões de ocupados, entre as assalariadas e assalariados, 18,2 milhões não têm carteira de trabalho assinada. As autônomas e autônomos/conta própria já somam 24 milhões. Existe um vasto contingente de trabalhadoras e trabalhadores que ainda não são sindicalizadas/os e apenas cerca de 17% das trabalhadoras e dos trabalhadores com carteira assinada e estatutárias e estatutários são filiados em alguma entidade sindical.

São essas mudanças que levam a CUT, no seu 13º Congresso, à necessidade de atualizar sua organização sindical. Trata-se de definirmos uma linha de ação estratégica que vise fortalecer nossas organizações e estruturas, ampliando sua base de representação, elevando sua representatividade, assim como avançando em direção a formas solidárias e coletivas de ação próprias do sindicalismo classista. Não conseguiremos fazer essas mudanças sem forte investimento na Formação política de dirigentes e militantes e sem inovar radicalmente a política de Comunicação do sindicalismo CUTista.

8 População Economicamente Ativa

Se devemos combater a flexibilização e a precarização, não podemos aceitar que nenhum trabalhador ou trabalhadora fique à margem da organização sindical e das lutas por conquistas e ampliação de direitos. Ao contrário, as mudanças estruturais do trabalho e a desregulamentação da proteção trabalhista, demandam outro modelo organizativo de sindicato e de Central. Mudanças que reafirmem nossa vocação de organizar o conjunto da classe trabalhadora - por meio de seus sindicatos e demais organizações de caráter classista - compromissos históricos e condizentes com as mudanças do mundo do trabalho, da composição da classe trabalhadora e do atual estágio da luta de classes.

O Eixo 3 da Estratégia expressa essas necessidades e objetivos, reafirmadas e deliberadas aqui:

1. Reiteramos o princípio da liberdade e autonomia sindical como elemento constitutivo e estruturante do sindicalismo CUTista, tendo como referência a Convenção 87 da OIT (Liberdade Sindical e Proteção ao Direito de Sindicalização), ao mesmo tempo que lutamos pela plena implementação das Convenções 98 (Direito de Sindicalização e Negociação Coletiva), 151 (Direito de Sindicalização e Relações de Trabalho na Administração Pública) e 135 (Proteção de Representantes de Trabalhadores);

2. Tendo em conta as transformações que geram um contingente significativo de trabalhadoras e trabalhadores à margem da organização sindical, reiteramos o objetivo de ampliar a representação sindical para o conjunto da classe trabalhadora, ultrapassando o conceito de categoria profissional e o de um sindicato restrito a esse conceito. Para tanto, devemos identificar e organizar trabalhadoras e trabalhadores, associações de trabalhadoras e trabalhadores de caráter classista no contexto dessa nova configuração do mundo do trabalho (trabalho precário, informais, desempregados, trabalhadoras e trabalhadores de plataforma, MEIs etc.), visando ampliar a organização e a representação do conjunto da classe trabalhadora;

3. Reafirmamos a importância de resgatar sindicatos que se afastaram do cotidiano e das instâncias da CUT, promover a fusão de entidades sindicais, além de orientar e promover um processo imediato de filiação de novos sindicatos, associações de caráter classista e outras formas de organização da classe trabalhadora. Essas novas formas de organização devem se articular por meio das Estaduais da CUT e/ou Ramos da sua atividade econômica.

Organização e representação nos sindicatos, nas estruturas vertical e horizontal

Estamos diante de uma disputa ideológica em que o aparato cultural, midiático e governamental fomenta a ideia da meritocracia e do sucesso individual em detrimento de uma ação coletiva defendida e respaldada pela concepção sindical que defendemos. No entanto, a história da humanidade já nos mostrou por diversas vezes que não há saída individual para problemas coletivos e que, portanto, enquanto houver explorador e explorado sempre haverá a necessidade de uma ação coletiva capaz de enfrentar e superar esses desafios.

É necessário enfrentar essa realidade com racionalidade e criatividade, fortalecendo o princípio de solidariedade entre as entidades CUTistas no mesmo território, onde devem se organizar numa perspectiva mais horizontal.

Nesse sentido, o 13º Congresso tem a tarefa de aprofundar a reflexão sobre a organização desde o local de trabalho até as instâncias nacionais e de reconhecer alternativas de organização e representação visando fortalecer o sindicalismo CUTista.

Organização das Mulheres, Negros, Juventude, Aposentados e Pessoas com Deficiência

A organização e representação das mulheres, negros e jovens e pessoas com deficiência no interior da Central e dos sindicatos filiados são imperativos para a construção de um sindicalismo forte e combativo que represente a luta dos diversos segmentos da classe trabalhadora na defesa de seus direitos e reivindicações para a construção de um novo sindicalismo que represente os diversos segmentos da classe trabalhadora. As mulheres, em sua maioria, na trajetória profissional, encontram maiores dificuldades de acesso a postos de trabalho formais, assim como a população negra e as/os jovens. As mulheres negras em especial ocupam os empregos formais e informais com os menores salários e mais precarizados e sem proteção social.

A CUT tem claro que, para continuar representando todos os segmentos da classe trabalhadora, deve tomar para si o compromisso de organizar e representar esses trabalhadoras e trabalhadores mais vulneráveis e neste sentido, considera:

1. Que a organização das mulheres, negros e jovens e pessoas com deficiência no interior da Central e de suas instâncias tem contribuído para uma maior intervenção na busca por igualdade e no combate às discriminações, sendo fundamental

no combate à violência, à misoginia, ao racismo e na luta pela manutenção e ampliação de direitos políticos e sociais;

2. Que ao longo de sua história avançou muito na organização das mulheres, sendo precursora e fiadora em âmbito nacional e internacional com a aprovação das cotas, criação de um espaço específico na sua estrutura (Secretaria), paridade nas suas instâncias de deliberação (aprovada em 2012 e aplicada em 2015); mas que é preciso ir mais além, incluindo na ação cotidiana da Central, instâncias e sindicatos as situações concretas vividas pelas mulheres no trabalho, na vida e no movimento sindical;

3. Que as demandas trazidas pela população negra e pela juventude trabalhadora e pessoas com deficiência desafiaram a CUT a criar estruturas específicas no seu interior (Secretarias), importantes espaços de construção de políticas voltadas ao combate do racismo e das discriminações no trabalho e na sociedade, além de processos de organização no interior da CUT;

4. Que esses espaços de construção coletiva ainda enfrentam limites no âmbito da Central, à medida que as questões relacionadas à relação gênero, raça/cor, geracional permanecem desconectadas ou invisibilizadas enquanto demandas da classe trabalhadora; ou seja, essas questões devem ser assumidas coletivamente pelo conjunto das instâncias, sendo necessária essa intersecção como horizonte que norteie a nossa ação, a partir dos sindicatos.

A partir dessas constatações, o 13º CONCUR orienta que:

1. As instâncias e sindicatos devam estabelecer uma política para o desenvolvimento de ações voltadas a ampliar a formação e participação das mulheres, negros, negras e juventude e pessoas com deficiência nos seus diversos espaços de direção, de representação e de formulação, bem como nas mesas de negociação;

2. As instâncias devam ter como foco ações que respondam aos desafios da representação e organização desses segmentos, com definição de estratégia de atuação que priorize a sua inclusão na formação e formulação de políticas e pautas de intervenção sindical aliada aos movimentos sociais com acúmulo nas pautas;

3. As Estaduais, Confederações e Federações Nacionais e sindicatos garantam o desenvolvimento das políticas de gênero, raça e geracional enquanto uma estratégia para superar as discriminações, a misoginia e a exclusão social, incluindo as ações necessárias em seus planejamentos estratégicos e nas suas prioridades

de ação, principalmente nas discussões sobre as reformas iniciadas e praticadas pelos governos (Federal, Estaduais e Municipais);

4. As Estaduais, Confederações, Federações Nacionais e sindicatos desenvolvam ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos, definindo ações na defesa de políticas públicas para as diversas áreas;

5. Elaborar minuta de pautas prioritárias de mulheres, negro/as, LGBT e jovens da base sindical para serem inseridas nas negociações coletivas, como creches, campanhas de combate ao racismo e às discriminações;

6. As entidades dos diversos ramos busquem ampliar a representação e o alcance das negociações coletivas de forma a abarcar, além das questões relativas às demandas específicas de cada categoria, os demais temas que afetam de forma diferente as mulheres, negras/os, juventude, e pessoas com deficiência, LGBT, indígenas e migrantes nas relações de trabalho, a exemplo da discriminação e desigualdade de remuneração e de tratamento, considerando experiências acumuladas em alguns setores;

7. A CUT, a partir das Estaduais e sindicatos deverá desenvolver ações voltadas à organização e formulação de políticas públicas, organizando a luta para a ampliação e aplicação das políticas de Estado e construção de políticas públicas e de garantia de direitos para os segmentos (mulheres, negros, jovens, pessoas com deficiência, migrantes, indígenas e LGBT);

8. A CUT oriente os seus sindicatos, Federações e Confederações a garantir em suas delegações a participação mínima de 10% de jovens trabalhadoras e trabalhadores para os próximos congressos, conferências, seminários, plenárias e espaços de formação, bem como fortalecer os coletivos;

9. As entidades garantam em suas delegações a ampliação da participação de aposentados, aposentadas, pensionistas e pessoas com deficiência.

A CUT e o trabalho associado

Desde o seu 5º CONCUR, realizado no ano de 1994, até o 12º CONCUR, a CUT vem produzindo um largo cabedal de resoluções sobre o tema do trabalho associado na perspectiva da economia solidária. Todo esse processo qualifica a nossa Central como uma das principais referências em termos do patrimônio político,

conceitual e prático a respeito do tema. Patrimônio esse que em grande parte se materializa na ADS⁹, seu ente orgânico para lidar diretamente com o tema.

Ao longo de todos esses anos, as resoluções da CUT trataram de questões como reforma agrária, agricultura familiar, produção agroecológica, crédito cooperativo e solidário, comércio justo e solidário. Essas resoluções entendem o associativismo e o cooperativismo solidário na ótica do cooperativismo autêntico, cuja marca principal é a propriedade coletiva dos meios de produção e o exercício da autogestão. Esta última, sendo vista como prática política cotidiana resultante dos processos de auto-organização da classe. Estes são os principais elementos a distinguirem estes empreendimentos das chamadas “coopergatos” e outras formas de intermediação usadas para mascarar a exploração e a precarização da relação de trabalho.

Considerando todo esse acúmulo em relação ao trabalho associado, assim como as transformações do mundo do trabalho decorrentes do atual estágio de acumulação capitalista e da atual conjuntura discutidas ao longo de todo esse documento, o 13º Congresso decide:

1. Recuperar e atualizar todas as formulações sobre o tema, além de aprofundar o debate sobre o trabalho associado na perspectiva da economia Solidária e de sua relação com o movimento sindical;
2. Desenvolver ações em que o associativismo e o cooperativismo solidário sejam ferramentas políticas de resgate da consciência classista dos trabalhadoras e trabalhadores, combatendo, dessa forma, um contexto de aprofundamento do desemprego estrutural aliado às formas de contratação precárias, corroboradas por mistificações ideológicas criadas pelo capital, como a “meritocracia”, o “empreendedorismo individual”, a “teologia da prosperidade” etc., que amplia o fosso entre os vários segmentos da classe trabalhadora;
3. Orientar os sindicatos a estreitar as relações de solidariedade e de cooperação com segmentos urbanos e rurais da classe trabalhadora que atuam em sua base de representação e que estão organizados através de associação de pequenos empreendedores ou de cooperativas, sendo aquelas que se comungam com os nossos ideais e interesses;

9 Agência de Desenvolvimento Solidário

4. Que a CUT por meio de seus entes (ADS, Observatório Social etc.), estimule ações de aproximação e articulação com o campo do trabalho associado, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico por meio de debates, seminários, pesquisas, estudos, publicações.

A Negociação Coletiva

O direito à negociação coletiva vem sofrendo pesado ataque. É o principal campo do embate entre capital e trabalho, onde as trabalhadoras e trabalhadores organizados em sindicatos lutam por ampliação ou, em tempos de crise, pela manutenção de direitos. Esse é um dos principais pontos atacados na reforma trabalhista que acontece no Brasil e nas reformas que aconteceram em outros países, atendendo aos interesses do setor patronal.

A sobreposição do negociado sobre o legislado para rebaixar direitos, a legalização da terceirização sem regras, o fim da ultratividade dos acordos e convenções, a criação de novas possibilidades de negociação individual e a investida contra os sindicatos fragilizam a negociação coletiva e facilitam a retirada de direitos. A lógica das negociações coletivas foi invertida, de forma a assegurar a predominância do individualismo contra as alternativas coletivas.

O aumento da informalidade e da precarização no mercado de trabalho deixa um contingente cada vez maior de trabalhadores sem representação sindical e sem cobertura de negociação coletiva.

Em um ambiente de estímulo à fragmentação, a defesa da liberdade sindical se torna ainda mais importante, dado que se por um lado há tentativas de enfraquecimento das organizações sindicais, a liberdade sindical poderia estimular o trabalhador/a aderir ao sindicato mais “representativo”. Assim, as diretrizes da CUT para a negociação coletiva são:

1. Combater a pulverização que leva ao enfraquecimento da ação coletiva, através da unificação de data-base e de pauta, de negociações as mais amplas possíveis;
2. Criar mecanismos de centralização das negociações, como a data-base, por exemplo, no âmbito dos ramos e macrossetores, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva, envolvendo diferentes categorias que desenvolvem a negociação coletiva num mesmo período. Da mesma forma, é urgente criar instrumentos de negociação coletiva para todas trabalhadoras e todos

trabalhadores, independentemente da existência ou não de um vínculo formal de trabalho;

3. Investir na adoção de um contrato coletivo nacional articulado em diversos níveis;

4. Responder às demandas concretas das trabalhadoras e trabalhadores por melhoria das condições de trabalho (saúde e segurança, ergonomia, jornada, ritmo do trabalho), qualificação profissional e melhores salários, visando estabelecer patamares comuns de direitos coletivos;

5. Incluir cláusula de acesso a informações relativas aos tipos de contratos individuais de trabalho existentes nas empresas; aos contratos de trabalho terceirizados: empresas de prestação de serviços, PJs, entre outras, nos processos de negociações coletivas.

Levando em conta essas considerações e as contribuições enviadas pelas entidades, o 13º CONCUR orienta que:

1. Os sindicatos tracem estratégias visando priorizar e intensificar uma relação direta com todas trabalhadoras e trabalhadores na sua base, independentemente da existência ou não de vínculo formal, tendo em vista avançar na representação de todas/os nos processos de negociação coletiva;

2. Os sindicatos envolvam PJs, MEIs, estagiárias e estagiários, terceiras e terceiros, intermitentes e outros, isto é, deve-se encontrar formas de ampliar as garantias negociais para além das trabalhadoras e trabalhadores formalmente contratados;

3. Os Ramos avancem na construção de pautas mínimas comuns, de unificação de data-base e de mobilização de seus sindicatos;

4. Os Ramos se articulem e se organizem de acordo com características que os unifiquem, tendo em vista fortalecer os processos de mobilização e negociação em conjunto;

5. As Estaduais da CUT se articulem com os sindicatos e Federações, acompanhem os processos de negociação coletiva para que sejam espaço de construção de propostas de políticas públicas para garantir direitos e proteção social para as trabalhadoras e os trabalhadores que se encontram na economia informal e em trabalho precário;

6. As Estaduais da CUT e a Nacional devem contribuir com os Ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-bases de categorias e preparação de campanhas nacionalmente organizadas pelos Ramos;

7. A CUT desenvolva um novo programa de formação em negociação coletiva (programa que compreenda: pesquisa, curso e acompanhamento de ações), considerando todas as novas formas de contratação de trabalhadoras e trabalhadores que estão em vigor no Brasil, voltado para a estrutura vertical .

Os sindicatos e as demais associações de trabalhadoras e trabalhadores

O sindicato deve se afirmar como instituição de representação classista capaz de acolher e incorporar as aspirações, econômicas, sociais e políticas de todas/os trabalhadoras e trabalhadores, de uni-las/os enquanto sujeitos de direitos, de promover sua consciência de classe e de colocá-los em movimento onde seus direitos e interesses são atacados- o local de trabalho e o território.

Um desafio que nos acompanha há muito tempo, fruto da herança da estrutura corporativa, é a unificação de sindicatos. Não podemos mais nos pulverizar em entidades com baixos percentuais de representação e sem força de negociação. É preciso efetuar fusão e unificação das lutas de entidades que representam trabalhadoras e trabalhadores do mesmo setor de atividade econômica, compartilham a mesma base territorial, a mesma realidade e as mesmas demandas, fortalecendo seu poder de mobilização e negociação.

Considerando a história, a diversidade e a realidade de cada sindicato CUTista, os passos para essa transição na atuação cotidiana, amparados nos princípios fundantes da CUT, podem ser identificados nas seguintes orientações:

1. Avançar na sindicalização, organizando e filiando todos as trabalhadoras e os trabalhadores independentemente da forma de contratação a que estejam submetidos no local de trabalho ou fora dele - na sua base de representação, garantindo canais de diálogo visando fortalecer o coletivo, o sentimento de pertencimento, com reconhecimento de suas pautas e de suas lutas, ultrapassando, dessa forma, o conceito de categoria profissional e o de um sindicato restrito a esse conceito.

2. Criar e disputar associações de trabalhadores de caráter classista e outras formas de organização da classe trabalhadora, identificando em determinados

agrupamentos de trabalhadoras e trabalhadores que possuam pautas referentes ao mundo do trabalho, a possibilidade de criar uma associação quando estes não estejam ou não se veem representados pelas atuais entidades. Ao mesmo tempo, identificar as associações existentes, disputando-as para o campo CUTista. Construir pautas que articulem esses segmentos ao conjunto da classe trabalhadora, criando sentimento de pertencimento com o reconhecimento de suas pautas e lutas, visando sindicalizá-los ou constituir sindicatos. Essas novas formas de organização devem se articular por meio das Estaduais da CUT e/ou Ramos da sua atividade econômica;

3. Assegurar a possibilidade do trabalhador/a, no caso de desemprego, manter-se associado junto ao sindicato por período a ser definido pelas entidades;

4. Constituir espaços de articulação e unidade em torno de interesses comuns dos segmentos da classe trabalhadora e organizar a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores desempregados/os (por emprego, seguro-desemprego, seguro social, aluguel social, renda mínima, creches e restaurantes comunitários etc.), visando transformar o sindicato no principal espaço de organização deste segmento;

5. Fortalecer e ampliar a representação no local de trabalho como forma de defender os interesses imediatos das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadoras e de inibir iniciativas das empresas de promover e manter sob seu controle iniciativas de representação dos trabalhadoras e trabalhadores;

6. Neste 13º CONCUR, o movimento sindical CUTista, particularmente os sindicatos, devem promover um consistente pacto em torno de UMA CAMPANHA DE IMPLANTAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES NOS LOCAIS DE TRABALHO (OLTs), inspirada nas modalidades de organização de base bem-sucedidas, como as Comissões Sindicais de Empresa (CSEs) e Representante Sindical por Unidade de Trabalho (RSU) e outras. Para que essa campanha não se transforme em uma carta de boas intenções, as Estaduais da CUT, em conjunto com os Ramos e Macrossetores devem traçar um plano de trabalho meticuloso para que possamos chegar em 2022 com organizações de base instaladas nos principais locais de trabalho do país e incorporadas efetivamente às estruturas diretivas dos sindicatos. Uma das principais tarefas de formação no próximo período deve ser a elaboração de ações de formação para dirigentes que emergirão das OLTs, preparando-as/os para disputar a representação da classe e a hegemonia nas unidades de trabalho;

7. Tornar o sindicato efetivamente a referência da CUT no local, sendo um espaço de articulação com os movimentos populares organizados, pastorais, associações e conselhos de políticas públicas, com apoio das Estaduais e Ramos da CUT, constituindo-se em polo aglutinador de políticas em defesa da classe trabalhadora e promovendo ações no campo da cultura em sintonia com as pautas e reivindicações da comunidade, de acordo com cada realidade. Devem também fomentar iniciativas que promovam o desenvolvimento solidário com a realização de feiras, festivais e exposições de trabalhadores para trabalhadores;

8. Recuperar e aprimorar formas de funcionamento em rede, ou seja, potencializar sua estrutura física (prédios, carros etc.), bem como seu corpo de dirigentes e funcionárias/os, colocando-os, mais do que já o fazem, a serviço dos trabalhadoras e trabalhadores, tornando o sindicato uma referência para o conjunto da classe trabalhadora no entorno de seu território de atuação. Incentivar uma rede solidária de sindicatos e associações que atuam no campo do mundo do trabalho e com estruturas solidárias;

9. Identificar demandas, promover, encaminhar e disputar políticas públicas de qualificação profissional, com ações articuladas com escolas de formação profissional de sindicatos, universidades em que tenham departamentos e setores acadêmicos capazes de dialogar com nossa concepção CUTista de educação integral;

10. Intensificar a formação política, sobretudo, para a juventude trabalhadora, para a construção de novas estratégias de luta diante dos desafios propostos pela intensificação do avanço do neoliberalismo;

11. Em sindicatos não filiados à CUT, os CUTistas devem se organizar para construção de oposições CUTistas, que devem ser apoiadas pelas Estaduais da CUT, direções locais e sindicatos, para construir as lutas na base dessas categoriais.

A estrutura vertical da CUT

No 3º Congresso, em 1988, foi aprovado que o sindicato da estrutura sindical da CUT seria por ramo de atividade econômica, e que seria necessário definir o número de ramos da estrutura vertical da CUT e estabelecer um processo de transição entre a estrutura oficial e a estrutura da CUT.

A atual configuração da estrutura vertical da CUT, a organização em ramos de atividades econômicas, com Federações e Confederações filiadas e orgânicas, foi deliberada no 4º CONCUR, em 1991 e na 5ª Plenária, em 1992, quando definimos

a constituição de 18 Ramos , transformando os departamentos então existentes em Ramos. As resoluções da 5ª Plenária apontaram, ao definir a atual estrutura organizativa de Ramos: *“...essa estrutura, que sempre criou obstáculos para a ação e a organização das/os trabalhadoras e trabalhadores, não é adequada também para responder aos novos desafios que estão surgindo como processo de reestruturação produtiva, particularmente no que se refere aos impactos das inovações tecnológicas, à flexibilização das relações de trabalho, aos novos padrões de acumulação e concentração de renda”*. Nada mais atual ao quadro de hoje.

A 12ª Plenária Nacional, em 2008, ratificou o texto aprovado no 9º CONCUR reconhecendo, no âmbito municipal, a equivalência entre o ramo de atividade e a esfera de contratação nos serviços públicos, garantindo a liberdade de opção das servidoras e servidores públicos e reconhece o Ramo dos Municipais, tendo como princípio a liberdade e autonomia sindical e o respeito mútuo entre os diversos ramos no serviço público da União, estados e municípios, constituindo-se, assim, os 19 Ramos existentes hoje na CUT.

Em 2011, a Plenária Estatutária constituiu os Macrossetores, definindo-os como espaços de formulação e articulação dos sindicatos e ramos, sem caráter de instância.

O acirramento das práticas e legislação antissindicais, o fim do imposto sindical sem a regulamentação de novas formas de financiamento, a tentativa de se impor um ambiente de fragmentação sindical a partir da vontade dos patrões, colocam para esse 13º CONCUR a tarefa de atualizar e aprofundar o debate sobre uma nova configuração da nossa Estrutura Vertical, alicerçada no fortalecimento da organização no local de trabalho, ampliação da representação sindical e nos princípios das Convenções nº 87, 98, 135 e 151, deliberando por orientações que levem a avançar a organização CUTista.

Dessa forma, apresentamos as seguintes diretrizes:

1. Reconfiguração dos Ramos da CUT: os atuais Ramos não estão mais em consonância com nossa estrutura político-sindical atual, como também em relação à organização da produção econômica. Para melhor representar as trabalhadoras e os trabalhadores e assegurar maior capacidade de negociação, devemos promover a reorganização dos nossos Ramos;

2. Federações e Confederações: estas entidades, construídas num outro momento histórico, necessitam hoje adequar-se aos desafios da atualidade. Por isso, é preciso uma aprofundada reflexão sobre qual a forma mais adequada de organização, partindo do pressuposto da unidade e fortalecimento em contraposição à fragmentação de representação, da unificação, ampliação da base de representação e negociações articuladas, otimizando estruturas e potencializando a ação sindical;

3. Macrossetores: definidos como espaços de formulação e articulação, conforme 14ª Plenária Nacional da CUT (2014). O resultado dessa experiência, por ser diferenciado em cada um deles, demonstra a necessidade de continuar os debates no próximo período, considerando as diretrizes e resoluções do 13º CONCUR, visando uma reconfiguração dos ramos e, conseqüentemente, desse espaço denominado macrossetores.

Nesse sentido, os macrossetores abaixo apresentam propostas específicas:

Macrossetor Indústria: propõe que, no prazo de 4 anos, ao longo do próximo mandato e a partir da aprovação nesse 13º CONCUR, as entidades do setor industrial que hoje atuam no Macrossetor da Indústria da CUT, organizem a Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es da Indústria da CUT, buscando dialogar com as entidades do segmento Energia para que também participem do processo. Essa Confederação seria organizada a partir dos sindicatos de base e das federações existentes, com base nas necessidades reais dos trabalhadoras e trabalhadores, buscando evoluir para um modelo organizativo, compartilhando e unificando estruturas, conforme as realidades locais. A sobreposição de uma Confederação Nacional à atual estrutura manteria o atual quadro de sindicatos e possibilitaria representar os grandes conjuntos da classe trabalhadora que não são organizados e representados pela CUT por conta da diversificação e precarização, como também possibilitaria a ampliação da representação em outras bases sindicais de outras centrais ou não, impedidos de terem opção sindical combativa ou alternativa.

Macrossetor Serviço Público: Na Oficina da Direção, foi apresentada pelo Serviço Público uma elaboração de que a CUT deve aprofundar o debate sobre a organização vertical considerando as especificidades de cada setor de atividade econômica. No serviço público esse debate deve considerar: (1) As especificidades da atividade, as diferentes esferas de governo (nacional, estadual e municipal) e os diferentes setores (segurança, educação, saúde etc.); (2) O desenvolvimento de

formas de representação e organização de todos os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público, independentemente do tipo de contratação; (3) Formas de promover a redução da fragmentação da representação sindical, seja entre categorias, seja geograficamente; (4) Formas de promover a articulação das pautas comuns em cada nível de governo, em cada setor e também conjuntamente.

Ramo da Educação: A política de Ramos da CUT é uma das estratégias de construção da unidade de ação entre as nossas entidades. O exemplo do ramo da educação mostra que foi exitoso o esforço de unificação de nossas entidades sindicais de funcionários e professores, que fortaleceu e unificou as lutas, antes dispersas e fragmentadas. Lutamos para evitar que a educação seja considerada um serviço na OMC¹⁰. Nesse sentido, a participação do ramo da educação no macrossetor de serviços está em contradição com a nossa histórica defesa intransigente da educação como bem público, não sujeito à comercialização desejada pelo neoliberalismo.

A estrutura horizontal da CUT

Estruturadas nos 27 estados do Brasil, as Estaduais da CUT sempre desempenharam um papel destacado na organização da ação sindical CUTista por todo o território nacional, na proximidade com nossos sindicatos filiados, junto aos movimentos sociais e à população, enraizando nossa concepção sindical, de país e de mundo. Mesmo assim, no último período, as Estaduais cumpriram papel destacado na mobilização da nossa base e articulação com movimentos populares para o combate das nefastas políticas de precarização e retirada de direitos.

Atualmente, mesmo com o esforço e dedicação de muitas direções, temos um diagnóstico de muitas dificuldades, tanto políticas quanto estruturais. Há um distanciamento das Estaduais da CUT com os sindicatos filiados. Plenárias estaduais ou regionais com participação de dirigentes e também da base, se tornaram cada vez mais escassas e, assim, reduziram o debate coletivo e a construção de lutas em mobilizações estruturadas na solidariedade. A falta de reuniões e de um funcionamento interno mais sistemático e permanente aumentam essas dificuldades.

Portanto, esse é um debate que não pode mais ser postergado. O enfrentamento mais pesado da destruição dos sindicatos e dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadoras dará na base, no território, no município, no

10 Organização Mundial do Comércio

lugar onde as pessoas vivem e se organizam. Por isso, fortalecer a nossa estrutura horizontal deve ser uma prioridade. A experiência exitosa que vem sendo desenvolvida no Nordeste a partir do Planejamento descentralizado da CUT Nacional em 2013, com a criação de um Fórum integrado pelas 9 CUTs da região, com uma dinâmica de reuniões bimestrais discutindo o desenvolvimento regional e promovendo diálogos com parlamentares e governo, é um exemplo importante.

E para isso, serão necessárias definições no sentido de fortalecer a ação política regional, a proximidade com nossas bases e o fortalecimento da solidariedade de classe.

Apresentamos as questões indicadas por diversas entidades, que devem ser levadas em conta pelas Estaduais da CUT ao se estruturarem e desenvolverem ações visando impulsionar as lutas e mobilizações dos CUTistas e da classe trabalhadora: o tamanho da direção e periodicidade de suas reuniões; o funcionamento de coletivos; a realização de plenárias; a redução de gastos com infraestrutura; a ampliação da arrecadação estatutária; a construção e o fortalecimento de estruturas solidárias. São algumas das iniciativas que devem nortear o debate nos estados, particularmente durante os CECUTs. As realidades locais, o nível de organização sindical e o conjunto de sindicatos filiados são bastante diversos entre os estados e devem ser levados em consideração

Papel e atuação das Estaduais da CUT

1. As Estaduais devem ser identificadas como um espaço aberto para a comunidade, onde se pode buscar informações sobre direitos, ter acesso a atividades de formação e articular as lutas da região. Para tal, é importante incentivar e articular a constituição de centros de referência e de acolhimento para trabalhadoras e trabalhadores por meio de estruturas coletivas, onde a militância possa atuar de forma integrada e conjunta praticando um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania das/os trabalhadoras e trabalhadores;

2. Devem igualmente adotar um plano de ação para fortalecimento e revitalização dos sindicatos que contribua para o aumento da taxa de sindicalização, do seu poder nos processos de negociação coletiva e do seu protagonismo na sociedade, assim como a identificação e conquista de novos sindicatos, especialmente os sem filiação a alguma central;

3. Devem também identificar e organizar trabalhadoras e trabalhadores da economia informal, os desempregados e aposentados, por meio de ações conjuntas nos locais de trabalho e nas ruas;

4. Devem, ainda, sintonizar o tamanho das direções estaduais e o conjunto de suas respectivas secretarias e coletivos, como nível de organização e a capacidade de financiamento e autossustentação da ação política, bem como fortalecer as direções com dirigentes sindicais que tenham a possibilidade de dedicação e representatividade.

Ressaltamos o papel das Escolas Sindicais da CUT, especialmente, para as comunidades rurais e os bairros das cidades, reconhecendo o potencial da territorialidade para promover a organização da classe trabalhadora e combater o retrocesso de direitos, visando a retomada das lutas de massas na sociedade.

Organização das trabalhadoras e das trabalhadores e trabalhadoresRurais

A expansão do capital no campo brasileiro e seus reflexos sobre o mundo do trabalho no universo da produção das agricultoras e agricultoras familiares, camponesas e camponesinos e assalariadas e assaliariados rurais tem se intensificado nas últimas décadas, e pode ser compreendida como expressão concreta das contradições do capital *versus* trabalho, que se consolida nas diversas formas de concentração da renda, fundiária, no êxodo rural e empobrecimentos das populações do campo e na precarização das condições de trabalho no campo, cuja expressão mais evidente é o trabalho escravo.

O Brasil rural representa, segundo novas estimativas do IBGE¹¹ (2017), 60% dos municípios brasileiros e 24% da população brasileira, ou seja, 1 em cada 4 pessoas trabalha no campo ou tem sua renda diretamente vinculada à atividade econômica rural; 1 em cada 4 pessoas tem seu modo de vida conectado à ruralidade.

Na atual conjuntura o ataque ao movimento sindical pós-golpe tem sido intensificado, em particular no meio rural com a retirada de direitos das assalariadas e assalariados e assalariadas rurais, desmonte das políticas públicas de apoio e fortalecimento à agricultura familiar e camponesa, bem como por medidas adotadas pelo governo para enfraquecer as entidades sindicais rurais e as perseguições e assassinatos de lideranças do campo.

11 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O campo é mais que um espaço de produção, é um espaço da vida que tem se configurado num fértil celeiro de organizações que representam os agricultores e as agricultoras familiares e camponeses, organização da produção, crédito e assalariados e assalariadas rurais. Conhecer as diversas organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para articular a luta política na construção de um projeto de organização e representação que desejamos é fundamental para a luta e a garantia dos direitos.

Essas diferentes formas de organização no campo sempre estiveram presentes na base da CUT e na sua construção. Mesmo reconhecendo o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG), da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares do Brasil (CONTRAF/Brasil) e da Confederação dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais, na experiência vivenciada no Macrossetor Rural, é fundamental que possamos dar um passo para fortalecer a organização dos rurais da CUT.

A CUT atualmente tem na sua base um universo de 1.509 entidades sindicais rurais filiadas, em todo território brasileiro, organizando e representando as trabalhadoras e os trabalhadores rurais na luta por melhorias das condições de vida e de trabalho no campo. Considerando esse cenário, as organizações sindicais de trabalhadoras e trabalhadores rurais devem ser capazes de constituir espaços de luta, proposição e elaboração de pautas gerais e específicas, além de promover espaços de unidade para defesa e fortalecimento das organizações sindicais do campo.

Para isso, o 13º CONCUR reafirma:

1. Fortalecer o Macrossetor Rural como um espaço de elaboração estratégico de reflexão e construção de ação comum dentro da CUT. O Macrossetor Rural tem a tarefa de organizar as trabalhadoras e trabalhadores assalariadas e assalariados rurais e as agricultoras e agricultores familiares CUTistas, com o objetivo de produzir ações e lutas unitárias, bem como, aumentar a agregação das/os CUTistas no campo;
2. O Macrossetor Rural deve articular junto às Estaduais da CUT um mapeamento/levantamento das demandas de organização dos rurais nos estados;
3. O resultado do acúmulo dessa construção deverá ser deliberado na plenária estatutária da CUT;

4. Intensificar a articulação das entidades sindicais, de organização da produção e comercialização e associações presentes no campo e suas lutas unitárias através dos Macrossetor Rural, baseada nos princípios da solidariedade de classe;
5. Construir uma agenda de ações comuns do Macrossetor Rural articulada às lutas gerais da classe trabalhadora;
6. Elaborar um calendário de reuniões do Macrossetor Rural;
7. Consolidar o Macrossetor Rural como um espaço de formação e assessoria para a organização dos rurais da CUT;
8. Utilizar o Macrossetor Rural como um espaço de construção de estratégias para ampliação da base CUTista, elevando o número de entidades filiadas à CUT;
9. Criar espaços regionais e estaduais do Macrossetor Rural;
10. Fortalecer as cooperativas e as associações da agricultura familiar como alternativas de enfrentamento ao capitalismo e de organização da produção e comercialização da agricultura familiar de forma solidária e sustentável.

Financiamento

O financiamento das nossas entidades sindicais, que é indissociável do debate de modelo de organização sindical, é um tema extremamente importante e complexo para este 13º CONCUR. Como afirmamos, na atual ofensiva regressiva e autoritária contra a democracia e a classe trabalhadora, enfrentamos um conjunto de ações governamentais e práticas antissindicais que promovem restrições à livre organização das/os trabalhadoras e trabalhadores, e que buscam estrangular financeiramente nossos sindicatos.

Nosso princípio fundamental é a autossustentação financeira. E a fonte da CUT e da nossa estrutura sindical é a contribuição financeira dos sindicatos filiados. Desde a contribuição voluntária dos sindicatos (CONCLAT em 1981 e 1º CONCUR em 1983), debatemos em nossas instâncias a importância da contribuição estatutária. Após várias alterações dos percentuais de mensalidades, chegamos aos atuais 10% sobre a arrecadação dos sindicatos (6º CONCUR/1997). A atual distribuição percentual da arrecadação foi deliberada, por último, na 15ª Plenária e Congresso Extraordinário/2017, ficando assim: 40% para as Estaduais da CUT (responsáveis pelo repasse às Escolas Sindicais), 38% para os Ramos e 22% para a CUT Nacional.

Em relação ao imposto, a CUT sempre entendeu seu papel para muitos sindicatos, que investiam este recurso na luta e na sua organização; mas ao mesmo tempo, sempre denunciávamos que o imposto permitia a acomodação, como também a sobrevivência e proliferação, em alguns casos, de “sindicatos de cartório”, preocupados única e exclusivamente em arrecadar o imposto, não em defender direitos das/os trabalhadoras e trabalhadores. Nossa posição histórica sempre aliou a luta pelo fim do imposto sindical com sua substituição por uma contribuição decidida pelas/os trabalhadoras e trabalhadores e que esta fosse fruto da ação, mobilização e negociação. Além disso, o fim do imposto deveria estar associado à aprovação de uma legislação que não só regulamentasse a contribuição negocial como também coibisse as práticas antissindicais.

A partir de 2008, após o reconhecimento das Centrais Sindicais, passamos a receber uma parcela (10%) dos recursos do imposto sindical, referentes à base CUTista, e que antes eram destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ao mesmo tempo, por decisão da CUT, os sindicatos que recebiam o imposto deixaram de pagar nas suas contribuições estatutárias a parcela dos 10% referentes ao imposto sindical, e também da contribuição assistencial e confederativa. Assim, aumentou-se a receita financeira da Central com o imposto sindical, mas por outro lado houve uma diminuição da arrecadação estatutária. Ainda, ciente da transitoriedade dos recursos provenientes do imposto sindical, estes passaram a ser investidos em políticas específicas, deliberadas pela Direção Nacional, tais como Organização Sindical, Formação, Comunicação, Política Internacional e Infraestrutura.

Com a reforma da legislação trabalhista e o fim do imposto sindical, encontramos uma situação de acomodação e fragilidade financeira da estrutura CUTista e de muitos sindicatos filiados, que não se prepararam para esta situação. O 12º CON-CUT (2015), em suas resoluções, ao reforçar a defesa da ratificação da Convenção 87 da OIT e pelo fim do imposto sindical, já sinalizava que os sindicatos CUTistas deveriam *“fazer o debate sincero com suas bases e estruturar suas finanças de modo a não depender mais deste imposto”*.

É imperioso radicalizar nossa concepção de autossustentação financeira. Hoje a tarefa de arrecadação estatutária está a cargo, em grande parte, da CUT Nacional. É imprescindível que as Estaduais passem a atuar de forma mais vigorosa, efetuando a discussão política para o convencimento dos sindicatos, pois estes, para contribuir com regularidade, necessitam se sentir representados e participantes

da ação política; isto é, a arrecadação estatutária não é meramente burocrática ou financeira, mas sim uma ação política.

A CUT e o conjunto dos sindicatos filiados têm que perseguir, com muito mais intensidade, nossa estratégia de aprofundar o trabalho de base, debater a representação sindical e ampliar a democracia e a autonomia, como também construir formas alternativas de receita financeira. Assim, o 13º CONCUR reafirma as seguintes diretrizes:

Autossustentação financeira

SINDICALIZAÇÃO: A sindicalização militante deve ser um esforço permanente. Não apenas realizar campanhas, mas sim reforçar a presença na base, estar presente na discussão com as/os trabalhadoras e trabalhadores. Se a desregulamentação, precarização e o avanço tecnológico têm reduzido os postos de trabalho em nossas categorias e criam novas formas de contratação, os sindicatos devem também debater como será sua representação, constituindo um sindicato cada vez mais horizontal e presente nos locais de trabalho.

ASSEMBLEIAS: As assembleias devem ser frequentes e amplamente convocadas, sendo o espaço prioritário para a discussão e aprovação das taxas coletivas. Reiteramos que, conforme resolução da 15ª Plenária e Congresso Extraordinário, a taxa negocial, aprovada em assembleia, não poderá ultrapassar o limite máximo de 1% da renda anual (remuneração) do trabalhador, a ser pago após a negociação do acordo (convenção) coletiva.

SOLIDARIEDADE SINDICAL: A participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais e outras ações é fundamental. A luta é da classe, não apenas das categorias, e não é apenas uma questão de racionalizar recursos financeiros, mas sim de potencializar e fortalecer nossas mobilizações. Devemos incentivar a discussão do compartilhamento das estruturas e dos serviços, incentivar a militância solidária.

Entidades sindicais que possuem instalações ociosas e enfrentam dificuldades de sustentação financeira, em nível local (sindicatos) ou estadual (sindicatos de base estadual e federações) devem colocar imediatamente em marcha iniciativas de integração e otimização de estruturas. Além de obter recursos financeiros com os imóveis liberados, o consórcio de entidades, que pode ser designado por Centro de Referência Sindical ou Casa dos Trabalhadores e Trabalhadoras, deve contribuir para aperfeiçoar a solidariedade, absorver as novas demandas oriundas da

crescente “uberização” da força de trabalho e fortalecer a construção de uma visão mais classista.

GESTÃOSINDICAL: A gestão da Central, suas instâncias e sindicatos filiados deve ser transparente e participativa, compreendida como um esforço político e de sintonia ao planejamento da entidade. Racionalizar e otimizar recursos para aumentar o investimento político na ação sindical, por meio do compartilhamento de estruturas (estrutura solidária), rentabilizar as existentes com responsabilidade, e reduzir os investimentos em estrutura interna. Um sindicato sem uma gestão com estes princípios terá dificuldade em manter a luta. Aqui, devemos reforçar a importância do curso de gestão na formação sindical para dirigentes da CUT e de seus sindicatos filiados, que deverá, inclusive, ser aprimorado e ampliado.

Viabilizar alternativas de financiamento, por meio de:

1. **RECEITAS ALTERNATIVAS:** Além do processo de sindicalização permanente e do trabalho de base militante, receitas alternativas podem ser construídas a partir de iniciativas tais como convênios e prestação de serviços que possibilitem ampliar a arrecadação. Nestas iniciativas reforçamos que é essencial precaução e observância à legislação, priorizando-se a transparência e a manutenção da autonomia do Sindicato, além de não perder de vista que nosso objetivo principal é a organização das/os trabalhadoras e que os recursos obtidos devem ser investidos na luta;

2. **NOVAS TECNOLOGIAS:** os sindicatos devem utilizar-se das novas tecnologias para desenvolver ferramentas, como aplicativos, por exemplo, que aliem novas formas de organização sindical, de divulgação, diálogo e consulta com as/os trabalhadoras e trabalhadores, novas formas de prestação de serviços;

3. Nas parcerias e projetos implementados pela CUT Nacional que possibilitem arrecadação financeira não-estatutária, destinar um percentual dos recursos ao fortalecimento das Estaduais da CUT. Este possível repasse, e respectivo percentual, deve ser discutido e aprovado pela Executiva Nacional.

Processo de Transição

Considerando sua complexidade e respeitando os espaços internos de tomada de decisão, o 13º Congresso Nacional da CUT orienta que as entidades CUTistas iniciem imediatamente esse processo de atualização, que estará em discussão e avaliação permanentes daqui até a próxima Plenária Estatutária, quando faremos o balanço e os ajustes necessários nas orientações da Central às suas entidades.

Pagamento de débitos para participação nos CECUTs

A Direção Executiva Nacional, por meio da Coordenação Nacional do 13º CON-CUT, no intuito de fortalecer a participação e representatividade nos Congressos Estaduais, apresentou ao plenário do Congresso - e teve aprovação - a seguinte proposta de parcelamento de débitos estatutárias e estatutários visando a participação nos CECUTs:

1. A presente proposta é uma excepcionalidade, aplica-se exclusivamente aos sindicatos não aptos ao 13º CON-CUT;
2. As condições para aderirem ao parcelamento são as seguintes:
 - a. O sindicato deverá apresentar proposta de acordo até 10 dias antes da realização do respectivo CECUT;
 - b. O sindicato que desejar efetuar um recadastramento deverá apresentar à Secretaria-Geral Nacional ficha de atualização até 10 dias antes do respectivo CECUT;
 - c. A proposta de parcelamento deverá prever o pagamento de no mínimo 30% do total da dívida existente até 10 dias antes da realização do respectivo CECUT;
 - d. A assembleia para eleição das delegadas e delegados aos CECUTs, nos casos em que o sindicato não a tenha realizado no prazo regimental inicial, poderá ser realizada até 10 dias antes do respectivo CECUT;
 - e. A ata das assembleias com a relação de delegadas e delegados deverá ser enviada à Secretaria-Geral Nacional, com cópia para a Secretaria-Geral Estadual, no prazo máximo de dois dias após a realização da assembleia;
 - f. Cumprido os requisitos o sindicato estará na listagem oficial, emitida pela CUT Nacional, de entidades aptas ao respectivo CECUT;
 - g. O credenciamento e a participação das delegadas e delegados dos sindicatos que aderirem a esta proposta deverá, obrigatoriamente, ser referendado pelo plenário do respectivo CECUT.

RESOLUÇÕES

EIXO I: Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

América Latina

Na América Latina, durante as últimas duas décadas, uma série de governos progressistas possibilitou que um conjunto de políticas públicas se traduzisse na redução da desigualdade social e econômica, da pobreza e da miséria. No entanto, o fim do superciclo das commodities, resultado, sobretudo, da crise mundial de 2008, teve um forte impacto negativo na economia da região e favoreceu a retomada de governos com clara orientação conservadora e pró-imperialista e até mesmo de extrema-direita.

Nessa situação, mais do que nunca a classe trabalhadora necessita de sindicatos como instrumentos de defesa contra a superexploração, que sejam organizações independentes dos patrões e governos, e que promovam a organização e a unidade da classe trabalhadora. Para tanto, os sindicatos devem apoiar-se e participar na resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores e dos povos.

Essa resistência também se expressa em nossa região, na América Latina. A começar pela situação na Venezuela, onde, apesar do caos econômico e social provocado pelo bloqueio econômico criminoso do imperialismo iniciada no governo Obama e aprofundada de forma brutal por Trump com ameaças de intervenção militar- o povo se agarra às conquistas obtidas desde o primeiro governo de Chávez, que hoje estão em questão, para resistir contra o cerco e as ameaças dos EUA. Depois de fracassar a tentativa de impor o “autoproclamado” Guaidó, Trump decretou em cinco de agosto o embargo total ao comércio com a Venezuela, forçando inclusive terceiros países a aderirem a ele como condição para comerciar com os EUA.

Defender a soberania da Venezuela contra a agressão imperialista e o bloqueio econômico que também foi reforçado contra Cuba, independentemente da opinião que se possa ter sobre a política do governo Maduro, é uma questão chave para todos os que querem uma América Latina livre e soberana, pois a política de Trump para o país vizinho concentra a sua política para todo o continente:

recuperar o terreno perdido para que a América Latina volte a ser o “quintal” dos EUA, contando com as elites e burguesias locais que são sócias menores do imperialismo.

A eleição de Lopez Obrador no México também expressa a resistência contra a transformação da nação em um novo Porto Rico, onde, aliás, a resistência também se manifestou na recente mobilização popular que derrubou o governador desse “Estado livre associado aos EUA”¹².

Acordo Mercosul - União Europeia

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE), representa um impacto desastroso sobre o nosso sistema produtivo, a soberania nacional e as possibilidades de um projeto de desenvolvimento sustentável e de integração regional.

O acordo vai liberalizar mais de 90% do comércio de bens em um prazo de menos dez anos. O acordo abrange bens, serviços, investimentos e compras governamentais. Os prazos estreitos ameaçam ainda mais uma transição ordenada dos setores produtivos, com impactos substanciais tanto na quantidade quanto na qualidade do emprego em ambas as regiões, além de resultar em situações imprevistas de deslocamento social (migrações do campo para a cidade, desemprego industrial em massa etc.), ainda mais se considerarmos a brutal assimetria na competitividade entre os dois blocos econômicos. Um cenário com aumento do desemprego, diminuição da competitividade e perdas irreparáveis na balança comercial.

12 Após a realização do 13º CONCURTO, a América Latina vive um período de enormes mobilizações populares - apenas em 2019, ocorreram massivos protestos no Haiti, Peru, Equador, Chile e Colômbia. A vitória eleitoral da esquerda na Argentina se confirmou e Alberto Fernández foi eleito, em primeiro turno, presidente da nação. Na Uruguai, em um resultado eleitoral extremamente apertado, a Frente Ampla não conseguiu um quarto mandato presidencial. Na Bolívia, Evo Morales sofreu um golpe de Estado. Diferentemente dos recentes golpes em Honduras, Paraguai e também no Brasil, que tentaram simular um ambiente de normalidade constitucional, o golpe na Bolívia repetiu os sangrentos métodos dos golpes de Estado das décadas de 1960 e 1970.

Assim, a questão da ruptura com o imperialismo como condição para a construção de nações livres e soberanas na América Latina se revela de forma clara. Ainda mais depois da sucessão de golpes de Estado, como no Brasil, antecedido por Honduras e Paraguai, patrocinados diretamente por Washington, e o apoio direto à eleição de governos direitistas e submissos aos EUA, como Bolsonaro.

O Mercosul aceitou remover tarifas em setores estratégicos de nossa já frágil indústria, como automóveis, autopeças, químicos e fármacos. A indústria brasileira, que ano após ano já vem perdendo participação no PIB¹³ nacional, pode sofrer um golpe definitivo.

Também é extremamente preocupante que o acordo não contemple a manutenção e a inclusão de instrumentos como salvaguardas comerciais, cláusulas de indústria nascente, regimes suspensivos e licenças de importação- todos eles permitidos e regulados atualmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Importante destacar que a União Europeia tem reivindicado que os países do Mercosul não quebrem patentes para a fabricação de medicamentos por um período de cinco anos após o registro do produto, o que colocaria em risco o bem-sucedido programa brasileiro de genéricos.

É inaceitável assinar um acordo de tal magnitude sem estimar o impacto no crescimento econômico, na quantidade e na qualidade dos empregos e nas desigualdades de renda no longo prazo, assim como os impactos ambientais que um modelo de desenvolvimento ainda mais dependente do agronegócio poderá causar. Além do mais, o acordo foi fechado no pior momento possível em termos da capacidade negociadora do Mercosul. Os dois principais negociadores, Brasil e Argentina, estão fragilizados política e economicamente. Um exemplo dessa fragilidade é que o atual acordo prevê uma cota de exportação de apenas 99 mil toneladas de carne bovina por ano. Em 2004, o Brasil não aceitou uma oferta de 300 mil toneladas por ano.

Em síntese, o acordo repete o modelo geral da ALCA¹⁴, reforçando, portanto, nosso papel de meros exportadores de commodities e importadores de produtos industrializados e de alta tecnologia. O acordo reforça as vantagens comparativas dos países: cerca de 70% das exportações brasileiras para a União Europeia são de produtos primários e cerca de 90% das importações brasileiras do bloco europeu são de produtos manufaturados.

Além disso, é certo que o atual governo brasileiro não demonstra nenhum compromisso com cláusulas importantes do acordo: respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a efetiva implementação das exigências do Acor-

13 Produto Interno Bruto.

14 Área de Livre Comércio das Américas

do de Paris; comprometimento com as convenções da OIT; proteção aos direitos humanos; incentivos à participação e ao diálogo social. A criminosa política de destruição do meio ambiente do governo brasileiro- responsável direta pelos incêndios na Amazônia- torna o cenário ainda mais desolador.

A CUT, em conjunto com as centrais sindicais brasileiras e do Cone Sul, repetidamente apresentou para as autoridades de ambos os blocos as preocupações e demandas para que a negociação avançasse para um acordo que, verdadeiramente, permitisse fortalecer as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre as regiões, e capaz de promover o respeito aos direitos humanos, ao trabalho decente, ao desenvolvimento sustentável e aos valores democráticos. No entanto, as trabalhadoras e os trabalhadores e as trabalhadoras do Mercosul não tiveram participação real e efetiva nas negociações que ocorreram em um cenário antidemocrático e de total falta de transparência- o que motiva nossa absoluta rejeição ao presente acordo, tanto em relação à forma quanto ao seu conteúdo.

A CUT, assim, continuará a luta para que o acordo Mercosul-União Europeia não seja ratificado, e para que um verdadeiro projeto de desenvolvimento e de integração regional seja efetivamente implementado.

Amazônia

Estarrecidos, a sociedade brasileira e o mundo acompanham o agravamento cada vez mais perigoso das políticas de morte perpetradas despudoradamente pelo regime neoliberal autoritário de Jair Bolsonaro. Dentro desta agenda, os recursos naturais e a sua apropriação se apontam como elementos-chave para reprodução do modelo capitalista predatório ao qual o governo responde. O território brasileiro, rico em biodiversidade, extensão e diversos recursos minerais, historicamente tem sofrido a cobiça dos grandes poderes internacionais pelo valor econômico que representa.

Neste contexto, patrimônio da humanidade, a Amazônia se encontra profundamente ameaçada, violentada e ultrajada pelas políticas funestas do governo Bolsonaro. Neste mosaico de territórios, territorialidades e formas de existência, vem incidindo um conjunto de medidas perversas com implicações sociais, ambientais e culturais catastróficas.

A centralidade da estratégia governamental consiste na institucionalização de mecanismos de apropriação de terras e territórios em favor da comoditização da agricultura e da mineração em larga escala, de precarização do trabalho, de

atenuação classificatória de agrotóxicos de alta potencialidade danosa e de flexibilização dos instrumentos de proteção ambiental. Estas estão conjugadas com benesses fiscais e creditícias em favor do agronegócio e da mineração, acompanhadas da mobilização de grileiros, milicianos e madeireiros, que hoje não apenas pautam o governo, mas compõem as estruturas do Estado brasileiro.

O Brasil já chegou a cumprir um papel importante internacionalmente em relação ao combate às mudanças climáticas e à proteção ambiental, que tem sido colocado em risco a partir das políticas implementadas pelo atual governo sob pretexto de defesa da soberania nacional. A soberania do país deve ser sim prioridade, mas com o entendimento de defesa do desenvolvimento nacional, contemplando os interesses coletivos, proteção dos bens naturais, assim como a defesa destes frente a interesses internacionais.

Ressalve-se que mesmo diante do contexto apresentado, os processos sociais contestatórios se proliferam de variadas formas no enfrentamento à onda autoritária, embora em boa parte das vezes de maneira difusa, desarticulada e dispersa. A centralidade dessa agenda de lutas passa por alguns pontos, elencados a seguir:

1. Construir uma ampla rede latino-americana e pan-amazônica de enfrentamento às políticas neoliberais sobre as terras, os territórios, as florestas e as águas;
2. Realinhamento das estratégias de mobilização social, mirando os setores-chave (empresas, *think tanks* e agências multilaterais) que dão sustentação política e ideológica ao neoliberalismo autoritário do governo Bolsonaro;
3. Denunciar internacionalmente os crimes praticados pelo governo Bolsonaro que resultam na entrega dos bens comuns (terras, água, subsolo e florestas) às megacorporações transnacionais da mineração e do agronegócio, mapeando todos os agentes das cadeias de suprimento destes segmentos;
4. Pressionar pelo efetivo cumprimento do disposto no art.6º da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil em 2004, assegurando a realização de consulta prévia formal e motivada aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia quando da implantação de megaprojetos de infraestrutura e logística com potencialidade danosa sobre seus territórios;

5. Denunciar a violência no campo que vem se agravando nos últimos anos, atingindo famílias inteiras e cobrando a vida de pessoas- resultado dos conflitos por terra, água, minérios e a biodiversidade;

6. Defender um modelo de desenvolvimento soberano na região que contemple a diversidade de populações, o respeito ao meio ambiente e os interesses coletivos da sociedade.

Memória e verdade, justiça e reparação, segurança e paz

A CUT luta em defesa das liberdades democráticas, combate o atual Estado de exceção e repudia as sistemáticas, generalizadas e graves violações dos direitos humanos e os crimes contra a humanidade cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Aos anistiados, anistiandos e às famílias das vítimas perseguidas, exiladas, presas, torturadas, assassinadas e desaparecidas, manifestamos nossa solidariedade, reiterando nosso compromisso com a luta por memória, verdade, justiça reparação.

O direito à verdade está diretamente vinculado a processos de transição em relação a eventos e períodos caracterizados por graves violações de direitos humanos, como as ditaduras militares em países latino-americanos. Assim, constitui tanto um mecanismo de reparação da dignidade das vítimas e familiares quanto uma prerrogativa da sociedade para que tais violações não se repitam. É um direito ao mesmo tempo individual e coletivo.

Contudo, apesar dos resultados e recomendações do relatório da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT e dos avanços obtidos no acesso à verdade das generalizadas e sistemáticas violações aos direitos humanos durante a ditadura militar, permanecem impunes os torturadores, os assassinos e demais agentes do Estado responsáveis pelas violações e crimes contra a humanidade-impunidade que contribui imensamente para a persistência do arbítrio judicial e da tutela militar, sobrepujando a soberania popular e a democracia.

Até hoje o sistema de justiça e as políticas de segurança pública contam com as práticas e o arcabouço institucional herdados daquele período sombrio de nossa história, baseadas no arbítrio e na lógica da repressão e extermínio daqueles que são escolhidos como inimigos do Estado.

Não por acaso continua em vigor a Lei de Segurança Nacional do regime militar; os currículos das academias policiais e militares seguem até hoje a mesma dou-

trina; é recorrente o equivocado uso do Exército para operações de segurança pública; as torturas, os desaparecimentos forçados e as execuções sumárias ainda são práticas cotidianas dos aparatos policiais, que continuam profundamente militarizados; as liberdades civis e democráticas são insistentemente violadas; e a cultura de extermínio levou ao assassinato de inúmeras lideranças populares e indígenas.

Não por acaso, Lula é um preso político. O Alto Comando do Exército interferiu no julgamento de seu habeas corpus e indicou um general da reserva como assessor da presidência do STF¹⁵.

Uma das consequências deste processo é a Presidência da República ser ocupada hoje por um sujeito que celebra a ditadura militar e seus crimes, saúda ditadores de países vizinhos, insulta a memória das vítimas e as suas famílias, homenageia torturadores e considera que a violência de Estado deveria ter ido mais longe. Sua simpatia aos métodos utilizados pelo nefasto regime está diretamente associada às atitudes de saudar grupos de extermínio, apoiar homenagens a milicianos, naturalizar o estupro, propagar a violência contra opositores, militarizar o governo federal e indicar para a CEMDP¹⁶ correligionários sem qualquer compromisso com a memória, a verdade e a justiça- alguns deles apologistas da violência e da ditadura militar.

O propalado pacote de (in)segurança apresentado pelo Ministério da Justiça que, entre outras medidas, contém a excludente de ilicitude para agentes policiais que matarem suspeitos, bem como a existência de um projeto de lei que visa tipificar como atividades terroristas as lutas dos movimentos populares que se levantam em defesa de direitos fundamentais, demonstram que permanecem influentes os entulhos autoritários legados pela ditadura militar.

Como se não bastasse o agravamento das violações de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, trabalhistas, ambientais e culturais em decorrências das medidas e ações dos governos Temer e Bolsonaro, observa-se, com as arbitrariedades e ilegalidades do Judiciário- tendo à frente a Operação Lava Jato e a prisão de Lula sem provas-, a deliberada extensão e aprofundamento de um Estado de exceção que sempre imperou para a grande maioria do povo nas florestas, no meio

15 Supremo Tribunal Federal

16 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos

rural e nas periferias urbanas. O aumento da violência contra povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais, a população LGBT, as mulheres, a juventude negra que sofre um verdadeiro genocídio e é alvo do encarceramento em massa, e também contra quem defende os direitos humanos, expõe de modo dramático a situação alarmante em que se encontra o Brasil quando se trata do direito elementar à vida, à segurança e à paz.

A CUT seguirá lutando pelo cumprimento das recomendações da CNV¹⁷, do Grupo de Trabalho de Trabalhadores da CNV e da Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT; para que o Estado brasileiro cumpra com sua obrigação de realizar um levantamento das intervenções sindicais realizadas durante da ditadura militar; pela preservação da documentação oficial que comprova as violações aos direitos humanos; para articular pesquisadores, universidades, organizações sindicais e demais parceiros para desenvolver iniciativas sobre o tema; para contribuir com a Rede de Estudos sobre Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores e sindicatos; e para que sejam feitas investigações e inquéritos visando apurar violações de direitos humanos por parte de empresas na ditadura e obter justiça e reparação às vítimas.

A CUT reitera seu compromisso com a luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, das liberdades civis e democráticas, por memória, verdade, justiça e reparação, por segurança e paz. Enquanto houver injustiça, arbítrio e violência contra algum trabalhador ou trabalhadora, a CUT lutará incansavelmente!

EIXO II: Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

As situações de violência em que vivem as Mulheres

A violência no Brasil tem aumentado ao longo dos anos e, no último período, passou a compor o cotidiano da sociedade. Ela ocorre em todos os espaços e atinge a todos, mas de maneira ainda mais relevante, as populações periféricas das grandes cidades. Basta ver os dados divulgados pelo Atlas da Violência de

17 Comissão Nacional da Verdade

2018, produzido pelo IPEA¹⁸ e pelo FBSP¹⁹, que contabilizou 62.517 assassinatos cometidos no país em 2016.

Nesse contexto, soma-se a violência sexista, aquela exercida por homens sobre as mulheres com base nas desigualdades existentes, que reforçam o sistema capitalista, patriarcal, racista e machista. Essa violência é responsável pelo feminicídio: crime praticado contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Essas desigualdades pioram quando somadas ao racismo. *“Os indicadores sociais brasileiros, quando avaliados na perspectiva das mulheres negras, revelam um contexto de desigualdades que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso à justiça e a outros serviços que devem ser garantidos pelo Estado e reforçam caminhos de desvalor de vidas”*²⁰. Segundo o Atlas da Violência 2018 (IPEA/FSP, 2018), em 10 anos, a taxa de mortes de mulheres negras subiu mais de 15%. Ao mesmo tempo que se constrói o discurso de negação aos direitos políticos, econômicos e individuais das mulheres, as políticas públicas para estas são destruídas ou estranguladas por falta de verba. Os sintomas disto por todo o país são o encerramento das políticas de combate e prevenção às violências contra as mulheres e o fechamento de delegacias especializadas e casas de acolhimento às vítimas

O desequilíbrio de poder presente nos mais diversos espaços- sociedade, trabalho e organizações sociais-, a exemplo do movimento sindical, expõem milhões de mulheres a diversas formas de violência e de controle sobre suas vidas e seus corpos.

A educação praticada, em sua maioria, reproduz um caráter sexista e dissemina a ideologia patriarcal, mas tem grande potencial de transformação e pode se realizar de forma não sexista, antirracista, para romper com os padrões de gênero impostos pela cultura patriarcal e machista e promover a igualdade entre homens e mulheres.

O poder público tem o dever de punir seus representantes no âmbito do Executivo, Judiciário e Legislativo quando estes têm práticas que legitimam e incentivam

18 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

19 Fórum Brasileiro de Segurança Pública

20 Dossiê Feminicídio #InvisibilidadeMata

atos de violência contra as mulheres. Esse tipo de comportamento misógino naturaliza a violência sexista.

No ano em que a Lei Maria da Penha completa 13 anos, o número de feminicídios no Brasil aumentou 77% no primeiro semestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, temos registrado 180 casos de estupro por dia, atingindo seu maior número desde 2009. Segundo dados de 2019 do IPEA, a maior parte dessas violências acontece no ambiente doméstico. Isso pode ser compreendido a partir de pelo menos três fatores: 1) os cortes orçamentários às políticas voltadas às mulheres, sobretudo após a Emenda Constitucional 95, reduziu drasticamente o investimento às políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher; 2) o próprio discurso empregado por Bolsonaro e membros de seu governo, legitimando uma posição de subordinação das mulheres diante dos homens, estimula os atos de impunidade. O fato é que leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio só têm eficácia em regimes e governos democráticos, com políticas públicas que garantam o acolhimento, a segurança e a promoção de emprego e renda às mulheres trabalhadoras vítimas de violência.

Todos os dias, um grande número de mulheres, jovens e meninas está submetido a alguma forma de violência no Brasil. Segundo o Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2018), 13 mortes violentas de mulheres por dia e quase 5 mil sentenças por feminicídio, 66% aconteceram em casa. Em 2017, aconteceu 1 estupro a cada 11 minutos, 1 mulher assassinada a cada 2 horas, 503 mulheres vítimas de agressão a cada hora, 5 espancamentos a cada 2 minutos. Os dados revelam o peso do racismo estrutural nos altos índices de violência contra as mulheres. De acordo com o Balanço do Ligue 180 (2015) as mulheres negras são quase 60% das vítimas de violência doméstica. Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça (2015) indicou que as negras são 68,8% das mulheres mortas por agressão. Segundo pesquisa do FBSP e Instituto Datafolha, uma a cada quatro mulheres sofreu algum tipo de violência em 2018.

A cultura do estupro está presente em todas as fases da vida da mulher. Mais do que um desejo de atender a um impulso sexual, o estupro é um instrumento de poder, dominação. Cerca de 43% das vítimas desse crime possuem menos de 14 anos de idade. Esse é o chamado estupro de vulnerável. Meninas em formação ficam paralisadas sem compreender que quem deveria protegê-las é seu princi-

pal abusador. Este dado mostra o quão é urgente tratar das violências às quais as meninas estão expostas.

O combate à violência contra as mulheres requer uma ampla articulação na sociedade, entre os diversos movimentos sociais por transformações gerais na sociedade, incluindo o componente feminista nesse projeto. Isso demanda que nas cidades, no campo, na floresta e nas comunidades tradicionais sejam colocadas em prática políticas com o objetivo de prevenir e denunciar atos de violência e proporcionar atendimento adequado às vítimas. De acordo com a organização Transgender Europe, em seu relatório Trans Murder Monitoring (TMM) de 2016, o Brasil é um dos países com maior índice de violência contra pessoas transgênero, totalizando 868 assassinatos de 2008 a junho de 2016.

Essa forma de violência “naturalizada” tem reflexos: a) amplia-se na sociedade a cultura do estupro e do feminicídio, somada ao avanço da intolerância sobre políticas voltadas à autonomia das mulheres e de outros setores discriminados da sociedade; b) a institucionalização de comportamentos machistas e misóginos por meio da mídia e dos poderes de Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário – banalização da violência e misoginia; c) retrocessos em políticas de inclusão e autonomia das mulheres em relação aos seus corpos.

O golpe jurídico-midiático que culminou na retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, faz parte dos mesmos interesses que tiraram Lula das eleições 2018 e que o mantém preso até hoje, sem provas. O golpe promoveu, entre outros aspectos, o recrudescimento da opressão da mulher nos seus direitos democráticos, trabalhistas e previdenciários e, assim, explicitou a misoginia e o patriarcado presentes na sociedade brasileira.

Por isso, para as mulheres da CUT, a violência em geral e a violência contra as mulheres é resultado de uma dominação sistêmica. Ou seja, ela deve ser olhada dentro de uma perspectiva histórica, levando em conta a interação de vários fatores. Quando trazemos isso para o nosso cotidiano, isso significa estabelecer conexões entre o processo de colonização do Brasil, a existência da escravidão e a formação do capitalismo patriarcal e racista, que traz na sua essência o autoritarismo nas relações de trabalho. Nesse sentido, enfrentar a violência implica em lutar por outro modelo de sociedade, mantendo o foco em como a violência se expressa em cada momento histórico como uma relação de poder.

Diretrizes e ações da CUT de combate à violência contra as Mulheres e demais setores discriminados, social, política e economicamente

A CUT, em parceria com os movimentos sociais e feministas, desenvolverá ações voltadas à sociedade, compreendendo os seus diversos espaços e dimensões e, paralelamente, pressões junto aos órgãos de Estado (três poderes) exigindo políticas públicas e mecanismos de aplicação.

No âmbito da Sociedade:

1. Articular com os movimentos de mulheres ações de informação e sensibilização da sociedade com o objetivo de desnaturalizar a violência que é praticada contra as mulheres;
2. Articular com entidades de educadores e de juventude formas de abordagens do tema da violência sexista junto às juventudes;
3. Estimular campanhas específicas de combate à homofobia, lesbofobia, racismo, sexismo e patriarcado.

No âmbito do Movimento Sindical:

1. Incluir o tema nas ações desenvolvidas, que compreendam informações e sensibilização do conjunto da classe trabalhadora;
2. Potencializar ações de pressão junto aos gestores públicos e parlamentos locais, exigindo investimentos em políticas públicas voltadas ao combate ao racismo e todas as formas de violência contra as mulheres e as minorias;
3. Incentivar a denúncia do assédio sexual e/ou moral nos locais de trabalho e realizar campanhas de orientação e conscientização para combater estas práticas abusivas contra as mulheres e setores mais vulneráveis;
4. Propor ações de enfrentamento contra o assédio no movimento sindical;
5. Orientar o movimento sindical para que promova campanhas de denúncia, esclarecimento e de apoio à prevenção e combate à violência;
6. Parte significativa das pessoas organizadas no campo está na base da CUT ou de entidades parceiras. É preciso que haja interlocução permanente entre a luta do campo e da cidade. Embora haja pautas específicas das realidades diversas,

em muitas demandas há profundas interseções, devendo somar forças na luta contra a opressão e a exploração capitalista.

No âmbito do Estado:

1. Pressionar os governos, em suas distintas competências, para que definam mecanismos e instrumentos de monitoramento da violência contra as mulheres e mulheres trans, dando visibilidade aos dados coletados de violência (institucional e social), garantindo políticas públicas e de Estado, na prevenção, combate e atenção às mulheres que sofrem violência;
2. Exigir a retomada das políticas de enfrentamento à violência. Que o Estado garanta políticas de prevenção, enfrentamento e de combate a todas as formas de violência contra as mulheres- Lei nº 13.104/15, FEMINICÍDIO;
3. Exigir a estruturação e retomada das redes de proteção às mulheres vítimas de violência, tráfico de mulheres e exploração sexual, com a criação de delegacias especializadas para mulheres, casas-abrigo e assistência social;
4. Garantir o atendimento às mulheres e jovens vítimas de violência sexual nos serviços públicos de saúde, com equipamento e pessoas devidamente qualificadas para esta função;
5. Pressionar os órgãos de Estado por políticas que previnam, coíbam e punam o tráfico de mulheres e crianças para fim de exploração do turismo sexual;
6. Exigir das instâncias de governo, ações e projetos visando: a) a implementação de uma política pública de planejamento reprodutivo com acesso aos métodos contraceptivos e a garantia do planejamento reprodutivo e o aborto legal e seguro; b) a descriminalização do aborto e seu atendimento no SUS; c) parto humanizado nas redes públicas e privadas de saúde.

PELO DIREITO DE VIVER SEM VIOLÊNCIA!

NENHUMA A MENOS!

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES,
TOLERÂNCIA NENHUMA!

Educação

Se por um lado a educação é considerada elemento fundamental para o desenvolvimento humano, profissional e de inclusão social, por outro, as recentes ações governamentais apontam que esses objetivos não fazem parte do atual projeto que governa o país.

As sucessivas restrições de verbas impostas às políticas educacionais - muitas delas justificadas pela famigerada Emenda Constitucional 95 - e a opção escancarada do atual governo em privatizar a educação básica e superior no país, já comprometem as pesquisas acadêmicas e científicas, a ampliação de matrículas nas universidades públicas e o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas de nível básico. Os cortes no orçamento do MEC atingem desde as bolsas de pós-graduação até o transporte escolar nos municípios mais longínquos.

Desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, o Brasil vive um período de amplo desmonte de direitos inscritos na Constituição Federal de 1988. E a educação pública também é vítima de inúmeras irresponsabilidades, como as que congelaram por duas décadas a vinculação constitucional de impostos para o Ministério da Educação. O governo de Jair Bolsonaro procura claramente romper com as políticas de amplo acesso à educação adotadas nos governos Lula-Dilma, fomentando os cortes orçamentários, incentivando a mercantilização e a privatização de setores educacionais, sobretudo através do *Future-se*, direcionado às universidades públicas, além do que mantém forte agenda reacionária e restritiva de direitos nas políticas curriculares e de organização escolar, seja estimulando a Lei da Mordaza, seja investindo na militarização de escolas públicas e no *homeschooling* (educação domiciliar).

Outras medidas prejudiciais à educação provêm do governo golpista de Temer, as quais o atual governo mantém em sua agenda, a exemplo da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); da reforma do Ensino Médio, que cria verdadeiro *apartheid* socioeducacional no país; da terceirização da oferta escolar e universitária através de Organizações Sociais de direito privado; da ampla precarização das condições de trabalho de todas e todos as e os profissionais da educação (básica e superior), que poderão ser contratados pelas redes públicas sem concurso público e sem direito a planos de carreira; e do amplo projeto de privatização da educação nacional.

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, assim como os estudantes brasileiros, têm sido protagonistas na denúncia dos projetos antinacionais impostos desde o governo Temer, e que agora Bolsonaro continua a difundir com intensidade. A luta é contra os retrocessos na educação, mas também contra a reforma da Previdência, a supressão de direitos trabalhistas, o ataque às organizações sindicais e estudantis, reiterando nosso compromisso com a democracia e a soberania nacionais- contra o entreguismo de nossas riquezas naturais e das empresas públicas ao capital internacional.

Fato é que impera sobre o Brasil os interesses dos rentistas e do mercado financeiro, que pretendem transformar bens públicos em mercadoria para obterem altos lucros privados. A eleição do governo de ultradireita e submetido aos interesses dos EUA acentuou o processo de destruição de direitos e de entrega das riquezas nacionais, contexto este em que se insere a mercantilização da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade, centrada na inclusão social das maiorias.

Como classe trabalhadora, urge tornarmos a luta pela Educação Pública uma condição permanente e de defesa do projeto de sociedade que defendemos, com amplo acesso da população ao conhecimento e aos bens culturais. Nesse sentido, todas as categoriais de trabalhadoras e trabalhadores presentes ao 13º CONCURTO se comprometem a:

1. Defender os princípios inscritos na Constituição Federal de 1988, de forma a assegurar o direito à educação pública, gratuita, integral, laica, desmilitarizada e de qualidade social para todos e todas, e em todos os níveis (da creche à pós-graduação), como condição universalizante dos demais direitos de nossa sociedade;
2. Defender a Educação Pública contra toda forma de precarização, mercantilização e privatização, exigindo dos entes públicos as dotações orçamentárias específicas e necessárias para a manutenção e desenvolvimento da mesma;
3. Lutar pela manutenção da constitucionalização dos recursos vinculados e subvinculados à educação, ampliando os atuais percentuais e assegurando a inclusão de outras fontes, especialmente, advindas da exploração do Pré-Sal e de outros minérios e hidrocarbonetos, a fim de transformar essas riquezas em bem comum para a sociedade;

4. Lutar para que o FUNDEB²¹ se torne uma política permanente de financiamento da educação básica, com a ampliação do aporte financeiro da União, visando assegurar melhores condições aos entes estaduais e municipais no atendimento da demanda educacional;

5. Exigir a implementação integral do PNE²², aprovado na forma da Lei Federal nº 13.005, de 2014, no sentido de garantir o acesso dos estudantes à escola e à universidade de qualidade, assim como as políticas de valorização de pessoal (piso, carreira, formação, jornada) para todas as trabalhadoras e os trabalhadores da educação;

6. Lutar contra toda forma de intervenção no espaço das instituições educacionais que visem intimidar, amordaçar ou cercear o princípio constitucional da liberdade de ensino e manifestação do pensamento;

7. Defender intransigentemente a gestão democrática e participativa nos espaços educacionais, impedindo que projetos como o “Escola Sem Partido” (Lei da Mordaça) e a militarização escolar atentem contra as liberdades individuais dos estudantes e dos educadores;

8. Lutar contra a Reforma Curricular do Ensino Médio, que visa única e exclusivamente cercear o direito dos filhos e filhas da classe trabalhadora a uma formação ampla e que possibilite ampliar seus horizontes de inserção no mundo do trabalho e social. É imperioso e urgente uma campanha de resistência à implantação da Reforma do Ensino Médio pelos governos estaduais, na forma de subtração das disciplinas e redução da matriz curricular;

9. Lutar contra a escola dualista, que pretende determinar uma escola para a classe abastada e outra escola para a maioria da população, sem as condições necessárias para o desenvolvimento de suas funções diante da construção do conhecimento e da inserção social;

10. Por fim, exigimos o devido respeito ao Patrono da Educação Nacional, o educador Paulo Freire, pelas grandes contribuições na formação dos indivíduos, para o diálogo, a liberdade e a luta por direitos de nosso povo.

21 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

22 Plano Nacional de Educação

Seguridade Social

O momento histórico é extremamente desafiador para a classe trabalhadora brasileira e para o país. A sociedade, as estruturas sociais e as instituições estão sendo vítimas de um projeto truculento na sua forma e ultraliberal, conservador e profascista na sua essência. Um fenômeno de acomodação dos interesses do capital que atinge com gradações diferenciadas várias nações, mas que no Brasil tem desdobramentos ainda mais perversos e cruéis a partir dos intensos ataques à Democracia e aos direitos sociais e trabalhistas iniciados com o golpe de 2016, que levou à Presidência da República o ilegítimo Michel Temer (MDB), e agora com a vitória em 2018 do representante da extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL). Ambos representam projetos políticos complementares, que trazem o empobrecimento da população, o desmonte das estruturas do Estado e seu papel indutor do desenvolvimento, o retrocesso nas cadeias produtivas, a perda da soberania e a subserviência ao capital internacional.

No campo sindical, medidas estabelecidas contra as trabalhadoras e os trabalhadores e suas entidades representativas têm sido rotina destes governos. Observamos a desconstrução das estruturas de financiamento das entidades sindicais e, conseqüentemente, o comprometimento das condições de condução das lutas de resistência da classe trabalhadora. Um projeto conservador, cujo exemplo de maior impacto se deu com a supressão da contribuição sindical obrigatória, proposta contida na Reforma Trabalhista, mas que não foi a única. A desastrosa Medida Provisória 873/19 trouxe ainda mais restrições. Há ainda a política de terceirização e a proposta de Reforma da Previdência, que possuem reflexos nocivos para o movimento sindical, ao mesmo tempo que subtraem, respectivamente, a massa salarial das trabalhadoras e dos trabalhadores e os valores pagos na aposentadoria. Seja com medidas amplas ou de menor espectro, as intenções são as mesmas: aniquilar o movimento sindical e eliminar os direitos conquistados.

Ao mesmo tempo, nos deparamos com outra investida contra os trabalhadores: a aliança firmada entre a direita golpista e o capital nacional e internacional - com destaque aos representantes do rentismo parasitário - tem levado ao desmonte sistemático e sem precedentes do Estado brasileiro. O projeto ultraliberal e conservador de substituição do Estado de Bem-Estar Social pelo Estado Mínimo caminha a passos largos. No espaço das políticas públicas é factual o acelerado sucateamento patrocinado por estes dois governos. Esta empreitada destrutiva tem como foco principal a eliminação de direitos, benefícios e programas sociais

- muitos deles consolidados na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, com amplo destaque aos conquistados a partir das políticas de Seguridade Social (formada pelo tripé Saúde, Previdência e Assistência Social).

A CUT reafirma a importância estratégica das políticas desenvolvidas nestas áreas para a classe trabalhadora por contribuírem com o desenvolvimento socioeconômico e por estarem comprometidas com os cuidados e a emancipação do ser humano em todas as fases de sua vida. As políticas da Seguridade Social possuem características de matricialidade e transversalidade e interagem diretamente com o conjunto da classe trabalhadora. É primordial manter a resistência estabelecida nestes últimos anos pela CUT e suas entidades filiadas para combater o desmonte desencadeado por estes governos, assim como atualizar e referendar novas estratégias. Uma atitude necessária frente ao processo intenso de ataques contra as trabalhadoras e os trabalhadores privados, as servidoras e servidores e os serviços públicos, em especial aos abrigados na Seguridade Social.

Compreendendo o 13º CONCURT como um momento privilegiado de aprofundar os debates para a construção de um Plano de Lutas que represente os interesses das/os trabalhadoras e trabalhadores, a CUT entende que a incorporação das bandeiras prioritárias assumidas em defesa das políticas universais da Seguridade Social e das estruturas de Estado que lhes dão sustentação possibilitam garantir a preservação deste patrimônio, que é de toda a sociedade e deve ter sua defesa mantida pela Central por meio dos seguintes pontos:

1. Atuar na defesa incondicional: do Estado democrático, indutor do crescimento econômico e social, defensor dos direitos humanos, patrocinador da soberania, cumpridor da Constituição e provedor dos direitos universais que garantam a dignidade a todo cidadão; da preservação de seu patrimônio, representado pelas empresas estatais, seus recursos naturais e políticas públicas; das defesas do serviço público e das servidoras e servidores públicos, que administram a estrutura estatal com a necessária isenção técnica;
2. Atuar na defesa do SUS²³, do SUAS²⁴ e demais atribuições da Seguridade Social como políticas de Estado. Ampliar o diálogo com a sociedade e com os Poderes públicos, denunciando que o corte de investimentos compromete estes sistemas,

23 Sistema Único de Saúde

24 Sistema Único da Assistência Social

suas políticas públicas e suas redes de atendimento. Em um momento em que a demanda só aumenta- em virtude da crise do emprego-, a restrição ao acesso a estes sistemas causará uma crise social de proporções inimagináveis. Está comprovado o comprometimento do atendimento em serviços de saúde e programas de renda prestados aos usuários de ambos os sistemas. A Seguridade Social, por sua condição contributiva e princípio de solidariedade, baseia-se na concepção de que todos têm direito às políticas públicas. As medidas do governo, por sua vez, destroem os princípios de equidade, qualidade, universalidade e gratuidade que norteiam a Seguridade Social;

3. Manter e ampliar as mobilizações e medidas pela Revogação da Emenda Constitucional 95. Os reflexos nefastos do congelamento dos investimentos públicos nas áreas sociais, em especial na Seguridade Social, já são mensuráveis pelo sucateamento e fechamento de equipamentos públicos de saúde e assistência social, congelamento de programas, desabastecimento de insumos e remédios, precarização nas condições de atendimento, diminuição de ações de prevenção e combate às doenças, esfacelamento das equipes profissionais, fim dos investimentos em pesquisas e produção científica, entre outras. No SUS, por exemplo, a descapitalização compromete suas atribuições focadas no atendimento, na política educacional e no caráter preventivo. Outra forma de minar os recursos públicos tem a ver com a estratégia de transferência de recursos das áreas sociais para a iniciativa privada por meio da terceirização. As consequências do desmonte do Estado recaem sobre o funcionalismo nas formas de desvalorização salarial, fim dos concursos públicos, sucateamento das relações e condições de trabalho, precarização no atendimento prestado, redução salarial e ataques ao seu direito de estabilidade;

4. Atuar na defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores das redes privada e pública de saúde e combater os ataques do capital internacional realizados pelos grandes conglomerados de saúde e fundos de investimentos, que agem de forma predatória adquirindo unidades e até redes de saúde. O SUS é vítima prioritária destes ataques. Entre os desdobramentos deste movimento, que acontece também em outros países das Américas, é possível identificar as reconfigurações dos sistemas nacionais de saúde em prol das empresas transnacionais, das estruturas de trabalho e das formas de resistência do campo sindical. A precarização das relações e condições de trabalho, a rotatividade da mão de obra e a desvalorização salarial são alguns reflexos diretos sobre os trabalhadores. No aspecto do direito

à saúde, há, evidentemente, a exclusão das camadas mais vulneráveis economicamente aos serviços prestados;

5. Manter o combate contra as propostas contidas na Reforma da Previdência que dificultam o acesso ao direito e levam ao rebaixamento drástico dos valores pagos, induzem ao fim do sistema público de aposentadoria, contribuem com a consequente transferência destes recursos para a iniciativa privada e levam ao desmonte do conjunto de políticas públicas presentes na Previdência Social. A alegação de insuficiência de recursos para a Previdência é insustentável, tendo em vista que a Constituição Federal define que esta área está atrelada à Seguridade Social e ao seu orçamento, que é comprovadamente superavitário. Pesquisas apontam que mais de 100 milhões de brasileiros recebem benefícios diretos e indiretos vindos das áreas da Previdência Social, a maior parte deles, o equivalente ao salário mínimo. A Previdência tem um papel de distribuição de renda que contribui no combate às desigualdades sociais e na dinamização das economias de um grande número de municípios;

6. Manter a atuação em prol da regulamentação da Convenção nº 151 da OIT, que garante o direito à liberdade de associação e de negociação coletiva no serviço público. O imediato cumprimento da Convenção nº 151 é uma das reivindicações defendidas pelos trabalhadores da Seguridade Social. Este é um pressuposto para o estabelecimento de relações de trabalho menos arcaicas capazes de valorizar as servidoras e servidores públicos e garantir serviços com qualidade.

Em defesa das estatais, dos serviços públicos, das riquezas naturais e da soberania

A luta em defesa dos direitos sociais, das liberdades democráticas e da soberania nacional são interdependentes. A coalizão que sustenta o programa antipopular, antidemocrático e antinacional de Bolsonaro sabe disso. A instauração de um Estado de exceção e os ataques às organizações sindicais, populares e de esquerda debilitam a capacidade de organização, mobilização e resistência da classe trabalhadora em defesa de seus direitos. Atender aos interesses das grandes potências imperialistas significa facilitar a exploração do patrimônio nacional e a superexploração da força de trabalho brasileira pelas empresas transnacionais, sócias majoritárias dos capitalistas brasileiros.

Portanto, do mesmo modo que a luta em defesa dos direitos terá mais chance de êxito se articulada com a defesa das liberdades democráticas- a começar por Lula

Livre-, garantir a soberania nacional do Brasil contribui para que seu povo tenha melhores condições de ter suas necessidades sociais atendidas.

Soberania é a prerrogativa que um povo tem de decidir os rumos da nação em todas as esferas da vida em sociedade. Não há soberania nacional sem soberania popular, que não se consolida sem democracia, que por sua vez exige um Estado forte capaz de impor os interesses da maioria do povo sobre os interesses particulares de uma minoria de capitalistas. Mas, somente em Estado profundamente democrático terá condições de ser a expressão da maioria do povo e executar um conjunto de medidas coordenadas que tornem possível a ampliação do nível cultural, científico e tecnológico de toda a sociedade brasileira.

Democracia, soberania e direitos dependem, fundamentalmente, do domínio do povo sobre os mecanismos que controlam a economia do país. Trata-se de ter um sistema financeiro regulado e voltado para o crescimento interno e às necessidades sociais; garantir que as riquezas minerais e a biodiversidade sejam utilizadas sustentavelmente e conforme os interesses do povo brasileiro; ampliar o papel do Estado como financiador, indutor, regulador, planejador e executor direto da atividade produtiva; ter serviços públicos de qualidade e universais; e ter empresas 100% públicas e/ou estatais em setores estratégicos como energia, mineração, saneamento, transporte, comunicação, engenharia e biotecnologia.

No tipo de desenvolvimento que defendemos, não apenas o Estado deve ter protagonismo, mas também a propriedade social deverá ter hegemonia. As empresas e os serviços públicos são estratégicos para um projeto de desenvolvimento nacional ambientalmente sustentável, democrático e com distribuição de renda, riqueza e poder.

Uma das ações no primeiro dia do governo ilegítimo de Michel Temer foi a Medida Provisória 727/2016, feita para facilitar a entrega do patrimônio nacional ao capital privado. Para isso, esta medida rebaixou direitos laborais, as normas ambientais, assim como definiu um novo papel para o BNDES²⁵: em vez de promover o desenvolvimento, se tornou o fiador das privatizações no país.

O resultado destas ações foi: até dezembro de 2018 o governo Temer já havia vendido 70 empresas públicas. Além disso, extinguiu uma vasta área protegida de florestas e de reservas indígenas, entregando a Amazônia para as empresas trans-

25 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

nacionais explorarem a mineração e a biodiversidade, colocando em risco o equilíbrio do meio ambiente e a vida das comunidades locais. O governo Bolsonaro, não só está dando continuidade a esta estratégia como vem a aprofundando com a adoção de um programa entreguista do patrimônio brasileiro: busca a venda de setores estratégicos a preços irrisórios, em muitos casos, entregues para grupos internacionais, contradizendo totalmente a soberania que diz defender.

Atualmente, o Estado brasileiro possui 130 estatais. Até junho de 2019 já havia 46 projetos de privatização (como a Eletrobrás, a Trensurb, a CBTU, a EBC, a Lotex, Ceasaminas, Codesa e a Casa da Moeda). Em agosto foram incluídas mais nove empresas públicas (Telebrás, Correios, Codesp, Dataprev, Serpro, Emgea, Ceitec, Ceagesp e ABGF). Dentre estas, algumas o governo Bolsonaro, por meio de seu ministro Paulo Guedes, sequer irá colocar à venda, vai apenas encerrar as atividades, como a Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada). O governo chegou a anunciar que irá privatizar também presídios, parques e até creches. Para facilitar esse processo, em junho de 2019 o STF permitiu que as subsidiárias das empresas estatais fossem vendidas sem o aval do Congresso, tornando mais fácil a entrega das empresas públicas ao capital privado.

Além da venda das empresas públicas o governo Bolsonaro privatiza o Estado brasileiro em diversas frentes:

1. Através da concessão da infraestrutura e da exploração mineral e da biodiversidade (portos, aeroportos, rodovias, saneamento, minérios e terras) para a iniciativa privada;
2. Através da terceirização dos serviços públicos e da administração direta, inclusive por meio das OSS²⁶ e OSCIPs²⁷;
3. Através da abertura de capital (venda de ações do Estado Brasileiro) e a venda de ativos dos bancos públicos e demais estatais, fatiando as empresas ou tornando-as empresas de economia mista.

Esse processo configura um dos maiores ataques já executados pelos capitalistas brasileiros e estrangeiros, que participaram ativamente de todos os capítulos do golpe para agora receberem o patrimônio público e o patrimônio nacional,

26 Organizações Sociais

27 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

além de darem sustentação às políticas de austeridade implantadas no Brasil, que mergulham a economia numa crise sem fim. Para a população, o resultado é o aumento significativo de tarifas e a piora dos serviços prestados; para o país, há uma perda de instrumentos para induzir o desenvolvimento econômico, social e cultural com o combate às desigualdades.

As empresas e serviços públicos, na mira da privatização, são estratégicas para um projeto de desenvolvimento nacional, sustentável e com distribuição de renda, porém, estão sendo entregues ao comando do capital privado em detrimento das necessidades da população brasileira. O governo Bolsonaro está vendendo tudo, ignorando os princípios fundamentais previstos na Constituição Federal, dentre eles, a preservação da soberania e de desenvolvimento econômico.

Como disse o presidente Lula em carta endereçada ao Ato em Defesa da Soberania Nacional e Popular, realizado no dia 04/09/2019: *“O que foi construído com o esforço de gerações está ameaçado de desaparecer ou ser privatizado em prejuízo do país, sempre a pretexto de reduzir a presença do Estado, como se o Estado fosse um problema quando, na realidade, ele é imprescindível para o país e o povo. Mercado não vai proteger um dos maiores territórios do mundo, o subsolo e a plataforma continental; a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal. Não vai oferecer acesso universal à educação, saúde, seguridade social, segurança pública, cultura. O mercado não vai construir um país para todos”*.

A Petrobrás, principal empresa estatal brasileira, que gera riquezas, tecnologias avançadas, milhares de empregos e alavanca a indústria nacional em diversos setores, está sendo vendida aos pedaços para as suas concorrentes estrangeiras, com a entrega de dois gasodutos estratégicos, a distribuidora, com as refinarias como prioridade. Por outro lado, reduzem a produção de combustíveis aqui para importar dos Estados Unidos, com consequentes altas nos preços dos combustíveis e do gás para o povo. A revisão da lei de exploração do Pré-Sal promove a entrega de nossas riquezas e compromete o Fundo Social do Pré-Sal, fonte de recursos que seriam destinados à Educação e que, com sua queda, impossibilita o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os entreguistas estão destruindo o patrimônio nacional em nome de um receituário neoliberal que privatiza e reduz o Estado ao máximo, colocando-o a serviço das classes sociais mais ricas e dos grandes interesses econômicos, sobretudo, internacionais. Mas a população brasileira, em sua maioria, não aprova as privati-

zações. Ela sabe que os brasileiros perdem e quem ganha são os empresários, os acionistas e os investidores. E por isso a CUT reafirma:

1. Soberania é a prerrogativa que um povo tem de decidir os rumos da nação em todas as esferas da vida em sociedade, o que implica ter o domínio dos mecanismos que controlam a economia do país e um sistema financeiro voltado para o crescimento interno e as necessidades do país; ter serviços públicos de qualidade e universais; ter empresas públicas estratégicas 100% estatais; garantir que as riquezas minerais e da biodiversidade sejam utilizadas conforme os interesses do povo brasileiro;

2. O mercado produziu os crimes de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais, que exigem justiça. O rastro de destruição e morte deixado pelo rompimento das barragens é mais uma prova de que setores estratégicos como a mineração não podem estar orientados pelos interesses de mercado, onde o lucro vale mais que a vida. Neste sentido – e também como pressuposto para a construção de um projeto de desenvolvimento que internalize as cadeias de valor da indústria de bens de capital e combata a situação de dependência da economia brasileira – a reestatização da Vale do Rio Doce é necessária e estratégica, devendo a CUT envolver as entidades filiadas e articular junto aos movimentos populares uma nova campanha com este objetivo;

3. A CUT deve compor e ajudar a reunir amplas forças sociais e políticas na construção de ações da Frente Parlamentar e Popular em Defesa da Soberania Nacional;

4. A CUT deve participar e fomentar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3.261/2019, em tramitação na Câmara dos Deputados, que define as regras para a privatização dos serviços de saneamento, bem como o Projeto de Lei que propõe privatizar a Eletrobrás;

5. Lutar contra a realização dos 3 leilões que o governo Bolsonaro irá concretizar em 2019 para concessão de 36 blocos marítimos no Nordeste e Sudeste; o leilão do excedente da cessão onerosa, com 4 blocos em processo bem avançado de exploração, em novembro, com cerca de 15 bilhões de barris que seriam explorados pela Petrobrás; em 5 blocos no Pré-Sal, com expectativas de 42 bilhões de barris.

6. A CUT deve envolver todas as entidades filiadas na luta contra a privatização das riquezas e do patrimônio nacional;

7. A CUT deve promover debates com toda a sociedade, com todos as trabalhadoras e os trabalhadores nos locais de trabalho, para explicar os efeitos negativos da privatização e do papel relevante dessas empresas para o abastecimento, crédito, serviços públicos, indústria nacional e a soberania do Brasil;

8. A CUT deverá desenvolver uma ação articulada entre as entidades do setor público e estatais para o enfrentamento à terceirização, que precariza o trabalho e a qualidade dos serviços públicos e retira do Estado (através de mecanismos de participação social) a execução desses serviços, além de ser fonte de corrupção;

9. A CUT e as Estaduais da CUT devem promover um espaço permanente de articulação dos sindicatos das empresas estatais e dos serviços públicos das três esferas para organizarem as lutas contra a privatização do Estado em suas diversas formas.

Geração de empregos de qualidade

O êxito de nossa luta pela *“transformação da sociedade brasileira rumo à democracia e ao socialismo”*, como diz o Estatuto da CUT, depende principalmente da consciência, organização e capacidade de luta da classe trabalhadora, majoritariamente constituída pelas assalariadas e assalariados e assalariadas. Explorados diretamente pelo capital, as assalariadas e assalariados estão presentes nas principais atividades econômicas, deles dependendo, portanto, o fundamental do funcionamento da atual sociedade capitalista.

Contudo, o desenvolvimento capitalista implica em ganhos de produtividade em variados setores econômicos e crises periódicas. Alternadas, combinadas e articuladas, estas tendências aumentam a exploração relativa e absoluta da renda do trabalho no produto total da economia nacional.

O Brasil vive atualmente não apenas as consequências prolongadas da grande crise capitalista de 2007/2008, mas também seu aprofundamento mediante a implementação de uma política radical de ajuste fiscal, a queda drástica de investimentos públicos e o agravamento da instabilidade econômica, social e institucional, que prolongam o quadro recessivo.

Além de induzir a economia à estagnação, esta agenda conta também com medidas de precarização brutal da seguridade social e das relações de trabalho, representadas principalmente pelo teto de gastos, pela antirreforma Trabalhista, pela terceirização ampla e irrestrita e pela antirreforma da Previdência.

Com isso, o desemprego atingiu um número alarmante de trabalhadoras e trabalhadores. Os empregos precários crescem constantemente e aumenta a cada dia o número de pessoas que, apesar de terem um emprego, vivem em situações de miséria, sob o signo de instabilidade no vínculo de emprego e desenvolvendo precárias atividades informais e complementares.

Portanto, o desafio prioritário e mais urgente para combater o desemprego, aumentar as contratações e a renda média do trabalho é derrotar a coalizão reacionária que sustenta o governo Bolsonaro e mudar a política econômica para criar um ambiente macroeconômico adequado ao desenvolvimento industrial que cumpra papel estratégico na economia, uma vez que as demais atividades, o comércio e os serviços respondem positivamente à dinâmica da indústria de transformação. Ainda que o setor de serviços seja mais intensivo em trabalho do que a indústria, apresentando maior coeficiente de emprego, os postos de trabalho são de menor qualidade e maior grau de informalidade. O predomínio das atividades de serviços de menor complexidade no último período faz necessária uma estratégia de desenvolvimento que mude esse quadro, estimulando maior desenvolvimento tecnológico da indústria e viabilizando a abertura de postos de trabalho mais qualificados e com maiores salários.

Entretanto, sob a vigência da antirreforma trabalhista e da lei de terceirizações, a retomada do crescimento econômico resultaria na geração de empregos precários, com baixos salários, alta rotatividade e longas jornadas, reiterando a desigualdade e a superexploração da força de trabalho que atravessam a história do país. Neste sentido, a mudança da política econômica e uma nova estratégia de desenvolvimento devem ser acompanhadas pela revogação da antirreforma trabalhista e da lei de terceirizações.

No médio e longo prazo, as políticas de fiscalização do trabalho, de combate à informalidade, ao trabalho infantil e ao trabalho análogo à escravidão, de formação profissional continuada e de geração de emprego e renda só terão condições de gerar resultados sustentáveis mediante a derrota da coalizão reacionária e retirada do entulho golpista. Além de contribuir para aumentar o padrão de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores, trata-se de reconstituir a classe trabalhadora assalariada, que tem um papel diferenciado na luta pelo socialismo.

Por outro lado, as trabalhadoras e os trabalhadores assalariados, em situação de desemprego e que recorrem à informalidade devem ter ga-

rantida a possibilidade de se organizar no movimento sindical CUTista para lutar não apenas pela geração de empregos de qualidade, mas também por políticas de proteção social e qualificação profissional aos desempregados e desempregadas. A luta por mais e melhores empregos terá mais chances de êxitos se ancorada na organização e mobilização de seus interessados mais imediatos.

Quanto ao segmento de trabalhadoras e trabalhadores pequenos proprietários urbanos e rurais, é necessário ampliar as políticas de crédito e microcrédito, assistência técnica, comercialização, formação profissional, desenvolvimento local e economia solidaria.

O desemprego atingiu um número alarmante de trabalhadoras e trabalhadores e os empregos precários crescem mensalmente. Aumenta a cada dia o número de brasileiros e brasileiras que, apesar de terem um emprego, vivem sob o signo da instabilidade em seu vínculo empregatício ou vivem em situações de miséria. Ao invés de promover a geração de empregos de qualidade com a retomada da economia, dos investimentos públicos, de políticas de crédito e do crescimento do mercado interno, o governo Bolsonaro entrega R\$ 65 milhões para os empresários, que embolsarão esses recursos já que não há mercado para consumir e, portanto, não haverá demanda para retomada da produção e da oferta de serviços e comércio.

A CUT defende que as políticas públicas de emprego devem:

1. Proteger as trabalhadoras e as trabalhadoras e os trabalhadores desempregados: a. favorecer a plena articulação entre os programas e políticas de intermediação de mão de obra, o seguro-desemprego, os programas de qualificação e certificação profissional, de orientação profissional e de geração de renda; b. Elaborar as políticas de proteção ao desempregado, como vale-transporte, inscrição no Bolsa Família para aqueles que não têm acesso ao seguro-desemprego ou que já receberam todas as parcelas e não encontraram novo emprego, vale gás, descontos nas taxas de serviços públicos, entre outras; c. desenvolver políticas específicas para os segmentos da população mais afetados pelo desemprego, como mulheres, jovens e negros e negras;
2. Promover o emprego de qualidade: a. elaborar ações de geração de novos empregos, inclusive de emprego apoiado e primeiro emprego; b. desenvolver ações que limitem a rotatividade no trabalho e o número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado, no setor público e entre as trabalhadoras domésticas;

c. promover o emprego de qualidade para as trabalhadoras e os trabalhadores precários; d. cadastrar e acompanhar as trabalhadoras e os trabalhadores de aplicativos (economia de plataforma) desenvolvendo políticas de proteção e regulação desse trabalho; e. políticas de promoção de oportunidades de trabalho para as trabalhadoras e os trabalhadores com deficiência; f. ampliar a fiscalização e o combate ao trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil;

3. Promover a economia solidária com ações e programas adequados às atividades destes trabalhadores por meio de assistência técnica e crédito;

4. Implementar programas de formação profissional que: a. levem em conta as mudanças nos sistemas produtivos em curso devido às inovações tecnológicas; b. garantam a oferta de formação continuada ao longo da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadores; c. considere as especificidades do mercado de trabalho local e as demandas dos setores de atividade econômicas locais;

5. Produzir periodicamente estudos sobre mercado de trabalho nacional, estadual e municipal: informações, análise e conhecimentos sólidos a respeito do presente e prospectar possibilidades no futuro para cada contexto local e territorial. Constituir capacidade local de promover a observação da dinâmica do desenvolvimento local e a demanda por força de trabalho e formação profissional;

6. Para avançar nessa concepção de sistema público de emprego a CUT irá:

a. Procurar governadora os governadores, prefeitas e prefeitos democráticos/progressistas e os respectivos responsáveis pelas comissões estaduais e municipais de emprego que estejam dispostos a debater e construir estas propostas de políticas públicas de promoção do emprego de qualidade, procurando reduzir o desemprego e o emprego precário;

b. Organizar a intervenção das conselheiras e conselheiros da CUT nas comissões municipais e estaduais de trabalho, emprego e renda: 1. com formação sobre o mercado de trabalho e as políticas de emprego; 2. com intervenção articulada nos espaços de formulação, monitoramento e deliberativos.

Reforma Agrária e Agricultura Familiar para garantir direitos e democracia

O campo é estratégico para um projeto de nação soberano e sustentável, pois gera emprego e renda, garante a soberania e segurança alimentar e potencializa a

democracia e a justiça social. E a reforma agrária é instrumento fundamental para o enfrentamento ao latifúndio e o agronegócio, que sustentam o atual modelo de desenvolvimento rural, altamente concentrador, excludente e degradador.

Atendendo aos interesses do agronegócio, o governo Bolsonaro promove o desmonte das instituições e da legislação de direitos humanos, ambiental, fundiária e de soberania e segurança alimentar. A junção da exploração da mineração, da terra e da água - a tríade do agronegócio - bem como a liberação e utilização de agrotóxicos, resulta no aumento da desigualdade, da degradação ambiental, da violência, da pobreza e exclusão social; intensifica e estimula os conflitos agrários e contribui para a expropriação e expulsão dos povos da floresta, das águas e a agricultura familiar e camponesa, assim como os povos indígenas e as comunidades tradicionais e quilombolas. Não há como construir uma alternativa de desenvolvimento sem promover a democratização da posse e uso da terra.

O acesso democrático à terra é a principal política de fortalecimento e ampliação da agricultura familiar no Brasil, que é responsável por mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas e aproximadamente 75% das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo, o que equivale a 12,3 milhões de agricultores familiares. A agricultura familiar produz a maior parte do que se come no país, o que representa 70% da produção geral de alimentos. É preciso, pois, fortalecer a agricultura familiar como forma de garantir um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo, com a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e agroecológicos para o mercado interno, para as/os trabalhadoras do campo e das cidades, mais baratos e sem agrotóxicos.

Neste sentido, a reforma agrária deve ter papel estratégico na agenda da CUT, construindo políticas e mobilização social em conjunto com os movimentos do campo e da cidade, para garantir o direito à terra, ao território, às políticas de crédito e comercialização, para assegurar a produção de alimentos saudáveis, proteção da biodiversidade e garantia de inclusão e qualidade de vida das pessoas.

Assim, a CUT decide:

1. Potencializar alianças com os movimentos populares e organizações nacionais e internacionais que se identificam com a CUT para a defesa incisiva da reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, das melhorias das condições de trabalho das assalariadas e assalariados e das assalariadas, como

elementos centrais de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário;

2. Intensificar a luta em defesa dos territórios, terra, água, sementes, cultura, modos de vida, fortalecimento da agricultura familiar e camponesa;

3. Defender a soberania e segurança alimentar, hídrica, territorial, ambiental, genética, energética e mineral;

4. Pressionar o governo para ampliar investimentos públicos, cumprindo a Constituição Federal, no que diz respeito às desapropriações, demarcações de terras indígenas e quilombolas, além da regularização fundiária, combatendo a grilagem e a estrangeirização das terras e a desnacionalização de imensas extensões do território sob o controle das empresas nacionais e transnacionais;

5. Lutar pela criação de programas de segurança pública no campo com objetivo de redução da violência;

6. Lutar pela potencialização das políticas de desenvolvimento regional e ambientais, com destaque para a proteção dos biomas, incentivos à produção e comercialização, associativos e cooperativismo, criação de redes entre produtos e consumidores da agroecologia, assim como estimular o pagamento por serviços ambientais prestados pela agricultura familiar;

7. Lutar pela revogação da Lei nº 18.846/2019, que limitou o acesso aos direitos previdenciários das trabalhadoras e trabalhadoras rurais, além de prejudicar a representação sindical, bem como da Emenda Constitucional nº 95 (“Teto dos Gastos”);

8. Defender políticas públicas adequadas à realidade rural, a recuperação e ampliação de recursos orçamentários e pelo reestabelecimento dos efeitos da Lei nº 12.858/2013, que trata sobre os recursos do Pré-Sal para Educação e Saúde, defesa intransigente do SUS e políticas específicas de saúde, educação e moradia para as populações do campo, da floresta e das águas e aprovação da PNARA (Política Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos);

9. Lutar pela ampliação do fomento de políticas para as mulheres, juventude e idosas e idosos no campo, garantindo apoio às organizações produtivas das mulheres, creches públicas no campo, titulação de terras, criação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e pessoas idosas, assim como po-

líticas de juventude e sucessão rural que possibilite a permanência dos mesmos no campo;

10. Defender a garantia dos direitos trabalhistas para assalariados e assalariadas rurais, especialmente, no que diz respeito ao combate à informalidade, ao desmonte das estruturas de fiscalização contra o trabalho análogo ao escravo e do aprofundamento da reforma trabalhista, que precariza ainda mais o trabalho no campo;

11. Lutar pelo acesso a direitos previdenciários e Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que garantam aos trabalhadores rurais condições dignas de vida e o sustento de suas famílias.

Defender a retomada da indústria nacional como estratégia de soberania e desenvolvimento econômico e social

O Brasil é a 9ª economia do mundo e ocupa a mesma posição no parque industrial mundial, mas vem transferindo riqueza da sua indústria, de setores e serviços estratégicos ligados à tecnologia, à saúde e à educação, comum a internacionalização desenfreada nessas áreas. Nos últimos cinco anos, mais de 400 empresas foram adquiridas pelo capital estrangeiro e, somente em 2019, 65 companhias deixaram de ser nacionais, em áreas como internet, tecnologia da informação, mídia e telecomunicações, energia, hospitais e clínicas de análises laboratoriais e instituições financeiras.

A indústria (extrativa, de transformação e de construção) é o setor onde se localizam as atividades com maior potencial de geração de riqueza e de desdobramentos positivos para outros setores e para a sociedade com a distribuição desses ganhos. É o setor que tem mais capacidade de alavancar outros setores porque cria novos produtos, insumos, tecnologias e processos, além da geração de emprego e da elevação do gasto com investimento. Os novos processos e tecnologias sofrem um “transbordamento” e acabam sendo utilizados em outros setores da economia. É também na indústria que o avanço tecnológico tem maior potencial para virar inovação. Não existem, na experiência mundial, países desenvolvidos e populosos sem uma indústria forte.

No entanto, o setor tem padecido com a política macroeconômica, com a deterioração tecnológica, com desnacionalização de cadeias industriais, com a “primarização” da produção (produtos mais simples ao invés de mais sofisticados) e com a inserção cada vez pior nas grandes cadeias produtivas globais.

Com o governo Bolsonaro há uma política de destruição total da indústria, seja através da destruição dos mecanismos de crédito nos bancos públicos, como o BNDES, seja na destruição das estatais (que são fortes demandantes da indústria nacional), seja em medidas que facilitam a importação em detrimento da produção local. Exemplo disso é o acordo firmado entre União Europeia e Mercosul, que tem forte impacto negativo na indústria nacional. A ação negativa do governo também se materializa na política macroeconômica negativa para a indústria e na falta de investimento público em infraestrutura, que poderia colaborar com a retomada da indústria nacional.

Ao invés de promover políticas que alavanquem a indústria nacional, o governo Temer e agora Bolsonaro aprofundaram as vendas e concessões de empresas estatais com a entrega do controle de empresas estratégicas - que não estão retornando como ganhos para a sociedade brasileira e não estarão conectadas com uma política de desenvolvimento produtivo, como é o caso da Embraer, da Eletrobrás, da BR Distribuidora, da partilha do Pré-Sal, entre outras riquezas minerais do nosso País. Com isso, estão aprofundando as desigualdades sociais e colocando em risco os empregos na indústria química, plástica, energética e metalúrgica, além do desmonte provocado pela operação Lava Jato na indústria da construção civil e na indústria naval.

Superar o padrão de desenvolvimento limitado exige desbancar a dominação do imperialismo, o poder dos monopólios e a hegemonia do capital financeiro – lembrando que o capital industrial é sua parte constitutiva, não seu oposto.

A queda na taxa de lucro média das empresas não financeiras a partir de 2010 foi acompanhada pelo aumento da taxa de crescimento de suas aplicações financeiras a partir de 2013, enquanto que, na última década, a formação de capital fixo permaneceu baixa ou negativa na maior parte dos anos.

Em uma economia altamente financeirizada, as empresas industriais tendem a compensar a redução das receitas operacionais com ganhos financeiros, atestando a hegemonia do capital financeiro sobre as empresas industriais. Dada a natureza do capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob coordenação do Estado, garantindo a soberania nacional em áreas estratégicas e articulado com um programa de reformas estruturais democrático-populares.

Neste sentido, qualquer política industrial voltada não apenas a recuperar níveis mais elevados de participação da indústria no PIB, mas também superar a dependência externa, combater a desigualdade social e preservar o meio ambiente deve ser acompanhada de uma reforma financeira que inclui medidas como: a lei antitruste do sistema financeiro e eliminação dos monopólios nacionais privados; a separação entre bancos comerciais e de investimento; a ampliação dos direitos operacionais de bancos municipais e cooperativos; o reestabelecimento do papel dos bancos públicos, especialmente o BNDES, como promotor dos investimentos produtivos e não das privatizações; o controle do Estado sobre os fluxos de capitais e as taxas de juros e de câmbio; a revisão da Taxa de Longo Prazo (TLP) para recuperar a oferta de crédito a taxas de juro mais baixas e de menor volatilidade. Neste sentido, a CUT deve contribuir para articular os sindicatos da indústria e do ramo financeiro e construir agendas e iniciativas comuns por esta reforma financeira.

Considerando que no país grande parte das pesquisas científicas e inovações tecnológicas aplicáveis à produção são desenvolvidas nas instituições públicas, uma nova política industrial deve incluir a ampliação de investimentos públicos no ensino técnico e superior, nas atividades de pesquisa e projetos de extensão direcionados prioritariamente ao atendimento das necessidades individuais e sociais presentes e futuras da população brasileira.

Nesse sentido, e considerando que o movimento sindical brasileiro sempre foi protagonista político, a conjuntura atual exige resistência aos ataques. Para tanto, as trabalhadoras e trabalhadores industriais devem fortalecer sua organização de base, lutar em defesa dos empregos, salários e melhores condições de trabalho, bem como incidir nos espaços de decisão sobre políticas industriais e de desenvolvimento econômico, de modo a garantir a geração de empregos de qualidade, distribuição dos ganhos deste crescimento com as trabalhadoras e os trabalhadores e com o Estado, e que tenha como objetivo primordial um país soberano que repense, em curto prazo, sua produção industrial frente às novas tecnologias e os impactos ambientais e sociais dessa produção. Dada a natureza do capitalismo no Brasil e a postura dos capitalistas industriais de subordinação ao capital financeiro internacional, um novo ciclo de industrialização precisa ocorrer sob o comando do Estado e articulado com um programa de reformas estruturais.

Por isso, a CUT decide:

1. Defender como objetivos para uma política industrial: aumentar a participação da indústria na geração de riqueza nacional, com foco em políticas que desenvolvam a indústria nacional e que resolvam os gargalos econômicos e sociais existentes no Brasil (infraestrutura, mobilidade, habitação, saneamento, acessibilidade, entre outros), que colaborem com a redução das desigualdades e com a elevação dos padrões de vida da população, de forma sustentável, visando ao desenvolvimento regional e à criação de empregos de qualidade;
2. Defender e debater com a sociedade as diretrizes necessárias para a retomada da indústria: a. garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica que também desenvolva soluções voltadas para as necessidades da população; b. política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente; c. readensamento das cadeias produtivas de valor; d. política externa soberana e que promova a indústria nacional; e. promover o desenvolvimento regional; f. gerar empregos de qualidade;
3. Retomar os investimentos em infraestrutura logística para ampliação e melhoria dos diferentes modais de transporte de carga, especialmente o ferroviário e o portuário e da comunicação, ampliando o acesso à internet em regiões remotas, garantindo a segurança na comunicação de dados e a melhoria da interconectividade da rede brasileira;
4. Retomar os investimentos em infraestrutura social como saneamento, acesso à água potável, energia elétrica, equipamentos sociais de saúde, educação, esporte cultura e lazer, habitação e mobilidade, que promovam o desenvolvimento nacional, alavanquem a indústria nacional e elevem a qualidade de vida da população brasileira;
5. Consolidar uma política energética democrática que garanta a soberania nacional e o desenvolvimento econômico e social, a sustentabilidade de produção e o uso, a ampliação da capacidade produtiva com predomínio de energias renováveis, bem como a participação da sociedade na definição de suas diretrizes e com o controle do Estado nesse setor estratégico;
6. Defender as empresas públicas estatais que garantem a soberania nacional em áreas estratégicas, que garantem o acesso da população aos serviços essenciais e que se constituem como instrumentos indispensáveis na indução do desenvolvimento econômico e social. Além disso, a CUT deve se engajar na luta pela reestatização da Vale;

7. Garantir educação pública formal universal e de qualidade e desenvolver programas de qualificação profissional que acompanhem o novo paradigma tecnológico. Garantir que a qualificação profissional seja pensada como formação continuada ao longo da vida do trabalhador;

8. Restabelecer o papel dos bancos públicos, especialmente o BNDES, para que colaborem com os investimentos produtivos necessários ao desenvolvimento nacional. O papel do BNDES não deve ser o de promotor das privatizações;

9. Revisar a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que passou a se chamar Taxa de Longo Prazo (TLP), em 2017. Essa mudança fez com que um importante instrumento anticíclico, que é crédito baseado em taxas de juros mais baixas e de menor volatilidade, se torne uma taxa muito mais instável, ao sabor das decisões da conjuntura e da política monetária;

10. Realizar formação com os dirigentes de base acerca do tema da indústria e de nossas propostas de política industrial, tendo como objetivos discutir a história da indústria no Brasil, a atual conjuntura industrial e apontar caminhos para os desafios, junto com os trabalhadores, no “chão das fábricas”.

EIXO III. Ampliação da representação e fortalecimento da organização, com atualização do Projeto Político-Organizativo da CUT

Sobre o Genocídio da População Negra

O Brasil está diante de uma matança generalizada de sua população negra, principal vítima da violência letal. O número de mortes violentas é um retrato da desigualdade racial no país: 71,5% das pessoas assassinadas são negras ou pardas, com baixa escolaridade e não possuem o ensino fundamental concluído. Esse cenário é tão alarmante que ativistas e especialistas têm denominado o fenômeno de genocídio da população negra, gerado como reflexo do racismo estrutural e institucional que coloca em xeque ideais de solidariedade e igualdade e impacta o tipo de sociedade que estamos construindo para as próximas gerações.

O problema da desigualdade social no Brasil não diz respeito apenas a questões socioeconômicas, mas passam fundamentalmente por dimensões socioculturais e étnico-raciais. Para enfrentar esse problema é preciso assumir que somos uma sociedade racista e, ainda, que o racismo é praticado pelo próprio Estado e incu-

tido em nosso modo de pensar e agir durante toda a vida. O mito da democracia racial não nos permite reconhecer o racismo, suas causas e consequências, contribuindo para a naturalização e a banalização de violações por variados setores da sociedade.

A CPI²⁸ dos Assassinatos de Jovens de 2016 e uma pesquisa da SEPPIR²⁹ confirmaram que 56% da população brasileira concordam com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”, revelando como a população brasileira têm sido indiferente a um problema que deveria ser de todos. A partir desses dados, indicou-se como ações: um Plano Nacional de Redução de Homicídios de Jovens, transparência de dados sobre segurança pública e violência e fim dos autos de resistência (termo utilizado por policiais que alegam estar se defendendo ao matar um suspeito), além da desmilitarização da polícia.

Porém, após o golpe contra Dilma, todas as políticas de promoção da igualdade racial foram esvaziadas ou eliminadas, principalmente as que versavam sobre a questão do genocídio da população negra. Em seu lugar temos hoje a proposta de um pacote anticrime impulsionado pelo presidente, seu ministro da justiça e pela Frente de Segurança Pública, a chamada “bancada da bala”.

As medidas propostas pelo pacote endurecem uma série de leis penais e processuais que são inconstitucionais e ineficazes, tal como o relaxamento do “excludente de licitude”, que permite ao juiz reduzir a pena em até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso no uso da força decorrer de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção” e não apenas para evitar agressão. É uma licença para matar, e que pode dar guarida a muitos maus policiais. Outra medida é a insistência em soluções calcadas na ampliação do encarceramento, revelando a despreocupação com sistema penitenciário nacional, cuja superlotação tem servido menos à redução da violência e mais ao recrutamento de pessoas em situação de vulnerabilidade, acabando por fortalecer as facções prisionais a partir da ausência do Estado, dada a trágica situação das prisões brasileiras.

Outra ação preocupante desse governo é a tentativa de redução da maioria penal, que viola o disposto no artigo 228 da Constituição Federal, que é cláusula

28 Comissão Parlamentar de Inquérito

29 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

pétreia. É medida extremamente inoportuna, não apenas por não trazer qualquer resultado na redução de crimes, mas também por agravar a insegurança pública ao colocar pessoas ainda mais jovens em um sistema prisional que viola direitos humanos fundamentais. Além disso, cabe destacar que o aumento do tempo de internação máxima dos adolescentes vai contra o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e desconsidera o caráter pedagógico das medidas socioeducativas, aproximando o sistema socioeducativo ao sistema criminal encarcerador.

O Brasil está entre os 193 países que se comprometeram com a agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, tomado à decisão de não deixar ninguém para trás. Se o racismo tem deixado os negros para trás, ele precisa ser enfrentado. Da mesma forma, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por meio de sua Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013, proclamou a Década Internacional de Afrodescendentes, com início em 1º de janeiro de 2015 e fim em 31 de dezembro de 2024, com o tema: “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, tendo como principal objetivo promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A Década será uma oportunidade para se reconhecer a contribuição significativa feita pelos afrodescendentes às nossas sociedades, bem como propor medidas concretas para promover sua inclusão total e combater todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e qualquer tipo de intolerância relacionada.

Diante desse cenário, propomos:

1. Que a CUT priorize o debate de combate ao racismo com estrutura (orçamento e participação de toda a estrutura e secretarias da Central), fomentando formações para todos os dirigentes para que se conscientizem de que o racismo e o seu combate deve ser uma pauta prioritária de nossa Central e não somente na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e dos Coletivos de combate ao racismo;

2. A CUT deve fortalecer a Secretaria de Combate ao Racismo, tratá-la como uma secretaria estratégica no combate ao capitalismo e na luta de classes. O racismo é sem dúvida um dos pilares de sustentação do capitalismo, que explora o ser humano pela diferença de cor e raça, portanto, a CUT deve fomentar um intenso debate e propor ações práticas com as Estaduais da CUT para encarar o problema de maneira mais ativa;

3. É preciso enfrentar o problema do racismo de frente. Esta não deve ser somente uma política de secretaria, mas uma medida transversal para inclusão da temática racial no contexto das ações da CUT, bem como tema para ser fortalecido em suas instâncias internas, visto que o racismo está na base da formação da sociedade brasileira e permeia todas as relações sociais. É imprescindível, nesse período que se anuncia, que possamos reforçar as políticas da CUT tanto das secretarias estaduais quanto da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, além de transversalizar a temática para realmente dar visibilidade às pautas da maioria do povo brasileiro.

Trabalhadores e trabalhadoras com deficiência

A CUT defende a construção de um mundo justo, igualitário e inclusivo, onde as pessoas com deficiência (PcD) tenham garantidos os direitos em sua plenitude, considerando sua condição específica, ao mesmo tempo que promove sua inclusão em todas as esferas da existência em sociedade. Afinal, as pessoas com deficiência são parte indissociável de um todo, integrando-o em toda sua diversidade.

Contudo, ao longo da história da humanidade, em geral, as pessoas com deficiência têm sido vítimas de preconceitos e discriminação. Contribui para isso a adoção de conceitos e definições inadequados, que estimulam sua exclusão social ao invés de medidas, procedimentos e práticas inclusivas.

São inúmeras as barreiras e desafios cotidianos enfrentados por PcD e que muitas vezes acabam impedindo o exercício de direitos adquiridos. A falta de acessibilidade nos transportes e vias públicas, instituições de ensino, equipamentos culturais, unidades de atenção à saúde, meios de comunicação, ambientes de trabalho e demais espaços de uso público ou coletivo resultam na negação ao direito de ir e vir, ao direito à educação, à saúde, à arte, à cultura, ao trabalho e à renda, entre outros.

A CUT tem atuado cotidianamente em defesa dos direitos deste amplo setor da sociedade brasileira, que reúne cerca de 45 milhões de pessoas e representa quase um quarto da população do País. No âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), temos lutado para impedir retrocessos, combater uma visão assistencialista da questão e garantir conquistas no sentido da inclusão, não da segregação.

Em nível nacional e internacional, estávamos em um processo de lutas e conquistas para o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência até 2015. Neste período, entre outras, tivemos as seguintes conquistas: a ratificação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, por meio da Lei nº 6.949/2009; a instituição do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência- Plano Viver Sem Limite, pelo Decreto nº 7.612/2011; a regulamentação da Lei nº 142/2013, por meio do Decreto nº 8.145/2013, que trata da aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência; a aprovação da Lei nº 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), também conhecida como LBI.

Particularmente, no que se refere ao trabalho e à renda, este arcabouço legal visa a garantia da liberdade de escolha, acessibilidade nos locais de trabalho, formação profissional, igualdade salarial para a mesma função, segurança, sindicalização, progressão funcional, preservação de emprego, habilitação e reabilitação profissional, proteção contra o trabalho forçado, entre outras.

Entretanto, esses direitos nem sempre se tornam realidade na vida cotidiana das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadores com deficiência (TcD) que, em grande parte, continua socialmente excluída. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2017 indicam que empresas e o setor público cumpriam com apenas 48% do preenchimento de vagas de emprego que, segundo a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/91 e Decreto nº 3.298/99) são reservadas a pessoas com deficiência e pessoas reabilitadas. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência incluídos no mercado formal não representam sequer 1% dos empregos formais. Entre contratados, tem sido prática comum o pagamento de salários menores às pessoas com deficiência e a ausência de condições de trabalho satisfatórias, seja pela ausência de acessibilidade e adaptações ou de auxílio técnico para o desempenho das funções.

Repudiamos as reduções orçamentárias das ações destinadas à inspeção do trabalho e clamamos pelo rigor das políticas de saúde e segurança do trabalho, inclusive para evitar que trabalhadoras e trabalhadores adquiram deficiência por acidente ou adoecimento; combatemos o ataque ao direito à aposentadoria por idade das pessoas com deficiência, que estenderia o tempo de contribuição de 15 para 20 anos, pois se a comprovação de 15 anos contribuindo ao INSS na condição de pessoa com deficiência já é extremamente difícil, com os 20 anos seria praticamente impossível; combatemos a alteração na concessão do Bene-

fício de Prestação Continuada (BPC), com sua desvinculação do salário mínimo e a consequente redução do valor do benefício, bem como a restrição do acesso ao benefício pelos idosos por meio do aumento da idade mínima de 65 para 68 anos; lutamos pela revogação da antirreforma trabalhista e da lei de terceirização, que estão inviabilizando a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

No próximo período, a CUT deve consolidar o Banco de Dados de Acompanhamento da Lei de Cotas em parceria com o DIEESE³⁰, orientando suas instâncias e entidades sindicais filiadas a respeito dos procedimentos e prazos; manter e desenvolver novas parcerias com entidades parceiras voltadas às lutas pelos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadores com deficiência; organizar a participação do movimento sindical CUTista nas mobilizações do movimento das pessoas com deficiência, particularmente no Dia Nacional de Lutas e no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; implementar a comunicação inclusiva nos meios de comunicação da Central e orientar as organizações sindicais CUTistas a fazerem o mesmo; promover uma política de formação inclusiva que atenda às condições de acessibilidade e viabilize a participação dos e das sindicalistas com deficiência; elaborar uma minuta com cláusulas e orientações com medidas específicas que assegurem a inclusão no trabalho, o acompanhamento das contratações e os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadores com deficiência, para que os sindicatos as incorporem em suas campanhas e mobilizações.

As entidades sindicais CUTistas deverão criar coletivos de debate e organização de trabalhadoras e trabalhadores com deficiência; produzir materiais e publicações sobre a pauta TcD; realizar seminários e cursos de formação de militantes e dirigentes sindicais acerca das temáticas TcD; e integrar os mecanismos participação e controle social de políticas e direitos PcD.

LGBT e os direitos humanos no mundo do trabalho

A CUT compreende que todos e todas, sem distinção, devem ter seus direitos humanos garantidos, recebendo tratamento igualitário e proteção contra preconceitos de qualquer tipo. No mundo do trabalho e na sociedade em geral, lutamos pela livre orientação sexual e identidade de gênero, para que as especificidades

30 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

das pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) sejam respeitadas e a heteronormatividade dominante seja desconstruída.

A igualdade e a não discriminação são princípios fundamentais dos direitos humanos em todo o mundo, e todos os esforços são importantes e necessários para garantir às pessoas LGBT não só o direito ao trabalho, mas a um ambiente inclusivo, com respeito e liberdade, sem constrangimentos ou violências e sem discriminações em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração.

As pressões do movimento sindical e do movimento LGBT têm levado mais empresas a repensar sua atuação quando o assunto é o respeito aos direitos humanos e o combate à LGBTfobia. Ao longo de décadas de luta, muitos direitos foram conquistados ao redor do mundo pela população LGBT.

Porém, violações de direitos humanos em função de orientação sexual ou identidade de gênero constituem um padrão consolidado mundialmente, incluindo negação de oportunidades de emprego e educação, invasão de privacidade, detenção arbitrária, agressões sexuais e estupro, tortura e maus-tratos, linchamentos e assassinatos, entre outras. A regra ainda é a exclusão e a hostilidade aos trabalhadoras e trabalhadores LGBT no mundo do trabalho, enquanto as instituições que deveriam garantir os direitos são muitas vezes as primeiras a subtraí-los.

Em dezenas de países, relações homossexuais são consideradas crime - com pena de morte em oito deles. Por sua vez, as pessoas LGBT têm mais chances de tirar a própria vida que os heterossexuais, sobretudo, quando convivendo em ambientes hostis à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ademais, os assassinatos seguem ocorrendo em ritmo alarmante, sendo o Brasil o país com o maior número de vítimas fatais da homolesbotransfobia. A expectativa média de vida de travestis e transexuais é de apenas 35 anos, menos da metade do conjunto da população brasileira (75 anos). Para a população trans, existir é resistir!

Todos os seres humanos devem ter garantidos seus direitos fundamentais, a começar pela vida. Mas não basta sobreviver, é preciso garantir o direito a uma vida digna e livre do preconceito.

A ofensiva ultraconservadora e a discriminação LGBTfóbica nas relações de trabalho dificulta ainda mais a inclusão da população LGBT no mundo do trabalho e a garantia de seus direitos, inibindo o acesso ao emprego e dificultando a igualdade de condições e oportunidades. São constantes a violência, a perseguição, o assé-

dio moral, a falta de oportunidade em ser valorizado, o desrespeito, bem como os riscos e as pressões para que a pessoa LGBT não assuma sua identidade de gênero ou orientação sexual no local de trabalho, e altere o próprio comportamento no ambiente de trabalho na tentativa de se integrar com os colegas.

Nas escolas públicas brasileiras, grande parte da comunidade escolar - alunos, pais, professores e funcionários - tem algum grau de preconceito contra a população LGBT em geral, sendo que travestis e transexuais são as pessoas mais afetadas. Devido à transfobia, a rejeição das famílias é recorrente, o desempenho escolar e acadêmico é prejudicado, o abandono dos estudos é frequente, as dificuldades de inserção e as chances de exclusão do mercado de trabalho aumentam, a prostituição torna-se alternativa para obtenção de renda e, assim, a exposição de travestis e transexuais às diversas formas de violência se amplia e a vulnerabilidade social da população trans se aprofunda.

A coalizão reacionária e golpista que derrubou Dilma, prendeu Lula e elegeu Bolsonaro vem implementando seu programa antinacional, antipopular e antidemocrático. O crescimento do desemprego, o rebaixamento dos salários, a precarização das condições de trabalho e os cortes nos investimentos sociais estão afetando toda a classe trabalhadora, sobretudo seus setores mais marginalizados e vulnerabilizados, entre os quais os LGBT.

Neste sentido, é preciso superar a falta de iniciativa de diversos sindicatos diante da pauta LGBT no mundo do trabalho, contribuindo para que trabalhadoras e trabalhadores LGBT se envolvam no movimento sindical, organizem-se e lutem por seus direitos.

As entidades sindicais CUTistas deverão criar coletivos de debate e organização de trabalhadoras e trabalhadores LGBT; produzir materiais e publicações sobre a pauta LGBT; promover campanhas contra a LGBTfobia no mundo do trabalho; realizar seminários e cursos de formação de militantes e dirigentes sindicais acerca das temáticas LGBT; participar da articulação com organizações aliadas do movimento LGBT e das suas mobilizações, a exemplo das paradas, bem como estimulá-las a debater e pautar as questões relativas ao mundo do trabalho; e integrar os mecanismos participação e controle social de políticas e direitos LGBT.

Do mesmo modo, considerando a necessidade de conhecer o perfil das trabalhadoras e das trabalhadores e trabalhadores LGBT, a CUT buscará articular pesquisadores e instituições para que desenvolvam iniciativas de levantamento de dados,

cabendo aos ramos, federações, confederações e sindicatos incluírem questões sobre identidade de gênero e orientação sexual nas pesquisas que realizarem com as respectivas bases.

Tendo em vista que importantes pautas de reivindicação LGBT podem ser conquistadas nos acordos coletivos, a CUT elaborará uma minuta de cláusulas e orientações aos sindicatos para serem incorporadas em suas campanhas e mobilizações.

Para contribuir na articulação das forças democráticas e populares em defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadoresLGBT, a CUT se coloca à disposição para colaborar na construção de um encontro nacional LGBT no primeiro semestre de 2020, conforme proposto pelo seminário “LGBT e o Mundo do Trabalho” realizado em junho de 2019.

A Formação na Estratégia da CUT

Ao longo dos 36 anos de trajetória e luta da CUT, a Política Nacional de Formação sempre foi considerada um dos pilares estratégicos para a implementação do projeto político e organizativo da nossa Central. A cada momento de nossa história, formação, organização e luta caminharam lado a lado, inspirando e potencializando, através da práxis, a consolidação de uma CUT forte e representativa na base.

Neste contexto, a 4ª Conferência Nacional de Formação, após amplo processo de mobilização na base com cerca de 7 mil trabalhadoras e trabalhadores, culminando na Etapa Nacional realizada de 27 a 31 de maio de 2019 em Belo Horizonte/MG, com a participação de 586 pessoas, indica como resultado desse processo de sistematização as seguintes propostas ao 13º CONCUR:

1. *Trabalho em rede e construção coletiva.* A CUT garantirá o trabalho composto por agentes que atuam na formação em seus sindicatos, ramos e através das Secretarias Estaduais de Formação e das Escolas Sindicais da CUT, denominado REDE NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT, através dos fóruns de construção coletiva como Conferência Nacional, ENAFOR e CONAFOR em todas as suas esferas de abrangência estaduais, regionais e locais;

2. *Princípios da Formação Sindical CUTista.* A CUT respalda a reafirmação da Rede Nacional de Formação aos seus princípios basilares que regem a formação findical: flassista e de massas, indelegável, democrática, plural e unitária, unificada e descentralizada, processual, permanente, planejada e sistematizada, instrumen-

to de reflexão crítica e de libertação, integralidade do ser humano, contra as discriminações, dimensões política, cultural e técnica;

3. *Conferência Nacional de Formação da CUT.* A CUT continuará a realizar Conferência Nacional de Formação como momento e espaço estratégico para debater e formular as diretrizes estratégicas, concepção metodológica e prioridades de ação do Plano Nacional de Formação da Central, a partir de um amplo processo de participação de trabalhadores da base, além de dirigentes das entidades representativas da Rede Nacional de Formação, que contemple a realização de etapas locais, estaduais, regionais e temáticas;

4. *Atuação unificada da CUT com organizações em âmbito internacional.* A CUT promoverá uma atuação unificada da representação das trabalhadoras e dos trabalhadores nas CSA/CSI na defesa da concepção de Educação Integral como diretriz da formação profissional da classe trabalhadora ao longo da vida, integrada à luta pelo Trabalho Decente na disputa contra o capital na regulação pública das relações de trabalho, sobretudo, das novas ocupações em espaços locais e internacionais, referência para o diálogo social no âmbito da OIT/AC-TRAV³¹/CINTERFOR³²;

5. *Instituto Nacional de Formação da CUT.* A CUT promoverá um amplo debate com toda Rede Nacional de Formação e Executiva Nacional da CUT acerca da criação de um Instituto Nacional de Formação, na perspectiva de fortalecer a Rede Nacional de Formação através de suas Escolas, com objetivo de articular e viabilizar parcerias e projetos nacionais e internacionais, a exemplo das experiências de outras centrais sindicais do mundo;

6. *Financiamento da Formação.* A CUT proverá a sustentação financeira da sua Política Nacional de Formação buscando várias formas e meios de arrecadação, a exemplo do processo vivenciado pela 4ª Conferência Nacional de Formação da CUT, com contrapartida solidária e financeira das entidades filiadas para as atividades formativas a serem executadas pelas Escolas Sindicais, Secretarias Estaduais de Formação e Secretaria Nacional de Formação da CUT;

7. *Articulação da Rede para além dos sindicatos.* A Rede de Formação da CUT aprofundará a estratégia de inserir em seu campo de ação programas e conteú-

31 Escritório de Atividades dos Trabalhadores

32 Centro Interamericano para o Desenvolvimento de Conhecimento na Formação Profissional

dos que vão dialogar com as demandas do conjunto da classe trabalhadora em suas atividades de formação, respeitando a concepção metodológica, Prática-Teoria-Prática e o Projeto Político e Organizativo da CUT, considerando para isso:

- Temas de interesse (que sejam relativos aos interesses da classe trabalhadora);
- Abordagem (a partir do interesse local, voltado para a consciência de classe e ação organizada);
- Linguagem (forma e conteúdo para se relacionar com os diversos públicos, como por exemplo, o teatro, slam, grupo de tambores, torneios esportivos, cursos teóricos e profissionalizantes etc.);
- Frentes estratégicas (considerando as experiências, conhecimentos, campo de ação, organicidade com movimentos, possibilidade de intervenção etc., serão definidos os níveis de aprofundamento em relação aos temas e aos planos de ação);
- Locais de realização (ações formativas realizadas nos diversos locais onde os diferentes grupos de trabalhadoras e trabalhadores estão: bairros, unidade produtiva familiar, local de trabalho, praças, espaços de produção e expressão artística e cultural, espaços de esporte e lazer etc.);

8. Inclusão de trabalhadoras e trabalhadores em luta por condições dignas de trabalho e cidadania.

A Rede Nacional de Formação da CUT promoverá:

- Pesquisas das cadeias globais/valor onde se encontram as trabalhadoras e trabalhadores sem acesso a direitos trabalhistas, sem garantia de condições dignas de trabalho e cidadania, para elaboração de propostas de formação e conscientização sobre a sociedade de classes e ação organizada como forma de enfrentamento;
- Formulação de projetos de formação sindical para a captação de recursos em diversas áreas (diversidade, saúde, educação, cultura, gênero, raça etc.), a partir dos temas identificados;
- Atividades de curta duração nos sindicatos de base (rurais e urbanos) para juventude trabalhadora (independentemente dos vínculos contratuais ou sindicais) que abordem conteúdos e linguagens em que os protagonistas sejam os próprios jovens (festivais, slam, gincanas, oficinas, torneios etc.), paralelamente à elaboração de projetos;
- Atendimento às demandas por serviços que já ofereçam às bases sindicalizadas, ampliando-o para a classe trabalhadora precarizada

em cooperação com associações profissionais e não profissionais locais e sindicatos.

9. *Juventude*. O Plano Nacional de Formação estabelecerá ação específica sobre a juventude trabalhadora em conjunto com a Secretaria Nacional da Juventude, considerando as especificidades do campo, das cidades, do setor público e privado, visando a qualificação de quadros para assumirem as direções sindicais em todas as instâncias da CUT;

10. *Gênero - Raça - Diversidade - Geração*. O Plano de Formação da CUT reafirma a inclusão em suas atividades de debates sobre conteúdos de gênero, raça/ etnia, LGBT, idosos, pessoas com deficiência e migrantes, dando voz aos atores sociais dos respectivos movimentos, superando a limitação dos enfrentamentos e processos organizativos na sociedade e mundo do trabalho;

11. *Plataforma*. O Plano Nacional de Formação da CUT, com atividades preponderantemente presenciais, incluirá, de forma complementar em seus processos de formação, o uso da Plataforma Compartilhada Digital (cursos online, banco de dados, fóruns de debate, compartilhamento de materiais, atividades colaborativas, entre outras possibilidades), integrando este instrumento às estratégias organizativas e formativas da CUT. A SNF realizará um curso sobre uso da Plataforma na Formação Sindical;

12. *Mapeamento*. Mapear as estruturas prediais, tecnológicas e outros recursos da Central, sindicatos e movimentos parceiros, criando uma rede solidária para ser utilizada pela formação e outras áreas, reduzindo o custo das atividades.

Por uma atuação sindical CUTista no Judiciário e no Ministério Público

Nossos compromissos são defender a existência da Justiça do Trabalho, a democratização e a reforma do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O 13º CONCURT acontece num Estado de exceção e sob uma forte ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora e a soberania nacional. O golpe de 2016, a manipulação que levou à condenação injusta de Lula e a vitória de Bolsonaro colocaram o Judiciário e o Ministério Público no centro da política brasileira. As revelações do The Intercept deixaram nuas as relações ilegais entre acusadores e julgadores: não é coincidência que um dos principais personagens seja ministro de Bolsonaro.

É urgente a constatação de que o Judiciário e o Ministério Público devem ser reformados e democratizados. A busca pela justiça é uma demanda do povo, de toda a classe trabalhadora. Um poder que não presta contas a ninguém, a não ser a ele mesmo, é incompatível com uma sociedade realmente democrática.

Este Congresso deverá traçar uma nova estratégia política para a classe trabalhadora, que articule as lutas em defesa dos direitos e a construção de um projeto que tenha novamente as trabalhadoras e os trabalhadores como protagonistas de um projeto de nação mais igualitária e reestabeleça o Estado democrático de direito.

Para retomar o protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores no Brasil, as servidoras e servidores do Judiciário e do Ministério Público, articulados com a CUT, devem estar atentos a três eixos de luta:

1. A defesa da existência da Justiça do Trabalho;
2. O combate à Emenda Constitucional 95/2016 e seus efeitos;
3. A democratização do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Defender a Justiça do Trabalho

A existência da Justiça do Trabalho está ameaçada pelo governo Bolsonaro, articulado com o capital internacional, grandes empresários e parte da própria magistratura. A reforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho fizeram reduzir o número de processos distribuídos.

Entre outros graves ataques dessa “reforma”, a retirada da gratuidade impede o acesso da maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores à Justiça. Tudo isso não nos deixa ignorar o fato de que muitas vezes a própria Justiça do Trabalho foi instrumento para colocar greves na ilegalidade e jogar pesadas multas sobre os sindicatos.

É nosso compromisso, dos sindicalistas CUTistas, defender a existência Justiça do Trabalho e sua profunda reforma, a revogação da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2018) e combater qualquer proposta de terceirização (Lei nº 13.429/2017) e outras formas de contratos à margem da proteção social.

Contra a criminalização das lutas

Na esteira das medidas autoritárias e repressivas do governo Bolsonaro, ganham voz ideias que antes ecoavam apenas em cantos sombrios do Congresso Nacional. Desde o primeiro dia de governo, e mesmo durante a campanha eleitoral, tem sido clara a perseguição aos movimentos populares da sociedade organizada, das trabalhadoras e dos trabalhadores e das minorias, presente em declarações como a de que as mesmas têm que se curvar ou desaparecer.

A intenção de criminalizar a resistência das trabalhadoras e dos trabalhadores em favor da destruição de direitos ganha medida concreta em diversos projetos de lei, todos eles propondo medidas declaradas ou potencialmente arbitrárias no sentido de coibir atos falsamente considerados perigosos à segurança nacional ou à manutenção da estrutura e dos serviços públicos que, na prática, podem legitimar a criminalização de qualquer mobilização social.

O Projeto de Lei 2.418/2019, que altera a Lei nº 12.965/2014 para criar a obrigação de monitoramento de atividades terroristas e crimes hediondos a provedores de internet, consiste em autorizar a espionagem da vida privada de qualquer pessoa por parte do GSI (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República).

O Projeto de Lei 1.595/2019 reedita um projeto originalmente apresentado por Bolsonaro em 2016 que foi arquivado. O texto prevê que a futura lei será aplicada para prevenir e reprimir a execução de ato que, embora não tipificado como crime de terrorismo, seja considerado “perigoso”.

O Projeto de Lei 443/2019 determina que seja tipificado como terrorismo qualquer atentado contra a integridade física de agente de segurança ou seus parentes consanguíneos até o 3º grau.

Finalmente, o Projeto de Lei 703/2019, submetida pelo Poder Executivo e aprovada em 20 de fevereiro deste ano pelo Senado, estipula o “bloqueio imediato de bens de pessoas e entidades investigadas ou acusadas por prática de terrorismo”.

Diversos outros projetos buscam mentirosamente caracterizar como “terrorismo” crimes comuns e manifestações populares. A luta pela democracia está prestes a tomar contornos dramáticos.

Igualdade para as mulheres no Trabalho, na vida e no movimento sindical

As políticas implantadas desde o golpe que derrubou a presidenta Dilma têm piorado a vida de grande parte da população, em especial das mulheres. Nesses últimos três anos os dados apontam queda do emprego formal, aumento das desigualdades, redução da renda e aumento da pobreza.

Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão dentro da própria classe trabalhadora.

A despeito dos avanços que as mulheres têm conquistado no compartilhamento de tarefas domésticas, na ampliação e sua participação nos espaços políticos, sociais e no mercado de trabalho, verifica-se, sob qualquer perspectiva de análise, que as mulheres brasileiras continuam em condições desfavoráveis em relação aos homens, particularmente, no mercado de trabalho.

O assalariamento se dá marcado pela divisão sexual do trabalho. É, portanto, uma inserção desvalorizada, porque não reconhece a qualificação das mulheres. A opressão de gênero constitui um fator estruturante do capital:

1. O envolvimento das mulheres na atividade produtiva, mesmo tendo apresentado crescimento nos últimos anos, é menor do que o dos homens;
2. As mulheres estão em ocupações tradicionalmente femininas, menos valorizadas socialmente do que os homens;
3. A remuneração das mulheres segue sendo inferior à dos homens, mesmo em ocupações, tempo de serviço e qualificação semelhantes;
4. Mesmo entre as mulheres, há grandes desigualdades em torno dos rendimentos recebidos, em razão da dupla discriminação no mercado de trabalho sofrida pelas mulheres negras;
5. As taxas de desocupação (desemprego) feminina também permanecem bastante superiores às masculinas;
6. A informalidade, seja por ser conta própria, seja porque não há registro em carteira de trabalho, é realidade para quase metade das mulheres que estão trabalhando em atividade remunerada;

7. Parte considerável das mulheres não tem cobertura previdenciária;
8. Parte considerável das mulheres recebe o piso nacional.

O aumento das mulheres no seio da classe trabalhadora deve ser acompanhado por forte capacidade de organização feminista dos sindicatos. Dados demonstram que as mulheres têm participado do movimento sindical através da sindicalização, pelo menos, em uma medida muito próxima à sua taxa de participação na atividade econômica - do total de sindicalizadas e sindicalizados, 42% são mulheres. Por outro lado, a participação delas na vida cotidiana dos sindicatos, bem como as suas pautas, ainda encontra limites.

Diante disso temos o desafio de, a partir das lutas concretas do dia a dia, mostrar como a luta feminista por autonomia está estritamente ligada à luta sindical em torno do trabalho e da necessidade do movimento sindical se abrir para novas formas de luta e expressão das suas reivindicações para muito além das campanhas salariais.

A busca das mulheres por direitos deve compor a pauta da classe trabalhadora e não pode ser vista de forma separada. Nesse sentido, na atual conjuntura, para enfrentar a ofensiva conservadora, aliada ao projeto neoliberal, as mulheres da CUT têm um papel fundamental para fortalecer o movimento feminista e popular de esquerda para a superação da fragmentação da luta das mulheres.

Destaca-se ainda que as ações do Estado, a partir do golpe de 2016, atingiram diretamente o orçamento para o enfrentamento de várias políticas fundamentais voltadas a garantir a autonomia às mulheres. Nesse cenário as condições de vidas das mulheres, em particular das trabalhadoras, pioraram consideravelmente.

Cinco pontos para avançar na igualdade entre homens e mulheres, na vida, no trabalho e no movimento sindical

A pauta das mulheres, particularmente das mulheres trabalhadoras, tem ganhado maior visibilidade no último período, fruto da atuação do movimento de mulheres na sociedade em geral e da consciência de que esta pauta não está acima ou abaixo das reivindicações da classe trabalhadora, mas anda junto, faz parte dela. É na interseção das pautas de gênero, raça e classe que propomos avançar na luta das mulheres, resumindo essas reivindicações em cinco grandes áreas, apresentadas a seguir:

1. Priorizar a manutenção da política de valorização do salário mínimo: as mulheres, particularmente as mulheres negras, são um dos grupos populacionais mais beneficiados por essa política, que colaborou com a redução das diferenças salariais entre homens e mulheres e ampliou a autonomia financeira das trabalhadoras;

2. Garantir mecanismos para combater a discriminação e favorecer o acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho em empregos de qualidade: seja através do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, seja através da negociação coletiva ou do debate com o Congresso Nacional para promover regulação que avance nesse tema, seja através do combate à reforma trabalhista e previdenciária. Além disso, é preciso considerar que há formas distintas de como se dá a desigualdade na inserção ocupacional quando consideramos os diferentes grupos de mulheres: negras, jovens, mães, trabalhadoras domésticas, lésbicas e trans, do campo e da cidade. 40% das mulheres são chefes de família e 35% delas são mães “solo”, por estarem nos trabalhos de baixa remuneração, compõem as famílias mais pobres. Para romper com essa trajetória é necessário sensibilizar a sociedade para a importância da igualdade de remuneração entre homens e mulheres – trabalho igual, salário de igual valor. Também é importante considerar que há impactos diferentes das transformações no mundo do trabalho, como as novas tecnologias, para homens e mulheres;

3. Combate à violência no local de trabalho: desenvolver ações de denúncia e de combate à violência e o assédio no mundo do trabalho e na sociedade, com campanhas de orientação e conscientização com o objetivo de eliminar tais práticas abusivas contra as mulheres e setores mais vulneráveis;

4. Ampliação e universalização dos serviços de cuidados e promoção do compartilhamento dos afazeres domésticos: revogação da EC 95 (Emenda Constitucional) para garantir a ampliação da oferta de creches, de serviços públicos de cuidados para idosos, crianças, pessoas com deficiência e para pessoas com doenças que necessitem de cuidados permanentes, com garantia de qualidade e universalidade. É preciso também ampliar a licença parental para pais e mães, garantindo à mãe o período necessário para a amamentação, conforme orientação da OMS (Organização Mundial da Saúde), para todas as mulheres, inclusive rurais e trabalhadoras domésticas. Ainda nesse tema, é fundamental promover uma educação cidadã no currículo escolar e realizar campanhas de visibilidade sobre o compar-

tilhamento do trabalho reprodutivo. Soma-se a isso a luta pela implementação de políticas públicas de saúde, saneamento, habitação e transporte;

5. Promover a participação igualitária das mulheres no movimento sindical: avançamos em muitos pontos, com as cotas, a paridade e as secretarias de mulheres, mas ainda estamos longe de atingir a igualdade entre homens e mulheres nas relações sindicais e nas estruturas sindicais. Para isso, é necessário garantir o acompanhamento das políticas de igualdade entre homens e mulheres aprovadas pela Central: participação das mulheres nas direções; políticas de promoção da igualdade de gênero nas entidades CUTistas relacionadas ao movimento sindical, ao mercado de trabalho e à vida das mulheres na sociedade em geral; sindicalização de mulheres; pautas para negociação coletiva, entre outras. Por meio do acompanhamento, desenhar novas ações que possam avançar na efetivação da igualdade entre homens e mulheres no movimento sindical.

Organização sindical das mulheres

No Brasil, através de muitas lutas, as mulheres conquistaram direitos. No entanto, tais conquistas continuam muito aquém da abolição das desigualdades históricas a que estão submetidas numa sociedade capitalista e patriarcal.

Ao longo dos governos do PT de Lula e Dilma, houve melhorias significativas na vida das mulheres, sobretudo das mulheres trabalhadoras.

O golpe contra a presidenta Dilma, a prisão política de Lula, a interdição de sua candidatura e a eleição de Bolsonaro abriram um ciclo de retrocessos marcado pela retirada de direitos, ataque às liberdades democráticas e à soberania nacional, perseguição e criminalização da esquerda e dos movimentos sociais, aumento da pobreza, do desemprego e da violência. Tudo isso foi acompanhado de uma contrarreação patriarcal no que diz respeito à cultura, costumes e direitos que vínhamos, por décadas, lutando para serem respeitados e reconhecidos.

Juntamente com a destruição dos direitos da classe trabalhadora, vemos a ascensão do ultraconservadorismo fundamentalista, que não apenas impede a consolidação de políticas para as mulheres, como promove profundos retrocessos nas conquistas de direitos e na luta pela autonomia feminina, mediante o reforço da ideologia patriarcal, do controle dos corpos e da vida das mulheres.

No capitalismo, a opressão de gênero atinge todas as mulheres. No entanto, a opressão e a exploração de classe atingem também as mulheres trabalhadoras.

Assim, uma organização sindical deve lutar contra as opressões de gênero e ir além: é necessário lutar também contra a superexploração das trabalhadoras feita pela classe dos capitalistas e de todos e todas que estejam a seu serviço. A construção de uma sociedade livre do machismo, do racismo, da homofobia e de tantas outras formas de opressão ao mesmo tempo transcende e depende da superação do modo de produção capitalista, da construção de uma sociedade socialista.

As opressões se conectam, promovendo graus cada vez maiores de exploração e de pobreza. E é somente pautando o que tange à vida concreta que conseguiremos engajar mais e organizar melhor as mulheres trabalhadoras no movimento sindical.

Para que possamos aumentar a organização das mulheres trabalhadoras no movimento sindical é preciso compreender a sua diversidade e também distinguir o papel dos partidos, dos movimentos feministas e do movimento sindical. Embora haja pontos de interseção e pautas comuns, a organização das mulheres nos sindicatos é uma tarefa insubstituível e fundamental no processo de emancipação e autonomia da classe trabalhadora.

As mulheres da classe dos capitalistas e aquelas que servem aos seus interesses, embora sofram opressão de gênero, têm interesses de classe antagônicos aos das mulheres trabalhadoras. Os feminismos liberais, neoliberais ou identitaristas tentam colocar identidade de gênero acima e/ou de forma antagônica à luta de classes. Para que possamos organizar as lutas das mulheres trabalhadoras contra a exploração de classe e as opressões de raça, gênero e orientação sexual é preciso também identificar e combater a influência do feminismo liberal nas nossas organizações.

É fundamental combinar as lutas contra as políticas econômicas e as ideologias que atacam as mulheres trabalhadoras, não encarando as declarações do governo Bolsonaro e seus representantes como mera cortina de fumaça. É preciso enfrentar de forma contundente suas políticas conservadoras que são mais uma das inúmeras expressões de um sistema capitalista em crise profunda, que busca atacar os direitos da classe trabalhadora para aumentar os níveis de exploração e opressão.

É necessário que as lutas contra a retirada de direitos, precarização do trabalho, desemprego, pela democracia e a liberdade do Presidente Lula caminhem juntas

com as lutas em defesa de um Estado laico, que assegure os direitos políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e reprodutivos das mulheres, pela descriminalização e legalização do aborto e com as lutas de combate ao racismo, ao machismo e à homofobia.

A antirreforma da previdência atingirá brutalmente a vida das trabalhadoras e de suas famílias. A maioria das mulheres brasileiras (56,9%) são chefes de família e vivem com seus filhos abaixo da linha da pobreza. Ao aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição para o acesso à aposentadoria, desconsideram as jornadas dupla e tripla com o trabalho doméstico.

A Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos primários por 20 anos, faz retroceder aceleradamente as políticas de inclusão social, saúde e educação para assegurar o pagamento dos juros da dívida. Entre outros retrocessos que atingem diretamente a vida das mulheres está a inviabilidade da aplicação do Plano Nacional de Educação (PNE) nas metas de atendimento de creche e educação infantil. A falta de creche inviabiliza a inserção de grande parte das mulheres no mercado de trabalho formal, ficando reservado a elas postos de trabalho flexíveis e precários para que consigam conciliar o cuidado dos filhos com o trabalho.

A antirreforma trabalhista, além prejudicar de forma mais intensa quem está em pior condição no mercado de trabalho, também contém dispositivos que atingem gestantes e lactantes em seus locais de trabalho, comprometendo a saúde das mulheres. Além disso, em relação aos danos morais, as mulheres também são prejudicadas, pois a eventual punição passa a ser proporcional aos salários recebidos, e não mais à severidade do dano. Ou seja, torna-se mais barato assediar mulheres que ganham pouco.

Apesar do aumento do número de mulheres que ingressam no setor produtivo, a maior parte delas ainda ocupa postos precarizados e de alta vulnerabilidade, principalmente as inseridas no setor informal da economia. Segundo o DIEESE, a inserção das mulheres (52,7%) em atividades produtivas, ainda é menor que a dos homens (71,5%), que apresentam uma remuneração média 28,8% maior que a das mulheres. Além disso, o rendimento médio das mulheres brancas é 70,5% maior do que o das mulheres negras.

Com o aumento da crise, as mulheres também são as mais atingidas pelo desemprego, com cerca de 27,2% de mulheres jovens desempregadas. Do total de mulheres ocupadas, 23,3% trabalham sem carteira assinada, 23,9% exercem ati-

vidades por conta própria ou auxiliares da família. Isto significa que quase metade das mulheres inseridas no mercado de trabalho não está regulamentada.

Seja pela imposição social do cuidado com a família, pelas restrições decorrentes de uma possível gravidez ou pela atribuição de uma falsa incapacidade física e intelectual, as mulheres têm dificuldades de se manter no trabalho assalariado formal - ainda dominado pelos homens -, aumentando, assim, a desigualdade entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho reserva espaços e constrói especificidades para empregar as mulheres, fruto de uma organização social estruturada no patriarcado. Isto é, criou-se um estereótipo: se considera como atividades femininas aquelas relacionadas ao ambiente doméstico, como os cuidados com a casa e serviços gerais. Hoje, a maior parte das mulheres está concentrada nas áreas da educação, saúde e serviços sociais (21%), comércio e reparação (19%) e serviços domésticos (14%).

Contraditoriamente, é derivado desta divisão sexual do trabalho o não reconhecimento dos saberes das parteiras e doulas como profissionais especializadas da área de saúde. Do mesmo modo, os governos de Temer e Bolsonaro vêm descumprindo o Plano Nacional de Saúde, que prevê a ampliação das casas de parto como instituições públicas de saúde na rede do SUS.

Atualmente, um dos setores que mais tem crescido é o do cuidado. A maior parte desse trabalho é informal e de baixa remuneração, fazendo com que muitas mulheres precisem combinar mais de um tipo de atividade laboral para a obtenção de melhores rendimentos. É comum encontrar mulheres que trabalham no cuidado de pessoas, são também revendedoras de cosméticos e outros produtos e ainda são empregadas domésticas – uma combinação de trabalhos precarizados e informais.

Outro segmento econômico com participação massiva das mulheres é o da agricultura familiar. Boa parte dos alimentos que sustentam a vida da população é produzida em cooperativas de pequenas produtoras, muitas destas, produzindo alimentos orgânicos saudáveis e prezando pela preservação dos recursos naturais.

É preciso priorizar a construção de novas formas e metodologias de trabalho de base em conexão com as mulheres trabalhadoras, elevando o nível de consciência política e a capacidade organizativa, de ação e de luta. Desta forma, propomos o fortalecimento, a intensificação e/ou a incorporação dos pontos abaixo na política organizativa e no plano de lutas da CUT:

1. Investir na organização das trabalhadoras dos setores mais precarizados e informais, de acordo com as diretrizes aprovadas no 13º CONCUR;
2. Intensificar as ações em parceria com a Secretaria de Formação Política para formação e organização das mulheres da base, assim como formações mistas, com a participação de homens, que visem universalizar a consciência sobre a realidade, desafios e especificidades que as mulheres trabalhadoras enfrentam no campo, na cidade, nas florestas e nas águas;
3. Construir metodologias de aproximação, acolhimento e organização das mulheres trabalhadoras nos diversos ramos da economia, no intuito de inseri-las nas organizações sindicais de base;
4. Construir coletivamente com as Secretarias de Mulheres estaduais uma pauta de luta por direitos para as mulheres que estão trabalhando nos setores precarizados e informais da economia, agregando demandas e diferenças de cada região;
5. Defender e organizar a luta por um seguro universal da maternidade de pelo menos um salário mínimo durante 6 meses, de modo que todas as mulheres, inclusive aquelas do setor informal e as desempregadas, possam usufruir desse direito;
6. Construir mecanismos e intermediar o diálogo permanente entre as pautas das trabalhadoras rurais, urbanas, das florestas e das águas;
7. Defender a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) também às mulheres que são responsáveis pelo cuidado de filhas e filhos com deficiência;
8. Lutar pelo reconhecimento do valor econômico e social do trabalho doméstico não remunerado, a exemplo de países vizinhos – como a Venezuela, Bolívia, Equador e República Dominicana – que já incorporam em suas constituições o reconhecimento do valor deste trabalho invisibilizado como atividade econômica que produz riqueza e bem-estar social;
9. Intensificar e tornar transparente os mecanismos de combate às violências sofridas por mulheres no ambiente sindical, assim como os mecanismos de denúncia e acolhimento destas;
10. Manter e intensificar a luta pela ampliação do acesso a creches, que permanece sendo o maior déficit de vagas na educação;

11. Remeter o debate sobre organização das mulheres em situação de prostituição/profissionais do sexo à Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT;
12. Intensificar e atualizar a campanha “Trabalho Igual, Salário Igual”, buscando a criação de mecanismos e ferramentas de luta concretas no combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Pela construção de uma Política de Cultura sob a ótica da Classe Trabalhadora

No seu 12º Congresso Nacional, a CUT criou a Secretaria Nacional de Cultura, com a compreensão da sua importância no contexto da hegemonia neoliberal que se sustenta nos antivalores da competitividade, do individualismo e da meritocracia, os quais atentam contra os princípios fundantes da nossa identidade de classe, tais como os da solidariedade e da sociabilidade a partir da ação coletiva, desde os locais de trabalho.

Nesta perspectiva, é premente a compreensão sobre o significado de cultura como premissa para o desenho das intencionalidades da CUT neste campo, o que denota que esta dimensão humana será concebida como uma das condições essenciais no processo de fortalecimento da identidade da classe trabalhadora brasileira.

Assim, o conceito de cultura que a CUT vem desenvolvendo, diz respeito àquele que abrange todo processo de produção material e imaterial realizado pela humanidade, seja no plano concreto (artefatos e objetos) ou no plano imaterial (espiritualidade, crenças, valores) fundamentais para a evolução do conhecimento e da sociabilidade, sem o estabelecimento de uma hierarquia e independente de aspectos biológicos (sexo, cor, raça e etnia).

A consolidação desta concepção no interior da nossa Central é uma das condições indispensáveis para o enfrentamento dos ataques que o governo ultraliberal de Bolsonaro vem desferindo contra a cultura, em todas as suas dimensões, no cenário atual como forma de impor à sociedade a anticultura da violência e do medo, do ódio e de todas as formas de preconceito.

Fortalecer uma política de cultura alicerçada em uma forte aliança da CUT com os setores artísticos que resistem à destruição das políticas culturais nos campos da arte, do cinema, do teatro e da música, bem como com os setores populares que, cotidianamente nas periferias dos grandes centros urbanos e no meio rural, a partir das suas vivências, crenças e valores, também resistem às tentativas de

marginalização da sua identidade enquanto sujeitos de direitos, coloca-se como um dos grandes desafios da nossa Central nos próximos períodos.

Para tanto, a CUT delibera:

1. Consolidar uma estratégia no campo da CUT que fortaleça a identidade de classe das/os trabalhadoras e trabalhadores, tendo em vista a ampliação de sua representatividade desde os locais de trabalho;
2. Investir na criação e fortalecimento de coletivos de cultura em todas as suas instâncias;
3. Promover o 1º Encontro Nacional de Cultura, como espaço de definição de uma estratégia de enfrentamento aos antivalores impostos pelo atual governo ultraliberal e pelos setores fascistas e conservadores que buscam intimidar àqueles que se contrapõem às suas visões de mundo.

Proposta de resolução das servidoras e servidores públicos federais

Os golpes contra a classe trabalhadora, após o impeachment ilegal da presidenta Dilma Rousseff, se sucedem em velocidade assustadora. Tendo como objetivo implantar uma agressiva agenda neoliberal, Michel Temer e Jair Bolsonaro aprovam com celeridade uma série de medidas de destruição de direitos sociais e desmonte do Estado, com apoio da maioria do legislativo, judiciário e grande mídia.

Ainda em 2016, o Congresso aprovou a EC 95/16, congelando o orçamento por 20 anos e reduzindo os recursos especialmente para as áreas sociais e políticas públicas. A alteração constitucional teve impactos significativos sobre todos os serviços públicos e o funcionalismo, prejudicando a sua oferta, inviabilizando a realização de concursos e reduzindo o orçamento dos ministérios e secretarias especiais.

Em 2017, a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso criou um conjunto de novas formas de contratação, legalizou a terceirização irrestrita, entre outras alterações na legislação trabalhista que ampliaram o uso de subcontratações em todos os setores, inclusive no serviço público. A reforma atendeu à pressão do capital financeiro que, com o falso discurso da “modernização nas relações de trabalho” pretende ampliar suas margens de lucro à custa da precarização do trabalho no país.

A reforma da previdência, já aprovada na Câmara dos Deputados e em primeiro turno no Senado, pretende estabelecer idade mínima para a aposentadoria, ampliar o tempo de contratação e reduzir direitos no setor público e no setor privado. A chamada “PEC paralela” da previdência, por sua vez, que pretende incluir estados e municípios na reforma da previdência proposta pelo governo Bolsonaro e que pode ser inclusive um “Cavalo de Troia” para inclusão de temas como a capitalização e outras formas de aumento da participação privada no sistema de previdência brasileiro.

Além disso, outras medidas também são convergentes em torno da ideia de “Estado Mínimo” que se aprofundaram desde 2016, com o golpe. Dentre elas podemos destacar o programa “Future-se”, que tem como elemento principal o aumento da participação da iniciativa privada no financiamento das instituições públicas de ensino superior, feita sem qualquer discussão com a comunidade acadêmica; os programas de privatizações que avançam cada vez mais sobre as grandes empresas públicas, como Correios, assim como cresce a possibilidade de ser feita em empresas como a Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A próxima investida contra a classe trabalhadora será enviada ao Congresso pelo governo nos próximos dias. Trata-se de uma reforma administrativa, que pretende acabar com a estabilidade para as servidoras e servidores públicos e com o objetivo de reduzir os custos da máquina pública e transferir os recursos para o sistema financeiro.

Essas medidas comprometem os serviços públicos e a proteção social de toda a população, porque precarizam as condições de trabalho do funcionalismo em todas as esferas.

A CUT convoca todos as servidoras e servidores e servidoras federais para se mobilizarem pela imediata revogação das medidas acima e contra a nova reforma administrativa que está sendo gestada pelo governo Bolsonaro.

Pela revogação da EC 95/2016; Em defesa da estabilidade do servidor público; Não a redução salarial dos servidores; Pela realização de concursos públicos.

Participação da CUT nos Conselhos de Saúde

Na luta pela implementação do SUS, a sociedade brasileira empreendeu esforços para tornar real um modelo de atenção à saúde que traz em si um projeto de sociedade, um modelo de desenvolvimento, que se expressam em valores e

princípios civilizatórios como a igualdade, integralidade e democracia, articulando cuidados individuais e coletivos em toda dimensão da vida das pessoas, se configurando na maior política pública de inclusão social em curso no país.

Desde o princípio da constituição do SUS, a CUT e seus sindicatos sempre estiveram presentes na luta pela saúde pública como direito, bem como pela valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde. Desde sua institucionalização em 1990, o SUS tem passado por inúmeros ataques que inviabilizam seu funcionamento e dificultam sua proposta de garantir atenção à saúde gratuita, equânime e integral à população em detrimento da retirada de direitos, que favorece e privilegia a crescente participação dos planos de saúde na lógica da mercantilização e privatização da saúde, tendo o direito à saúde como mercadoria.

Com o golpe de Estado, foi aprovada a EC 95/2016, afetando intensamente a vida das pessoas com a redução da capacidade de políticas públicas, em particular, a da saúde, priorizando a formação de superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública. Tais medidas austeras acentuarão ainda mais as desigualdades sociais, ampliarão a precarização das condições de vida e de trabalho da população, e o congelamento dos recursos para saúde já impacta negativamente a garantia do fornecimento dos serviços de saúde ofertados pelos municípios, estados e Distrito Federal.

Segundo o IBGE o Brasil possui uma população de 208,5 milhões de habitantes. Destes, 75% tem como única garantia de acesso a serviços de saúde o SUS. Sem o SUS a população não terá nenhuma forma de acessar serviço de saúde, o que implica no agravando de doenças e morte.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, no documento Orientador da 16ª Conferência Nacional de Saúde (8ª+8), o SUS realiza por ano mais de 4,1 bilhões de tratamentos ambulatoriais; mais de 1,4 bilhão de consultas médicas; mais de 11,5 milhões de internações; 112 milhões de habitantes atingidos pelo Saúde da Família, ou seja, mais da metade da população brasileira (56%); 619 milhões de atendimentos a mulheres; 2,7 milhões de partos; mais de 27 mil transplantes; mais de 150 milhões de pessoas atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU; e são mais de 250 mil agentes comunitários de saúde na quase totalidade de municípios.

O SUS é imenso e tem garantido saúde aos trabalhadoras e trabalhadores em todo o Brasil. A participação da sociedade na definição das políticas públicas de

saúde acontece em cada município, estado e união e já está definida pela Lei nº 8.142/90, que regulamenta a participação da sociedade no SUS, estabelecida pela Constituição Federal.

A participação da sociedade se dá nas Conferências de Saúde e nos Conselhos de Saúde, nas três esferas de governo. As Conferências devem ser realizadas a cada quatro anos para analisar a situação de saúde no território e aprovar as diretrizes para a área. Aos Conselhos de Saúde, como órgão deliberativo e permanente, cabe aprovar as políticas de saúde e fiscalizar a sua execução, inclusive nas questões econômico-financeiras.

Cabe destaque à democracia interna do controle social da saúde. A participação é paritária entre os usuários e os demais segmentos, assim como há participação igualitária entre trabalhadores do SUS, gestores e prestadores. Assim, os usuários participam com 50% nas instâncias deliberativas, as trabalhadoras e os trabalhadores em saúde com 25% e os gestores e prestadores de serviços do SUS com 25%.

Nesses espaços, a CUT tem ecoado a voz da classe trabalhadora e tem atuado de forma incisiva, lutado para garantir a saúde como direito e dever do Estado, ocupando este espaço democraticamente constituído com representantes de diversos ramos e categorias que, orientados à luz das Resoluções da CUT, compõem o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas diversas Comissões Intersetoriais, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, de modo a assessorar o pleno do CNS, fornecendo subsídios e discussões para deliberar sobre a formulação da estratégia e controle da execução de políticas públicas de saúde.

Além disso, a CUT atua nos Conselhos Estaduais de Saúde e nos Conselhos Municipais de Saúde para garantir uma saúde de qualidade ao conjunto da população.

Diante disso e buscando ampliar e fortalecer a ação da CUT na defesa e implementação da política pública de saúde, a CUT deve:

1. Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 86/2015, que implanta o orçamento impositivo, reduz recursos para a saúde e garante que deputados e senadores possam definir a aplicação de recursos na saúde sem análise do controle social;
2. Lutar pela revogação da EC 95/2016, que congela os gastos primários da União por 20 anos, reduzindo os recursos da área social para garantir a farras dos recursos públicos a serem distribuídos ao capital financeiro;

3. Lutar pela implementação e fortalecimento da Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras;
4. Fortalecer e ampliar a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores e das trabalhadoras nos conselhos e comissões de saúde, nas três esferas de gestão;
5. Promover e realizar parceria para formação de conselheiras/os de saúde, nas três esferas de gestão;
6. Construir uma estratégia CUTista para atuação nos espaços de controle social das políticas públicas de saúde.

PLANO DE LUTAS

EIXO 1 - Derrotar a coalizão de forças golpistas, defender os direitos, a democracia e a soberania nacional

Direitos

Lutar:

1. Pela revogação da EC 95/2016, o fim da política de contingenciamentos e resistir contra a desvinculação de receitas das políticas sociais, fortalecendo a luta contra as privatizações e terceirizações na educação, saúde, saneamento, habitação e demais políticas sociais que asseguram os direitos básicos de cidadania;
2. Combater o que tem sido chamado pelo governo Bolsonaro e Paulo Guedes de “PEC da desvinculação total”. Nela o governo pretende desvincular as despesas obrigatórias da União, estados e municípios com saúde, educação e demais políticas primárias. Na prática, a desvinculação total do orçamento representaria a aniquilação dos padrões de financiamento que hoje são aplicados no FUNDEB, SUS e demais fundos públicos;
3. Pela revogação da EC 86/2015, que implanta o orçamento impositivo e reduz os recursos para a saúde pública deliberados pelo controle social, além de garantir aos parlamentares a corrupção eleitoral;
4. Pelo referendo revogatório da EC resultante da Proposta de Emenda à Constituição - PEC 06/2019. A CUT deve articular o referendo revogatório da antirreforma da Previdência, bem como contra todos os ataques aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiras/os;
5. Pela revogação imediata da antirreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017);
6. Pela revogação da Lei nº 13.846/2019 (MP 881/2019) que, na prática, inviabiliza o acesso aos direitos previdenciários das trabalhadoras e dos trabalhadores na agricultura familiar e que também tem como objetivo enfraquecer as organizações das trabalhadoras e dos trabalhadores no campo.
7. Pela defesa do INSS e contra o fechamento de agências de atendimento;

8. Pela redução da jornada de Trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial;
9. Pela reposição das perdas salariais e demais direitos e contramedidas que precarizam o trabalho;
10. Pela implementação e aplicação da Política de Saúde do Trabalhador;
11. Pela efetiva implementação da lei de cotas para pessoas com deficiência no setor público e privado (Lei nº 8.213/91);
12. Pela defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito à diversidade sexual;
13. Pelo combate à violência contra a mulher e o fim da violência obstétrica;
14. Pela igualdade de oportunidades e salários entre homens e mulheres;
15. Pela intensificação das lutas contra a violência, discriminação que vitimizam as mulheres trabalhadoras, e que se desenvolvam ações de combate ao assédio moral e sexual nos locais de trabalho e nos espaços públicos;
16. Pela defesa da cultura indígena e da demarcação das terras indígenas;
17. Pela defesa da cultura e da valorização dos artistas;
18. Contra o trabalho infantil e a redução da idade de inserção no mercado de trabalho;
19. Contra a redução da maioridade penal;
20. Que a CUT assuma a luta pela ratificação da Convenção 190 da OIT no Brasil, orientando os seus sindicatos filiados, federações e confederações para que pautem esse tema nas mesas de negociação, construindo instrumentos para prevenir e coibir o assédio moral e o assédio sexual;
21. Contra o encarceramento e extermínio da população negra, a partir da aliança com o movimento negro e setores organizados da juventude nas periferias e escolas.

Democracia

Lutar:

1. Pela defesa da democracia;
2. Pela liberdade de Lula;
3. Contra a criminalização dos movimentos sociais;
4. Pela manutenção de conselhos e fóruns de participação popular;
5. Contra a violação dos direitos humanos das pessoas que lutam pela democratização do acesso à terra e a crescente criminalização dos movimentos sociais e sindical;
6. Pela democratização da comunicação;
7. Realizar uma ampla campanha dos sindicatos pela imediata libertação do ex-presidente Lula.

A II Plenária Nacional Lula Livre, aprovou intensificar a mobilização, ampliando os mutirões de coleta de assinaturas e realizando uma jornada de luta no mês de outubro, com um Novo Ato Nacional, no dia 27 de outubro, data oficial do aniversário de Lula, em Curitiba (ou onde Lula estiver), pela liberdade de Lula. Foi aprovado também realizar uma campanha de contribuições junto às diretorias dos sindicatos e nas bases das categorias para levantar os recursos necessários para sustentar e ampliar essa luta. A CUT deve se posicionar a favor dessas deliberações e de outras que impulsionem – de fato – uma efetiva mobilização dos sindicatos em favor da liberdade da maior liderança operária do País e pela anulação de todos os processos da criminosa operação Lava Jato;

8. A CUT deve tomar a dianteira e convocar a mobilização pelo FORA BOLSONARO.

A CUT foi uma organização fundamental na luta contra o golpe, tendo tomado a dianteira na necessária mobilização das trabalhadoras e dos trabalhadores contra a derrubada da presidenta Dilma. O governo enfrenta uma profunda crise embaldada pelo avanço da crise econômica (que tende a se agravar no próximo período) e pela enorme rejeição que o governo enfrenta por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores e da juventude, como se vê nas manifestações espontâneas no Carnaval, nos atos públicos, nos shows etc., nos quais o “Fora Bolsonaro” aparece como o grito mais popular ao lado do “Lula Livre”. A CUT, maior organização das trabalhadoras e dos trabalhadores do País, além de se posicionar pelo “fim do governo Bolsonaro” deve convocar e organizar a mobilização pela derrubada do

atual governo, pelo fora Bolsonaro e todos os golpistas, pela convocação de novas eleições gerais, com Lula Livre e Lula candidato;

9. Pela democratização do Judiciário.

Soberania

1. Dar continuidade à campanha nacional contra a privatização das empresas estatais, para que sejam 100% públicas;

2. Pela retomada da concessão de partilha e aplicação dos royalties do petróleo do Pré-Sal para educação e a saúde;

3. Pela Petrobrás 100% estatal e a defesa do Pré-Sal como patrimônio do povo brasileiro, e que a União restabeleça o monopólio sobre todas as áreas produtivas de petróleo no país, seja retomada a concessão de partilha e que os royalties do petróleo se destinem à educação e à saúde;

4. Pelo fortalecimento do papel dos bancos públicos no desenvolvimento social;

5. Pelo efetivo cumprimento do disposto no art. 6º da Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2004, assegurando a realização de consulta prévia formal aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia sobre a implantação de megaprojetos de infraestrutura e logística com potencialidade danosa sobre seus territórios;

6. Pela manutenção do Fundo Amazônia;

7. Denunciar internacionalmente os crimes praticados pelo governo Bolsonaro, que resultam na entrega dos comuns (terras, água, subsolo e florestas) a megacorporações transnacionais da mineração e do agronegócio, mapeando todos os agentes das cadeias de suprimento destes segmentos;

8. Lutar contra a entrega da Base de Alcântara;

9. Contra as privatizações, mobilizar as trabalhadoras e os trabalhadores e ocupar os Correios e demais estatais.

O governo entreguista de Bolsonaro anunciou a decisão de privatizar os Correios e mais 17 empresas estatais, algumas delas estratégicas para o País, como o Serpro e da Dataprev que detêm e manipulam informações sobre toda população brasileira. O objetivo dos golpistas é entregar também toda a Petrobrás, a Caixa

Econômica Federal e o Banco do Brasil, completando a obra de destruição do famigerado governo FHC.

As consequências para as trabalhadoras e os trabalhadores dessas empresas e para todo o povo brasileiro são drásticas e as privatizações não podem ser derrotadas por meras iniciativas parlamentares e discursos, inúteis atos nos dias de leilões etc. É preciso colocar em movimento a força da CUT e dos sindicatos, a força da mobilização das/os trabalhadoras e trabalhadores.

É preciso realizar uma ampla campanha junto aos trabalhadores e à população; realizar plenárias e atividades unificadas das trabalhadoras e dos trabalhadores das estatais e das suas organizações, construir comitês de luta contra a privatização e, principalmente, organizar a ocupação das empresas ameaçadas, como no caso dos Correios.

EIXO 2 - Intensificar a luta pelo desenvolvimento sustentável com soberania popular, igualdade e valorização do trabalho

Políticas sociais

Lutar:

1. Pela manutenção e melhoria dos Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida;
2. Pela Reforma Urbana;
3. Por uma política de Segurança Alimentar;
4. A aprovação criminosa e indiscriminada de quantidades assustadoras de agrotóxicos tem alarmado e envenenado o povo brasileiro a troco de maior acumulação de capital para o agronegócio. A CUT deve reforçar a atuação conjunta com a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, traçando estratégias e ações neste âmbito, como a luta contra o PL do Veneno e a aprovação da PNARA (Política Nacional de Redução de Agrotóxicos), e a disputa na sociedade sobre os impactos dos venenos na sociedade brasileira. Destacamos a plataforma Chega de Agrotóxicos como ferramenta importante de comunicação e mobilização da sociedade, onde mais de 1,5 milhões de pessoas se colocaram contra o uso de agrotóxicos;

5. Por uma segurança pública comunitária que garanta a proteção dos direitos individuais e coletivos;

6. Pela defesa de uma Renda Mínima para todas as pessoas desempregadas.

Reforma Tributária

Lutar por uma reforma tributária que tenha por objetivo a implantação da justiça fiscal, promovendo o crescimento e distribuição de renda, com as seguintes características:

1. Impostos progressivos em relação ao patrimônio e renda;

2. Taxação das grandes fortunas;

3. Redução das alíquotas do IPI³³ e sobre o consumo ICMS³⁴;

4. Tributação da distribuição de lucros com Imposto de Renda;

5. Simplificação dos tributos para possibilitar uma maior fiscalização sobre a sonegação e evasão fiscal;

6. Fim da guerra fiscal e das desonerações em benefício do capital;

7. Revogação da Lei Kandir, que torna imune a tributação de produtos semielaborados exportados, incentivando a exportação de commodities em detrimento de manufaturas;

Trabalho e Emprego

Lutar:

1. Pela implementação de políticas de geração de emprego e renda;

2. Pela retomada da política de Valorização do Salário Mínimo;

3. Contra o flagelo do desemprego, lutar pela redução da jornada para 40 horas semanais.

33 Imposto sobre produtos industrializados

34 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação

O desemprego é a maior das aflições que podem atingir um trabalhador sob o capitalismo. No governo fascista de Bolsonaro, essa política nociva está sendo estimulada com a destruição da economia nacional, privatizações, extinção de cargos e congelamento de concursos públicos, implementação da reforma trabalhista etc. É preciso lutar pela adoção de um plano de emergência de combate ao desemprego sob o controle das organizações operárias, pela estabilidade no emprego para todas/os as trabalhadoras e os trabalhadores, escala móvel das horas de trabalho, pela imediata redução das jornadas de trabalho, sem redução dos salários, pelo salário-desemprego igual ao das trabalhadoras e dos trabalhadores da ativa; por um plano nacional de obras públicas sob o controle das trabalhadoras e dos trabalhadores e das suas organizações de luta.

Saúde da trabalhadora e do trabalhador

Lutar

1. Por saúde e educação 100% públicos, gratuitos e de qualidade para todas/os;
2. Pela saúde pública de qualidade;
3. Pela defesa do Sistema Público de Saúde (SUS) e a manutenção dos conselhos de participação popular;
4. Exigir que o Estado brasileiro implemente as ações de saúde em consonância com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFSA);
5. Contra o uso de agrotóxicos transgênicos;
6. Fortalecer a atuação CUTista nos espaços tripartites de regulação da segurança e saúde no trabalho;
7. Assegurar que os representantes da CUT participem da CTPP - Comissão Tripartite Permanente Paritária, CNTTs - Comissão Nacional Tripartite Temática e GTTs e GTTs - Grupos Tripartites Temáticos.
8. Ampliar e fortalecer a ação da CUT junto às Estaduais, Ramos e entidades filiadas sobre a importância dos mecanismos de promoção, proteção da saúde e segurança nos locais de trabalho;
9. Lutar pela elaboração e implementação de normas de segurança e proteção da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de traba-

lho pelos empregadores públicos e privados, contando sempre com o respaldo e a força da organização e mobilização de base;

10. Construir uma estratégia da CUT para a atuação nos espaços tripartites.

Educação

Lutar:

1. Pela implementação de todas as vinte metas do Plano Nacional de Educação;
2. Pelo cumprimento e implementação da Lei do Piso Nacional (nº 11.738/2008) para todas as trabalhadoras e os trabalhadores em educação na rede básica de ensino, reivindicando do Governo Federal medidas que obriguem governadores e prefeitos a cumpri-la, aplicando-a em toda a carreira;
3. Em defesa das universidades públicas, dos institutos federais e CEFETs (Centro Federal de Educação Tecnológica).
 - a. Lutar para derrotar o Programa FUTURE-SE, que ameaça o ensino superior público com a privatização e a introdução do ensino pago, e que também visa destruir a carreira de docentes e trabalhadores técnico-administrativos;
 - b. Contra a terceirização de atividades fim;
 - c. Contra os cortes na educação;
 - d. Autonomia com democracia: Reitor eleito, Reitor empossado;
 - e. Revogação da EC 95/2016;
 - f. Defesa intransigente da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação;
 - g. Manutenção e ampliação das políticas das ações afirmativas;
 - h. Financiamento público exclusivamente para o ensino público.
4. Luta pela revogação da Lei nº 13.415/2015, a “lei do novo ensino médio”;
5. Contra o fechamento das escolas do campo, indígenas e quilombolas, atendendo ao disposto na Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014;
6. Por uma política educacional do campo que valorize a agricultura familiar como opção de vida e de trabalho;

7. Pelo fim da utilização de OS, privatização e terceirização dos serviços públicos;
8. Pela implementação de uma educação antirracista e feminista;
9. Luta contra a militarização das escolas públicas.

Desenvolvimento Rural

1. Assumir, na prática, a luta pela reforma agrária como uma questão central, fortalecendo sua estratégia de luta, de reconhecimento que o direito à terra e ao território são direitos para a existência da agricultura familiar e camponesa, exigindo que o Estado garanta a defesa das políticas agrárias estipuladas na Constituição Federal: a desapropriação para fins de reforma agrária das terras que não cumprem a função socioambiental, a demarcação de territórios indígenas, titulação de territórios quilombolas e o reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas;
2. Lutar por políticas de incentivo à produção e pela ampliação dos recursos orçamentários de políticas estruturantes para a Agricultura Familiar e Camponesa, tais como crédito, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, garantia de preços agrícolas, seguro-agrícola, armazenagem, agroindústria, apoio à comercialização;
3. Apresentar propostas para construção e implantação da política nacional de pagamento por serviços ambientais prestados pela agricultura familiar, assegurando o direito à justa remuneração pelos benefícios gerados à sociedade pela conservação dos recursos naturais, bem como da possibilidade de conversão de multas em prestação de serviços de recuperação ambiental;
4. Defender a criação de programas de segurança pública no campo, visando coibir e reduzir a violência;
5. Defender uma política nacional de juventude e sucessão rural por meio da implementação do Plano Nacional de Sucessão Rural, baseada em quatro eixos: a) o acesso à terra; b) fomento, acesso ao crédito e aos mercados; c) a ampliação e a qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para as especificidades da juventude rural; d) a promoção da qualidade de vida e da cidadania no campo.

EIXO 3 - Ampliar a representação e fortalecer a organização, com atualização do Projeto Organizativo da CUT

Negociação coletiva

1. A CUT deve contribuir com os ramos para o fortalecimento dos processos negociais e buscar a melhor articulação nas datas-base de categorias e preparação de campanhas nacionalmente organizadas pelos Ramos;
2. Criar instrumentos de negociação coletiva para todos trabalhadoras e trabalhadores;
3. A negociação coletiva é um espaço que deve ser valorizado na estratégia de envolver PJs, MEIs, estagiários, terceiros, intermitentes e outros, isto é, devem-se encontrar formas de ampliar as garantias negociais para além das trabalhadoras e dos trabalhadores formalmente contratados;
4. Nas negociações coletivas, incluir cláusula de acesso a informações relativas aos tipos de contratos individuais de trabalho existentes nas empresas, aos contratos de trabalho terceirizados e empresas de prestação de serviços, PJ, entre outras;
5. Desenvolver ações, no âmbito do Macrossetor, visando a construção de processos articulados de negociação coletiva e de ações unitárias envolvendo diferentes categorias.

Juventude

A CUT precisa de direções onde a interação entre os princípios e a experiência de construção da luta sindical e de nossas conquistas dialogue com o novo perfil da classe trabalhadora, especialmente da juventude trabalhadora. Para isso é necessário:

1. Fomentar a participação de jovens, dando condições de atuação nas estruturas organizativas nas confederações, federações e sindicatos;
2. Dar continuidade à política de juventude com a manutenção da Secretaria Nacional de Juventude e a criação de uma cota mínima para jovens de 10% nos espaços de debates e deliberação;

3. Fortalecimento das oposições sindicais CUTistas com avanço nas relações com a juventude e estratégias de mobilização com outros movimentos sociais;
4. Fomentar a articulação de outras secretarias, como Formação, Comunicação, Organização e Finanças, mas, principalmente, de representação Racial e de Gênero com a Secretaria de Juventude;
5. É urgente promover a organização da juventude trabalhadora a partir dos espaços onde compartilham condições precárias de trabalho e onde é forte sua presença, assim como é importante fortalecer as lutas que eles protagonizam nas escolas e universidades.

Sindicato

1. Consolidar um sindicalismo unitário: ações conjuntas de visita no local de trabalho e ações de rua com várias categorias; promover um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania das/os trabalhadoras e trabalhadores;
2. Estabelecer ações além daquelas praticadas no local de trabalho, contemplando, com isso, a dimensão da moradia e espaço de lazer das/os trabalhadoras e trabalhadores;
3. Efetuar atividades culturais e balcão de empregos. Oferecer cursos, palestras e seminários para capacitação, conscientização e organização desses trabalhadores. Manter contato com trabalhadores desligados por meio de Cadastro dos Trabalhadores;
4. Levantar os problemas e as demandas reais das trabalhadoras e dos trabalhadores que se pretende integrar. Mapear as necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores e organizar suas lutas imediatas;
5. Os sindicatos devem fazer ações na região focados nos bairros, com mapeamento de demandas para encaminhar ao poder público, fazendo também ações de cidadania, alimentação, saúde, trabalho e transporte para os moradores, envolvendo a sociedade com os sindicatos;
6. Destacar nos boletins dos sindicatos as ações e lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores em contratos de trabalho precário, informais e desempregados;
7. Acompanhar as trabalhadoras e os trabalhadores demitidos através de cadastramento; realizar orientação quanto às políticas públicas de emprego, de-

envolver atividades específicas para esse público, fomentar a organização para reivindicar do poder público políticas de emprego e de apoio ao desempregado (vale-transporte, Renda Mínima, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e lavanderias comunitárias);

8. Para ampliar os fóruns e espaços de participação das/os trabalhadoras e trabalhadores, a prática de vários sindicatos CUTistas mostra a importância de constituir foros que representem não só a diretoria, mas os ativistas sindicais que fazem o elo entre a direção e a base, além das assembleias gerais, como conselhos de representantes de locais de trabalho, conselhos de delegados sindicais, no caso de sindicatos de base estadual ou regional, conselhos de sedes ou de regionais;

9. Garantir cartão de sindicalização especial para o desempregado, que considere o aumento do tempo para a conquista de um novo emprego (desemprego de longa duração);

10. Elaborar um tipo de filiação específica para as trabalhadoras e os trabalhadores com os contratos precários, especialmente, sem carteira, PJ, teletrabalho, aprendiz, intermitente e tempo parcial.

OLT

1. Desenvolver a OLT através das delegadas e delegados sindicais ou comissões sindicais de base nos locais de trabalho; no caso de muita fragmentação, poderiam existir comissões sindicais de base por região;

2. O sindicato deve utilizar os espaços de organização já existentes, como a CIPA, para fortalecer a luta em defesa da saúde e segurança no trabalho. Deve intensificar a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores no local de trabalho e meio ambiente, mobilizando-os na defesa de melhores condições de trabalho e de salário, impedindo, dessa forma, a criação de comissões de negociação controladas pelas empresas. Desenvolver uma transformação na “CIPA” e todas as outras formas de OLT.

Estrutura Vertical

Criação de uma agenda sindical por ramos, estruturando pautas conjuntas em defesa do segmento, incorporando itens específicos para alcançar o maior número de trabalhadoras e trabalhadores.

Estrutura horizontal

1. CUT deve organizar com suas entidades filiadas uma ampla campanha em defesa dos sindicatos, divulgando e esclarecendo seu papel e atuação decisiva na conquista e na manutenção de direitos;
2. Buscar pautas que são gerais para a classe trabalhadora, como por exemplo, garantir o pagamento dos pisos regionais estabelecidos para as categorias e ampliar o número de categoriais com acesso a esse direito, a exemplo das pautas das servidoras e servidores públicos estaduais que possibilite a mobilização nas assembleias legislativas;
3. Criar grupo de trabalho vinculado à pasta de organização sindical, que estude e acompanhe os trabalhos informais e precários;
4. Criar e compartilhar com os sindicatos, banco de dados de trabalhadores com deficiência (TcD), para a colocação ou realocação desses trabalhadores no mercado de trabalho;
5. Orientar o compartilhamento e participação nos espaços e nos conselhos, LDO³⁵, LOAS³⁶ e PPA³⁷;
6. Adotar medidas de fortalecimento do DIEESE, com a participação de suas entidades de base;
7. A Central deve desenvolver um aplicativo sobre direitos, sindicalização e organização para todas as categorias;
8. Deve, igualmente, apoiar a organização de trabalhadores vinculados à economia informal, oferecendo-lhes suporte e contribuindo para canalizar suas demandas ao poder público;
9. Que as entidades filiadas respeitem e busquem a valorização das trabalhadoras e trabalhadores de entidades sindicais, que sempre se colocaram lado a lado com a classe trabalhadora na luta de classes e construção de uma sociedade mais justa.

35 Lei de Diretrizes Orçamentárias

36 Lei Orgânica da Assistência Social

37 Plano Plurianual

No entanto, à luz da reforma trabalhista, foram os primeiros trabalhadores a perderem seus postos de trabalho.

São essas trabalhadoras e trabalhadores que constroem junto com as direções decisivamente para o embate contra o setor patronal e pela garantia de mais direitos e trabalho decente.

Neste sentido, precisamos lembrar que só a unidade entre trabalhadores se constrói um país com dignidade e respeito para todos e todas.

Economia Solidária - associativismo

1. Potencializar ações de economia solidária e associativas com as trabalhadoras e os trabalhadores por conta própria (formais e informais), utilizando, prioritariamente, o espaço do sindicato. Essa organização deve promover os princípios da solidariedade de classe, da coletividade.

Formação Sindical

1. A CUT dará continuidade ao projeto de revitalização da Escola Sindical 7 de Outubro, fortalecendo o seu papel na formação político-ideológica de dirigentes e militantes e também na qualificação profissional de trabalhadores, em parceria com organizações populares e universidades;
2. Intensificar a formação em conjunto com os movimentos sociais (negros, mulheres, campo, juventude, LGBT);
3. Incluir a temática das relações sociais de gênero.

Serviço Público

A defesa do serviço público como centro de nossa luta tem que manter a exigência de concurso público como forma de contratação, mas devemos, na representação sindical, ampliar o que temos hoje em nossas bases (terceiros, temporários, trabalhadores por tempo parcial, trabalhadores intermitentes, trabalhadores a distância, estagiários e PJs). Dialogar com esses trabalhadores sobre a necessidade de sua efetivação como servidores.

Mulheres

1. Que entidades filiadas desenvolvam ações voltadas a ampliar a participação das mulheres em seus espaços de direção e de representação, bem como nas mesas de negociação;
2. Reafirmamos a importância e necessidade de investimentos para que se criem condições adequadas para uma maior participação das mulheres nos diversos espaços de poder político, econômico e social, no caminho da igualdade;
3. Reafirmamos as resoluções anteriores sobre a manutenção e o fortalecimento das Secretarias de Mulheres, para além da paridade entre homens e mulheres em todas as suas instâncias;
4. Recomendamos às Estaduais, Confederações e Federações Nacionais que garantam o desenvolvimento da política de gênero enquanto uma estratégia para superar a discriminação e a exclusão social, incluindo as ações necessárias em seus planejamentos estratégicos e nas suas prioridades de ação, principalmente nas discussões sobre as (de)formas iniciadas e praticadas pelos (des)governos (Federal e estaduais);
5. Que as entidades dos diversos ramos busquem ampliar o alcance das negociações coletivas, de forma a abarcar, além das questões relativas à gestante e à maternidade, outros temas relacionados à situação das mulheres no mundo do trabalho, a exemplo da igualdade e não discriminação, aproveitando-se da experiência acumulada em alguns setores;
6. Ações concretas devem ser incluídas nas agendas sindicais, nas Estaduais, Confederações e Federações Nacionais, a iniciar com uma campanha articulada com as estaduais: “Trabalho igual, salário igual” para as mulheres trabalhadoras, visando que a luta pela igualdade de direitos ultrapasse o âmbito interno das organizações sindicais e atinja todas as mulheres trabalhadoras. Assim como, ações exigindo ampliação de postos de emprego e formalização dos vínculos para a juventude e por uma ampla campanha em defesa da vida contra genocídio de jovens homens e mulheres negros e negras.

Aposentadas e Aposentados

1. Que sejam criadas condições efetivas para que as associações de trabalhadoras e trabalhadores aposentadas/os, pensionistas eidosas e idosos participem da agenda de lutas dos sindicatos no seu cotidiano;
2. Que o debate acerca da sustentação financeira das secretarias, departamentos, coletivos e/ou associação de trabalhadoras e trabalhadores aposentados, pensionistas eidosas e idosos faça parte do conjunto de medidas e preocupações das entidades sindicais CUTistas desde a mais alta instância;
3. Que a temática de trabalhadoras e trabalhadores aposentados, pensionistas e idosos seja incorporada nas políticas da CUT no âmbito das mulheres, combate ao racismo, juventude, pessoas com deficiência, LGBT, saúde, políticas públicas e direitos humanos;
4. Que a Política Nacional de Formação da CUT desenhada a partir da 4ª Conferência Nacional de Formação incorpore efetivamente o tema e a participação de trabalhadoras e trabalhadores aposentados, pensionistas e idosos e idosos nos seus respectivos programas de formação;
5. Que a criação de secretarias, departamentos, coletivos e/ou associações de trabalhadoras e trabalhadores aposentados, pensionistas, idosos e idosos contribuam para a renovação na base e nos cargos de direção das entidades filiadas;
6. Que os estatutos das entidades de trabalhadoras e trabalhadores aposentadas/os, pensionistas eidosas e idosos ampliem sua base de representação para além daquelas classicamente estabelecidas, ou seja, trabalhar com a ideia de sócio fundador, sócio--benemérito, sócio remido, sócio adotivo, entre outras definições.

Revisão e diagramação:
Secom | CUT Brasil

CUT[®] **BRASIL**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575

Brás • São Paulo-SP

CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax: (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

